



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA– UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –
PPGED

FRANCIELE SANTOS LIMA

A PRÁTICA EDUCATIVA DA ESCOLA NORMAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A
(RE) CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE MULHERES EM VITÓRIA DA
CONQUISTA – BA.

Vitória da Conquista – BA
Fevereiro/ 2026

FRANCIELE SANTOS LIMA

**A PRÁTICA EDUCATIVA DA ESCOLA NORMAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A
(RE) CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE MULHERES EM VITÓRIA DA
CONQUISTA – BA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), para avaliação da banca examinadora.

Linha de Pesquisa: Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis.

Vitória da Conquista – BA

Fevereiro/ 2026

L698p

Lima, Franciele Santos.

A prática educativa da escola normal: contribuições para a (re) construção da memória de mulheres em Vitória da Conquista – BA / Franciele Santos Lima, 2026.
123 f.

Orientador (a): Dr.^a Nereida Maria Santos Mafra de Benedictis.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd, Vitória da Conquista, 2026.

Inclui referências F. 109 - 114

1. Prática educativa. 2. Memória social. 3. Escola Normal. 4. Formação docente.
5. Mulheres – Condição social. I. Benedictis, Nereida Maria Santos Mafra de.
II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Acadêmico em Educação – PPGEd. III. T.

CDD 370.733

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

FRANCIELE SANTOS LIMA

**A PRÁTICA EDUCATIVA DA ESCOLA NORMAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A
(RE) CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE MULHERES EM VITÓRIA DA
CONQUISTA – BA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), para avaliação da banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
(Orientadora)

Prof^a Dr^a Shirlene Santos Mafra Medeiros
(Examinadora Externa)

Prof.^a Dr.^a Priscila d'Almeida Ferreira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
(Examinador Interno)

Prof.^a Dr.^a Sandra Mara Vieira Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
(Prof.^a Convidada)

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda luz e sabedoria, pela força silenciosa que me guiou nas horas de incerteza, pela serenidade nos dias de cansaço e pela fé que transformou cada obstáculo em aprendizado. Que a Sua presença continue sendo o farol que ilumina meus caminhos.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, lugar de encontros e descobertas, onde sonhos se transformam em conhecimento e o saber ganha sentido humano. Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), pela oportunidade de trilhar um percurso de crescimento intelectual e pessoal.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis, por sua escuta atenta, por acreditar neste estudo quando ainda era apenas um esboço de inquietações, e por me conduzir com rigor, sensibilidade e generosidade. Sua presença foi inspiração e guia.

À banca examinadora, por suas contribuições valiosas e olhares atentos, que ampliaram as possibilidades deste trabalho. A cada professora e professor do curso, minha profunda gratidão por partilharem saberes, experiências e afetos que moldaram minha formação.

À minha família, meu alicerce e abrigo: aos meus filhos, que me ensinaram o verdadeiro significado de amor e persistência; e à minha mãe, exemplo de força, coragem e ternura, que sempre acreditou nos meus passos, mesmo quando o caminho parecia longo.

Aos colegas de curso, especialmente Elder, Jaqueline, Joel, e Murilo, companheiros de jornada que se tornaram irmãos de caminhada, e a todos os demais colegas, por partilharem risos, leituras e desafios. Nosso grupo se fortaleceu na amizade e no sonho de aprender.

À direção e aos funcionários do Instituto de Educação Euclides Dantas, minha gratidão pela disponibilidade e por guardarem, com tanto zelo, a história que deu sentido a esta pesquisa.

Agradeço, com ternura e respeito, às mulheres que deram voz a esta investigação, Esmeralda, Pureza, Flor, Aurora e Esperança e a todas as demais participantes que generosamente compartilharam memórias, risos, silêncios e experiências. Vocês foram a matéria-prima desta dissertação: suas lembranças

transformaram-se em história viva, seus afetos em conhecimento. Sem o acolhimento, a coragem e a dedicação de cada uma, este trabalho não existiria.

Ao Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, pelo acolhimento e generosidade de cada servidor que abriu portas e memórias. Aos alunos do Doutorado e ao Grupo de Pesquisa NUAMSEE, pela partilha de saberes, pelas trocas que alimentaram o pensamento e pela inspiração que brota do convívio com quem faz da memória um campo vivo de reflexão e afeto.

Aos colegas de trabalho do CMEI Paulo Freire, pela compreensão nas ausências, pelos gestos de carinho e pela força que me mantiveram firme quando o tempo parecia insuficiente.

Às minhas queridas colegas e amigas Mykale, Ana Carolina, Kátia Cileide, Nayara, Roberta, Deilane, Líliã, Sueli, Alda Cristina, Marilei, Cida, Vivian Joana, Mônia, Roberli, Rose e demais amigas que vibraram comigo a cada conquista. Cada gesto, palavra e incentivo foram sementes de coragem e afeto que floresceram em cada etapa desta jornada.

Aos amigos que, mesmo distantes dos corredores da academia, me ofereceram apoio, incentivo e palavras de conforto.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, me acolheram, me ouviram e acreditaram. Cada gesto, cada palavra e cada presença compuseram o mosaico desta trajetória.

A todos, expresso minha ternura e gratidão, porque este trabalho é feito de muitas mãos, muitas vozes e muitos corações.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a prática educativa da Escola Normal de Vitória da Conquista – BA e suas contribuições para a (re) construção da memória de mulheres que vivenciaram esse espaço formativo. Parte-se da compreensão de que a educação e a memória se constituem em processos sociais interligados, nos quais as experiências educativas contribuem para a construção de identidades, trajetórias e sentidos coletivos. O estudo tem como objetivo geral analisar a prática educativa da Escola Normal em Vitória da Conquista e sua contribuição para a (re) construção da memória de mulheres, considerando as experiências vividas no processo de formação docente. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em uma abordagem fenomenológica e hermenêutica, tendo o testemunho como principal ferramenta metodológica. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão bibliográfica, análise documental de registros institucionais e fontes históricas, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres egressas da Escola Normal, que cursaram a formação entre as décadas de 1970 e 1990. Os referenciais teóricos dialogam com autores que discutem memória e educação, como Halbwachs, Nora, Ricoeur, Perrot e De Benedictis, permitindo compreender a memória como construção social produzida nas relações coletivas. A análise das narrativas evidenciou que as práticas educativas vivenciadas na Escola Normal ultrapassaram o espaço escolar, repercutindo na atuação profissional e social dessas mulheres. As experiências formativas contribuíram para a constituição de valores pedagógicos, práticas de ensino e ações comunitárias que influenciaram o desenvolvimento educacional local. Os resultados indicam que a Escola Normal não se constituiu apenas como espaço de formação docente, mas também como lugar de memória, no qual as experiências educativas e as trajetórias femininas se entrelaçam na construção da memória social de Vitória da Conquista. Assim, o estudo contribui para dar visibilidade às narrativas de mulheres educadoras e para compreender o papel da prática educativa na formação docente e na preservação da memória educacional do município.

Palavras-chave: Prática educativa. Memória social. Escola Normal. Formação docente. Mulheres.

ABSTRACT

This research analyzes the educational practice of the Normal School of Vitória da Conquista – BA and its contributions to the (re)construction of the memory of women who experienced this formative space. It is based on the understanding that education and memory constitute interconnected social processes, in which educational experiences contribute to the construction of identities, trajectories, and collective meanings. The general objective of the study is to analyze the educational practice of the Normal School in Vitória da Conquista and its contribution to the (re)construction of women's memory, considering the experiences lived during the teacher education process. The research is characterized as qualitative and exploratory, grounded in a phenomenological and hermeneutic approach, using testimony as the main methodological tool. The methodological procedures involved a literature review, documentary analysis of institutional records and historical sources, as well as semi-structured interviews conducted with five women who graduated from the Normal School between the 1970s and 1990s. The theoretical framework draws on authors who discuss memory and education, such as Halbwachs, Nora, Ricoeur, Perrot, and De Benedictis, allowing memory to be understood as a social construction produced within collective relations. The analysis of the narratives revealed that the educational practices experienced in the Normal School extended beyond the school environment, influencing the professional and social trajectories of these women. These formative experiences contributed to the development of pedagogical values, teaching practices, and community actions that influenced local educational development. The results indicate that the Normal School was not only a space for teacher education but also a place of memory, where educational experiences and women's trajectories intertwine in the construction of the social memory of Vitória da Conquista. Thus, the study contributes to giving visibility to the narratives of women educators and to understanding the role of educational practice in teacher education and in the preservation of the educational memory of the municipality.

Keywords: Educational practice. Social memory. Normal School. Teacher education. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da primeira Escola Normal do Brasil, criada em Niterói (RJ), 1835.....	45
Figura 2 – Fotografia de turma de normalistas no interior da Bahia, início do século XX.	49
Figura 3 – Grupo de alunas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, (turma de 1954)	53
Figura 4 – Escola Normal da Bahia, instalada em Salvador em 1841.....	61
Figura 5 – Fachada do Auditório do Instituto de Educação Euclides Dantas (antiga Escola Normal de Vitória da Conquista)	66
Figura 06 – Solenidade da Última Turma de Magistério em Conquista	88

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
HEM	Habilitação Específica para o Magistério
IEED	Instituto de Educação Euclides Dantas
MEC	Ministério da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EJA	Educação de Jovens e Adultos
DF	Distrito Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. TRILHA METODOLÓGICA	20
2.1 Seleção da amostra	23
2.2 Análise dos dados	27
2.3 Estado da Arte- Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	28
2.3.1 Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (busca por outros descritores)	32
2.3.2 Procedimentos de busca com Descritores Combinados	34
2.3.3 Análise dos Resultados dos Descritores	36
2.3.4 Memória coletiva, Mulheres e Práticas Educativas	42
3. A ESCOLA NORMAL: CONTEXTO HISTÓRICO	44
3.1 Origens das Escolas Normais no Brasil	44
3.2 Expansão e consolidação no século XIX e início do XX	48
3.3 O papel da Escola Normal na formação do magistério primário	51
3.3.1 A Influência da Escola Nova na Formação Docente: Anísio Teixeira e Lourenço Filho	55
3.4 Legislação e reformas educacionais nacionais	57
3.5 A função social das Escolas Normais e sua interiorização na Bahia	59
4. ENTRE SABERES E DESTINOS: CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA	65
4.1 Criação da Escola Normal em Vitória da Conquista (IEED – 1952)	65
4.2 A contribuição da Escola Normal para a identidade das mulheres	69
4.3 Formação docente e impacto nas trajetórias pessoais e profissionais	71
4.4 Saberes, valores e experiências preservados	73
4.5 A Escola Normal como espaço de memória	75
5. O PROCESSO DE DESATIVAÇÃO/EXTINÇÃO DA ESCOLA NORMAL	78
5.1 Reformas educacionais e o impacto na formação docente	80
5.2 Mudanças estruturais no Instituto de Educação Euclides Dantas Vitória da Conquista	82

5.3 Novas diretrizes para o exercício do magistério: da formação normalista à licenciatura.....	85
5.4 Permanências e memórias: O papel atual do Instituto como escola de referência em Vitória da Conquista.....	87
6. (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: MULHERES E A ESCOLA NORMAL.....	90
6.1 A formação e seus reflexos na trajetória das mulheres	96
6.2 A (Re) construção da memória coletiva feminina por meio da educação normalista.....	101
7. CONSIDERAÇÕES	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES.....	115

1. INTRODUÇÃO

“Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos que só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (Halbwachs, 1990, p. 26).

Segundo Halbwachs, a memória não é construída de forma individual, pois nossas lembranças estão sempre ligadas às relações que mantemos com outras pessoas. Mesmo quando recordamos experiências pessoais, essas lembranças são influenciadas pelos grupos dos quais fazemos parte. Essa ideia contribui para esta pesquisa ao permitir compreender que as experiências das mulheres formadas na Escola Normal de Vitória da Conquista fazem parte de uma memória social compartilhada, construída no convívio institucional e educacional do município.

Nesse processo, apresentei minha primeira proposta com entusiasmo e o desejo genuíno de explorar, contextualizar e discutir, por meio do projeto, reflexões sobre a Educação de Jovens no município de Vitória da Conquista. Durante o percurso formativo minha inquietação sempre se voltava para discutir as políticas públicas, debater sobre a importância da melhor formação docente e buscar uma metodologia educacional que suprisse o contexto social dos alunos.

Contudo, ao me inscrever na linha de pesquisa sobre Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), meus pensamentos se limitavam apenas aos processos de formação. Em minha primeira conversa com minha orientadora, a professora Dra. Nereida M^a Santos Mafrá De Benedictis, fui questionada sobre a questão da memória e então surgiu uma inquietação fundamental: Qual a importância da memória para a educação? Em que realmente se baseiam os processos de subjetivação?

Inquieta, tornei-me membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Análise em Memória Social, Espaço e Educação (NUAMSEE/CNPQ). Nas discussões do grupo, comecei a compreender a importância da memória como objeto de reflexão. Portanto, o estudo da memória é um campo do saber e do conhecimento, multimodal que abrange diferentes dimensões da experiência humana (De Benedictis, 2016).

Encantada com a relevância da memória para a metodologia da pesquisa em educação, iniciamos o desenvolvimento do projeto intitulado “Saberes e experiências

de estudantes da EJA do Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED) para a constituição de suas memórias”.

Diante desse contato inicial com a história da instituição e das reflexões construídas ao longo do percurso formativo no Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente nas discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Núcleo de Análise em Memória Social, Espaço e Educação (NUAMSEE/CNPq), ocorreu um redirecionamento no foco inicial da investigação. Embora a proposta preliminar estivesse voltada para os saberes e experiências de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o aprofundamento teórico acerca da memória social e de suas relações com a educação, aliado às inquietações suscitadas sobre a Escola Normal, ampliou o olhar da pesquisa para compreender o papel dessa instituição na formação docente e na constituição das memórias de mulheres que tiveram experiências nesse espaço educativo. Assim, o estudo passou a concentrar-se nas experiências formativas e nas práticas educativas desenvolvidas na Escola Normal, conduzindo à reformulação do problema de pesquisa.

Durante as visitas exploratórias à instituição, deparei-me com uma frase marcante: “Você não conheceu a Escola Normal. ” Essa observação despertou em mim o desejo de compreender a história e o legado dessa instituição, inaugurada em 20 de março de 1952, em Vitória da Conquista- Bahia, com o propósito de formar professores para o ensino primário¹ (Mendes, 2004).

De acordo com Mendes (2004), a criação da Escola Normal atendeu à crescente necessidade de qualificação docente em um contexto social em transformação. A docência era considerada uma profissão de prestígio, associada a respeito e reconhecimento social, especialmente para as mulheres, que encontraram nesse espaço uma forma de inserção no âmbito público.

As Escolas Normais, entre o século XIX e meados do XX, foram as primeiras instituições que possibilitaram a formação cultural e profissional feminina, conferindo-lhes visibilidade e autonomia intelectual (Silva, 2022).

¹ O ensino primário e o ginásio correspondiam, respectivamente, ao Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), conforme a atual organização da educação básica brasileira. Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

No contexto baiano, essas instituições foram essenciais para o avanço educacional e a consolidação do perfil profissional docente. Além disso, abriram caminhos para que as mulheres ocupassem espaços de participação social, antes restritos ao domínio masculino. Em Vitória da Conquista, a Escola Normal se consolidou como um espaço simbólico de transformação e pertencimento, no qual as mulheres exerceram papel fundamental na construção da memória coletiva e na formação educacional da cidade.

A partir dessas reflexões, delineou-se o problema desta pesquisa: Como a prática educativa da Escola Normal contribuiu para a construção da memória de mulheres em Vitória da Conquista – Bahia?

Para orientar a investigação e aprofundar a compreensão do problema proposto, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: Quais práticas educativas caracterizaram a formação oferecida pela Escola Normal de Vitória da Conquista? De que maneira essas práticas educativas contribuíram para a formação das mulheres que estudaram nessa instituição? Quais experiências e memórias são evocadas pelas mulheres que tiveram formação na Escola Normal?

Desse modo, o objetivo geral é analisar a prática educativa da Escola Normal em Vitória da Conquista para a (re) construção da memória de mulheres.

Como objetivos específicos, propõe-se:

- Compreender o contexto histórico de criação e desenvolvimento da Escola Normal no Brasil e em Vitória da Conquista;
- Conhecer a Escola Normal de Vitória da Conquista e identificar as práticas educativas e sua contribuição para a formação das mulheres;
- Refletir sobre o processo de desativação/extinção da Escola Normal e o cenário atual da formação docente;
- Analisar as experiências e memórias das mulheres que vivenciaram a Escola Normal.

A pesquisa está delimitada ao período de 1970 a 1990, com base nas experiências das participantes que cursaram a formação normalista nesse intervalo.

Discutir o papel das mulheres na educação implica reconhecer sua representatividade social e histórica. Como afirma Almeida (1998):

[...] Se a educação modifica a mulher, assim como todos os seres humanos, a mulher modifica a educação escolarizada, enquanto sua

principal veiculadora. Aceitando-se que as análises sobre a educação não podem mais prescindir da categoria gênero é possível que se descortinem novos paradigmas, que levem à compreensão da intrínseca relação entre mulher e educação e, a partir daí novas hipóteses podem ser construídas (Almeida, 1998, p. 4).

As experiências das mulheres normalistas revelam a educação como espaço de resistência e de (re) construção de memórias. Apesar das barreiras impostas, elas encontraram, na formação docente, a oportunidade de transpor os limites sociais do feminino e afirmar sua presença no contexto educacional de Vitória da Conquista. Como afirma Perrot (2006, p. 19), “agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. **Mas elas têm atuado, e de muitas maneiras** (grifos nossos).”

Rememorar suas trajetórias significa dar visibilidade às narrativas silenciadas e reconhecer o papel essencial das mulheres na formação educacional e cultural da cidade. Conforme destaca De Benedictis (2016, p.174), “as mulheres sempre exerceram um papel essencial na organização social, mas muitas vezes sua memória foi silenciada ou reduzida à esfera privada”. Essa afirmação permite compreender que a atuação feminina na educação não se restringiu ao âmbito doméstico, mas se inseriu em processos mais amplos da organização social e da construção de sentidos coletivos em torno da docência.

No caso da Escola Normal de Vitória da Conquista, as mulheres não apenas se formaram professoras, mas atuaram como mediadoras culturais e agentes de transformação social, contribuindo para a consolidação da memória educacional do município. As narrativas analisadas indicam que a escola foi um espaço de reconhecimento social de suas trajetórias, ainda que esse reconhecimento nem sempre tenha se traduzido em registros ou formalizações institucionais.

Compreender as práticas educativas da Escola Normal e suas repercussões na formação feminina é também um ato de reconstrução da memória social. A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, com base em uma abordagem fenomenológica e hermenêutica, utilizando o testemunho como principal ferramenta metodológica (Ricoeur, 2007). O estudo será conduzido por meio de revisão bibliográfica e análise documental, abrangendo fontes históricas, dissertações, teses, monografias e registros do Arquivo Público de Vitória da Conquista.

Essa escolha metodológica possibilitou compreender as múltiplas dimensões da memória e das práticas educativas que marcaram o percurso das mulheres na Escola Normal. Assim, analisar o impacto da prática educativa da Escola Normal na formação de mulheres permite compreender a influência feminina na construção da memória educacional de Vitória da Conquista. Reconhecer suas vozes e experiências é contribuir para uma educação mais inclusiva, sensível à memória e comprometida com a transformação social.

A presente dissertação está estruturada em seis capítulos, organizados de forma lógica e articulada, com o objetivo de favorecer a compreensão do tema e assegurar a progressão coesa das ideias ao longo do texto. Cada capítulo foi elaborado de modo a contribuir para o desenvolvimento da problemática central e o alcance dos objetivos propostos.

O primeiro capítulo, Introdução, apresenta a temática da pesquisa, as inquietações que motivaram o estudo, a delimitação temporal, o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos. Também contextualiza a importância da prática educativa e da memória coletiva na constituição das experiências femininas vinculadas à Escola Normal de Vitória da Conquista – BA, destacando a relevância dessa instituição para a formação docente e para a (re) construção das memórias de mulheres que nela se formaram.

O segundo capítulo, intitulado Trilha Metodológica, descreve o percurso investigativo da pesquisa, detalhando os procedimentos metodológicos adotados. São apresentados a abordagem qualitativa e o caráter exploratório do estudo, os referenciais teóricos que orientam a análise fenomenológica e hermenêutica, bem como os procedimentos de coleta e interpretação dos dados.

Este capítulo também expõe os fundamentos da análise documental, as etapas da pesquisa de campo e a realização de entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres egressas da Escola Normal, que vivenciaram a formação entre as décadas de 1970 e 1990.

O terceiro capítulo, denominado A Escola Normal: Contexto Histórico, aborda as origens das Escolas Normais no Brasil, sua expansão e consolidação entre os séculos XIX e XX, o papel dessas instituições na formação do magistério primário e as principais reformas educacionais que influenciaram seu funcionamento, com destaque para as legislações nacionais (LDB/1961, Lei 5.692/1971 e LDB/1996).

Também discute o processo de interiorização das Escolas Normais na Bahia e as políticas públicas estaduais voltadas à formação docente.

O quarto capítulo, *Entre Saberes e Destinos: Caminhos da Escola Normal em Vitória da Conquista*, examina o processo de criação da Escola Normal (Instituto de Educação Euclides Dantas – IEED), em 1952, e sua relevância na formação de mulheres educadoras. Nesse capítulo, são analisadas as práticas educativas, os valores e os saberes transmitidos na instituição, bem como os reflexos dessas experiências pessoais e profissionais das alunas, evidenciando a Escola Normal como um espaço de memória, pertencimento e transformação social.

O quinto capítulo, *O Processo de Desativação/Extinção da Escola Normal*, analisa as reformas educacionais e as mudanças estruturais que impactaram o Instituto de Educação Euclides Dantas. Discute o encerramento das turmas do curso Normal Médio e a transição para o ensino superior, destacando as permanências, rupturas e ressignificações que marcaram o percurso da instituição até seu papel atual como escola de referência em Vitória da Conquista.

O sexto capítulo, *(Re) construção da Memória: Mulheres e a Escola Normal*, constitui o núcleo interpretativo da dissertação. Nele são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir das entrevistas, documentos e registros analisados.

O capítulo explora como as práticas educativas e as experiências vividas na Escola Normal contribuíram para a formação das mulheres e para a (re) construção da memória coletiva feminina em Vitória da Conquista. As narrativas das egressas são compreendidas como expressões da memória social, revelando cultura, resistências e pertencimentos que permanecem vivos na história educacional do município.

Por fim, nas *Considerações*, são retomados os principais achados da pesquisa, destacando sua relevância acadêmica, social e educacional. São apontadas contribuições para o campo da Educação e para os estudos de memória, bem como sugestões para futuras investigações que ampliem a compreensão sobre o papel das mulheres na história da educação e na preservação da memória coletiva local.

2. TRILHA METODOLÓGICA

No cenário acadêmico, a pesquisa tem por finalidade o aperfeiçoamento do conhecimento em áreas específicas, possibilitando a ampliação da compreensão sobre fenômenos sociais, históricos e educativos. Esta dissertação é de natureza qualitativa e exploratória, e tem como foco analisar a prática educativa da Escola Normal e sua contribuição para a (re) construção da memória de mulheres em Vitória da Conquista – Bahia.

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, que, conforme Fiorintin (2006, p. 85), “proporciona uma abordagem mais aprofundada da realidade dos sujeitos e uma melhor compreensão dos significados que eles dão para essa realidade e sua ação”. Essa perspectiva permitirá uma análise sensível e reflexiva sobre as contribuições da prática educativa da Escola Normal, considerando o legado histórico, cultural e formativo que a instituição exerceu sobre o percurso de mulheres e sobre a memória educacional de Vitória da Conquista – BA.

A abordagem qualitativa abrange, também, uma revisão sistemática com análise crítica dos conceitos, teorias e estudos empíricos que dialogam com a temática da pesquisa. É importante destacar que, segundo Flick (2004, p. 22), “[...] a pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado”, mas caracteriza-se por sua flexibilidade e pela diversidade de abordagens possíveis. Essa característica permite articular as dimensões histórica, social e educativa que perpassam o objeto deste estudo.

Dessa forma, o estudo visa analisar a prática educativa da Escola Normal como instituição formadora de sujeitos e promotora do desenvolvimento educacional local, mediante a análise documental de arquivos, relatórios e registros históricos.

Além disso, busca compreender de que modo essa instituição contribuiu para a (re)construção da memória de mulheres, o que será possível por meio da escuta de testemunhos e entrevistas com ex-alunas, cujas experiências constituem elementos fundamentais da memória coletiva conquistense.

De acordo com Minayo (2007), a metodologia ocupa um papel central dentro das teorias científicas, pois está intrinsecamente ligada à forma como o pesquisador compreende e interpreta o objeto de estudo. Assim, esta etapa se configura como um marco orientador da análise e interpretação dos dados. A abordagem teórica utilizada sustentará a leitura dos resultados e a formulação das conclusões da pesquisa.

No campo conceitual da memória, os referenciais teóricos adotados, Halbwachs (1990, 2006), Nora (1993), Ricoeur (2007) e De Benedictis (2016, 2020), fundamentam a compreensão de que a memória é uma construção social e simbólica, sustentada por práticas compartilhadas e espaços de recordação.

A articulação desses referenciais teóricos orienta a compreensão da memória como um processo dinâmico, social e simbólico, no qual as experiências individuais ganham sentido coletivo. No contexto desta pesquisa, tais perspectivas possibilitam analisar a Escola Normal de Vitória da Conquista como um lugar de memória, no qual as práticas educativas e as vivências femininas se entrelaçam, produzindo sentidos que permanecem vivos nas narrativas das egressas. Assim, os testemunhos não são compreendidos como relatos isolados, mas como expressões de uma memória coletiva construída no interior da instituição.

Esses autores evidenciam que a memória coletiva não é a simples soma das lembranças individuais, mas um fenômeno dinâmico, mediado pelos grupos e fortalecido por lugares e ações de rememoração. Nesse contexto, Pollak (1989) contribui ao destacar a relevância dos testemunhos e narrativas como instrumentos essenciais de rememoração e reconstrução da memória coletiva.

Com base nesse entendimento, a Escola Normal de Vitória da Conquista será analisada como um lugar de memória, conforme o conceito proposto por Pierre Nora (1993), por representar um espaço onde as lembranças individuais e coletivas se entrelaçam, transcendendo sua função educativa e assumindo também um papel histórico e cultural na cidade.

No que se refere à função da mulher na educação e na construção da memória coletiva, a pesquisa se inspira nas reflexões de Michelle Perrot (2007) e De Benedictis (2016), que destacam a necessidade de (re)construir as narrativas femininas no contexto educacional e reconhecer a contribuição das mulheres para o fortalecimento da memória social. As autoras reforçam a importância dos testemunhos e da experiência feminina como elementos indispensáveis à compreensão do passado e à formação identitária de grupos e instituições.

A presença das mulheres na educação, portanto, constitui o eixo central desta investigação, visto que elas desempenharam papel fundamental na (re) construção da memória coletiva de Vitória da Conquista. Assim, a metodologia adotada procura valorizar as vozes, saberes e experiências femininas que contribuíram para a consolidação da educação local.

As técnicas de investigação incluíram entrevistas semiestruturadas, análise documental e pesquisa de campo exploratória junto às mulheres egressas da Escola Normal. A pesquisa de campo buscou promover uma interação espontânea e reflexiva, permitindo que as participantes compartilhassem suas memórias e percepções em um ambiente colaborativo e afetivo. A produção dos dados empíricos foi realizada por meio de entrevistas com cinco mulheres, das quais três ainda atuam na educação infantil (duas como cuidadoras e uma como professora de creche) e duas são aposentadas. A seleção das participantes se justifica pela relevância de suas experiências formativas e pela representatividade de suas trajetórias profissionais na história educacional do município.

As entrevistas semiestruturadas abordaram questões relacionadas a três eixos:

1. Práticas educativas vivenciadas na Escola Normal;
2. Memória coletiva e condição feminina;
3. Formação docente e suas repercussões na trajetória pessoal e profissional.

O caráter semiestruturado permitiu que as entrevistadas expressassem livremente suas lembranças, possibilitando o surgimento de narrativas espontâneas e significativas. Paralelamente, a análise documental contemplou o exame de registros institucionais, currículos, atas, fotografias, relatórios e publicações preservadas tanto no Arquivo Público de Vitória da Conquista quanto no acervo histórico do Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED). Também foram consultadas dissertações, monografias e teses relacionadas à temática, que embasou teoricamente e contextualizou o estudo.

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado previamente elaborado, o qual serviu como orientação para a condução do diálogo, sem engessar as falas das participantes. O roteiro possibilitou que temas centrais da pesquisa fossem abordados, ao mesmo tempo em que permitiu o surgimento de narrativas espontâneas, memórias afetivas e interpretações pessoais sobre a experiência formativa na Escola Normal.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com autorização prévia das participantes, garantindo fidelidade às falas e maior rigor no tratamento dos dados. Posteriormente, os áudios foram transcritos integralmente, respeitando a linguagem e a expressividade das entrevistadas, constituindo o corpus empírico da pesquisa.

Durante a análise, as transcrições foram organizadas conforme os eixos temáticos do roteiro de entrevista, articulando as narrativas das participantes com os referenciais teóricos da memória coletiva e da prática educativa, conforme fundamentação apresentada neste capítulo e detalhada no tópico 2.2 – Seleção da amostra (p. 21). Na pesquisa de campo, foram realizadas visitas à instituição e aos espaços históricos que preservam memórias da antiga Escola Normal. O registro fotográfico e descritivo desses locais foi analisado com base no conceito de “lugar de memória” (Nora, 1993), buscando compreender como os espaços físicos contribuem para a construção e permanência da memória coletiva.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, com ênfase nas dimensões simbólicas e afetivas das lembranças evocadas, considerando os relatos como construções subjetivas e coletivas. Como afirma Ricoeur (2007, p. 207), “a memória implica o esquecimento, pois as perdas são percebidas como algo necessário à transformação da memória”. Assim, compreender-se-á que as recordações sobre a Escola Normal são moldadas por escolhas conscientes e inconscientes, revelando como o perfil coletivo da instituição é (re) construída ao longo do tempo. Parei aqui.

No caso da Escola Normal de Vitória da Conquista, essa memória é mantida viva pelos grupos que a constituíram, professoras, alunas e comunidade educativa que, ao revisitar suas experiências, reafirmam a escola como símbolo educacional e cultural da cidade. Dessa maneira, a instituição é compreendida não apenas como um espaço de ensino, mas como um espaço vivo de memória, onde saberes, práticas e valores são continuamente produzidos, preservados e transmitidos.

Reconhecendo as mulheres como parte de um grupo social que compartilha uma memória coletiva, torna-se relevante compreender seu contexto histórico e simbólico. Como ressalta De Benedictis (2016, p. 66),

Reconhecendo as mulheres como pertencentes a um grupo da sociedade, parte de uma memória social, torna-se relevante a compreensão sobre o seu contexto histórico e social, por meio da memória, o que possibilitará uma maior apreensão da sua geografia social, bem como do espaço em que está inserida.

A memória social das mulheres deve ser analisada como um processo contínuo, no qual as experiências individuais ganham sentido dentro do coletivo. As

lembranças compartilhadas pelas entrevistadas foram, portanto, fundamentais para a interpretação dos resultados e para a reconstrução da memória da Escola Normal.

Por fim, as informações coletadas por meio das entrevistas e documentos foram organizadas, categorizadas e interpretadas à luz dos referenciais teóricos, articulando a dimensão subjetiva das memórias femininas com o contexto histórico e educacional da cidade. Essa metodologia permitirá compreender, de forma sensível e rigorosa, como a prática educativa da Escola Normal contribuiu para a (re)construção da memória de mulheres em Vitória da Conquista – Bahia.

2.1 Seleção da amostra

A pesquisa foi realizada na cidade de Vitória da Conquista, tendo como foco as narrativas de mulheres que estudaram na Escola Normal no período de 1970 a 1990. A seleção das participantes seguiu critérios considerando sua inserção no contexto educacional e a vivência significativa na instituição, buscando compreender os impactos da Escola Normal na construção da memória coletiva do município.

As participantes foram cinco mulheres que concluíram sua formação normalista nesse intervalo temporal. Suas narrativas não foram tratadas como registros meramente individuais, mas como parte de um esforço coletivo de rememoração, em que determinados acontecimentos são realçados enquanto outros são esquecidos. Esse processo de ativação da memória não é neutro; é intencional e moldado por fatores culturais, históricos e políticos, refletindo os interesses de grupos que buscam afirmar legados.

Como destaca De Benedictis (2016, p. 17), a supervisão da memória social depende das narrativas e das práticas coletivas que permitiram que certos acontecimentos fossem preservados, enquanto outros foram esquecidos.

Os critérios de inclusão envolveram o vínculo institucional com a Escola Normal de Vitória da Conquista e a conclusão da formação no período de 1970 a 1990. As participantes deveriam ter experiências formativas relevantes, refletindo o percurso educacional e social promovida pela instituição. Também foi requisito a disponibilidade para participação em entrevistas semiestruturadas, com disposição para compartilhar suas memórias e percepções, permitindo o aprofundamento da dimensão qualitativa da pesquisa.

A estratégia de amostragem adotada foi intencional, com foco na representatividade de diferentes turmas, nas áreas de atuação após a formação e no tempo de vínculo com a instituição. Pretendeu-se, construir um panorama amplo das contribuições da Escola Normal para a formação de mulheres e para o fortalecimento da memória coletiva e do empoderamento feminino no município.

Conforme observa Perrot (2008, p. 16), a história das mulheres foi marcada pelo silêncio e pela necessidade de dar voz a experiências antes marginalizadas, o que reforça a importância de escutar as narrativas das egressas para compreender os impactos da formação normalista na construção de memórias coletivas.

Foram priorizadas mulheres que, além de terem concluído seus estudos na Escola Normal, tenham desempenhado papéis relevantes em práticas educacionais e sociais, contribuindo para a preservação da memória coletiva da instituição e da cidade. A amostragem, portanto, foi guiada pela relevância das experiências das participantes em relação aos objetivos da pesquisa.

Ao valorizar essas vozes femininas, pretende-se não apenas reconstruir as experiências da Escola Normal, mas também evidenciar seu papel na formação educacional, na constituição da memória coletiva e na valorização da contribuição das mulheres em Vitória da Conquista.

O instrumento de coleta de dados consistiu em uma entrevista semiestruturada, elaborada especificamente para esta pesquisa, a partir dos referenciais teóricos de Halbwachs (2006), Ricoeur (2007), Candau (2012) e Perrot (2008), que abordam as relações entre memória e experiência feminina.

Além das entrevistas semiestruturadas, foi utilizado um formulário de pesquisa elaborado especificamente para orientar e aprofundar a coleta das narrativas das participantes.

O instrumento contém questões abertas organizadas em seis eixos: perfil das participantes (identificação, trajetória formativa e atuação profissional), práticas educativas vivenciadas na Escola Normal, atuação social e profissional, memória social e contexto histórico, influências e estilo de vida, e registros/testemunhos.

Esse formulário possibilitou estruturar temas centrais sobre a formação normalista, permitindo que as entrevistadas rememorasse lembranças pessoais, profissionais e afetivas relacionadas ao período em que estudaram na instituição. Sua função foi complementar o roteiro da entrevista, assegurando que dimensões relevantes como métodos pedagógicos, experiências formativas, impactos familiares

e comunitários, contexto político da época e processos de construção da memória coletiva fossem exploradas de forma sistemática, garantindo profundidade e consistência à análise qualitativa.

As entrevistas tiveram a duração média de 60 a 90 minutos e foram gravadas em áudio, com autorização prévia das participantes. Posteriormente, foram transcritas integralmente para análise interpretativa. A opção pelo modelo semiestruturado se justifica por permitir liberdade narrativa, valorizando a espontaneidade das lembranças e a subjetividade das falas.

A pesquisa seguiu todas as normas éticas estabelecidas, cada participante recebeu e assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foram explicados os objetivos da pesquisa, a natureza voluntária da participação, o direito de desistir a qualquer momento e as garantias de anonimato e confidencialidade das informações.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sendo aprovada conforme o Parecer Consubstanciado nº 7.888.498, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 90841925.9.0000.0055. O estudo atendeu às diretrizes éticas estabelecidas pelas Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o respeito à dignidade, aos direitos e ao bem-estar das participantes.

Ademais, os nomes verdadeiros das entrevistadas foram substituídos por pseudônimos simbólicos: Esmeralda, Pureza, Flor, Aurora e Esperança, com objetivo de preservar a identidade das participantes e reforçar a dimensão poética e afetiva das narrativas femininas. Todo o material coletado foi utilizado exclusivamente para fins acadêmicos, armazenado em formato digital protegido por senha, garantindo a integridade e o sigilo das informações.

Quadro 1 – Perfil das participantes

Pseudônimo	Ano de Ingresso	Ano de Conclusão	Período Estudado	Área de Atuação Atual
Esmeralda	1964	1971	Década de 1960–1970	Professora aposentada da rede estadual
Pureza	1974	1978	Década de 1970–1980	Professora da rede estadual

Flor	1980	1982	Década de 1980	Cuidadora da rede pública municipal
Aurora	1984	1988	Década de 1980	Professora da rede municipal
Esperança	1986	1990	Década de 1990	Coordenadora Pedagógica

Fonte: Pesquisa

O quadro apresentado sintetiza o perfil das cinco mulheres selecionadas para o estudo, destacando o período em que cada uma ingressou e concluiu a formação, bem como sua área de atuação atual. Essas informações permitem visualizar a diversidade temporal das experiências vividas na Escola Normal entre as décadas de 1960 e 1990, possibilitando compreender diferentes práticas educativas, contextos históricos e trajetórias profissionais.

A variação de percursos reforça a relevância da amostragem intencional adotada, uma vez que cada participante contribui com memórias específicas que, articuladas entre si, ampliam a compreensão do papel formativo da Escola Normal e das repercussões dessa formação na vida pessoal e no trabalho educacional das egressas.

As participantes da pesquisa apresentam perfis distintos quanto ao período de ingresso e conclusão da formação normalista, bem como em relação às áreas de atuação profissional exercidas após a conclusão do curso. Essa diversidade temporal possibilita abarcar diferentes contextos institucionais, práticas formativas e experiências educacionais vivenciadas na Escola Normal ao longo das décadas de 1960, 1970, 1980 e início dos anos 1990.

As informações sistematizadas no quadro permitem situar as narrativas no tempo histórico da instituição, contribuindo para a compreensão das continuidades e mudanças no processo formativo oferecido pela Escola Normal de Vitória da Conquista. Dessa forma, o perfil das participantes funciona como um elemento contextualizados da análise, auxiliando na interpretação das memórias evocadas e das experiências relatadas no decorrer da pesquisa.

Diante da caracterização das participantes e da apresentação dos procedimentos de coleta, é possível avançar para a etapa que descreve de que forma os dados serão analisados no decorrer da pesquisa. Assim, na subseção seguinte, abordaremos a estrutura adotada para a análise dos dados, explicando os métodos

interpretativos, os referenciais teóricos mobilizados e os critérios utilizados para organizar e compreender as narrativas coletadas. Essa etapa foi fundamental para garantir rigor, coerência e profundidade ao tratamento das narrativas e materiais reunidos.

2.2 Análise dos dados

Na análise dos dados foi utilizada a abordagem qualitativa, com base nos referenciais teóricos sobre Memória coletiva, Lugar de Memória e o Papel da Mulher na Educação. Desse modo, os dados foram orientados pelos métodos hermenêutico e fenomenológico, com base na perspectiva de Paul Ricoeur (2007).

O autor desenvolve uma fenomenologia profundamente vinculada à hermenêutica, compreendendo esta como "a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos" (Ricoeur, 2011, p. 24). Assim, a análise busca compreender os sentidos expressos nas narrativas das participantes, considerando suas experiências vividas (fenomenologia) e os significados atribuídos a essas experiências no contexto social e histórico (hermenêutica), por meio da interpretação dos discursos coletados.

A abordagem hermenêutica que é fundamentalmente interpretativa, permitiu compreender como a memória coletiva é construída e reconstruída ao longo do tempo, considerando o entrelaçamento entre lembrança, esquecimento e reconstrução simbólica (Ricoeur, 2007).

A análise seguiu três etapas principais, inspiradas na proposta de Ricoeur (2011) e adaptadas ao contexto da pesquisa: Descrição fenomenológica: leitura atenta e compreensão inicial das narrativas, preservando a linguagem das participantes e identificando as experiências significativas associadas à Escola Normal; Interpretação hermenêutica: identificação dos sentidos simbólicos e culturais presentes nas falas, articulando as lembranças individuais à memória coletiva e a Compreensão hermenêutico-fenomenológica: análise reflexiva dos resultados, relacionando-os aos referenciais teóricos e ao contexto histórico-social de Vitória da Conquista, buscando compreender como as práticas educativas se tornaram elementos de memória social e empoderamento.

A análise documental serviu como suporte para validar e contextualizar as falas das entrevistadas. Foram verificados registros pessoais, como diários, cadernos

de anotações ou memórias escritas, os quais eram comuns entre mulheres, especialmente em contextos educacionais.

Além de correspondências entre os testemunhos e as informações históricas da Escola Normal, destacando a instituição como um espaço de memória educacional do município de Vitória da Conquista. Os documentos analisados permitiram aprofundar a compreensão sobre o contexto histórico da Escola Normal, possibilitando o confronto com os testemunhos das entrevistadas.

A abordagem permitiu a construção de um panorama amplo sobre as contribuições da Escola Normal para as vivências feminina e a formação da memória coletiva em Vitória da Conquista.

Ademais, foi realizado um levantamento teórico, com foco no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) entre os meses de junho e julho 2025. O objetivo foi obter conhecimento sobre as pesquisas que envolvem o objeto de pesquisa, mapeando as contribuições acadêmicas sobre o papel das mulheres na educação e sua relação com a construção da memória coletiva.

2.3 Estado da Arte- Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Com o objetivo de mapear as contribuições acadêmicas sobre mulheres na educação e sua relação com a construção da memória coletiva, foi realizado um levantamento teórico nos meses de junho e julho de 2025 no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esse estudo permitiu um aprofundamento na compreensão do papel desempenhado por mulheres na educação e suas influências na construção da memória coletiva, identificando tanto as temáticas recorrentes quanto as lacunas existentes nas pesquisas já realizadas. Inicialmente, foi realizada uma busca no Catálogo CAPES pelo termo “mulheres”, resultando em 64.796 trabalhos publicados entre 1987 até os dias atuais.

Desses, 40.744 são dissertações de mestrado e 14.081 são teses de doutorado. Observou-se uma maior concentração dessas pesquisas na área de

Ciências da Saúde, com 12.674 trabalhos, seguida pela área de Ciências Humanas, que reúne 8.874 trabalhos conforme quadro abaixo.

Quadro 02: Teses e Dissertações sobre mulheres – Síntese distribuídos por **CIÊNCIAS HUMANAS- SUBÁREA** (do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES)

CIÊNCIAS HUMANAS- SUBÁREA
• Ciência Política – 240 trabalhos • Educação – 1.779 trabalhos • Educação em Periferias Urbanas – 21 trabalhos • Educação Especial – 4 trabalhos • Ensino Profissionalizante – 12 trabalhos • Ensino-Aprendizagem – 22 trabalhos • Geografia – 278 trabalhos • Geografia Regional – 3 trabalhos • História – 1.319 trabalhos • História do Brasil – 65 trabalhos • História Regional do Brasil – 29 trabalhos • Planejamento Educacional – 25 trabalhos • Políticas Públicas – 19 trabalhos • Sociologia do Desenvolvimento – 28 trabalhos

PROGRAMAS RELACIONADOS À ÁREA DE EDUCAÇÃO
• Educação Brasileira – 37 trabalhos • Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas – 19 trabalhos • Educação, Sociedade e Práxis pedagógica – 14 trabalhos • Educação e Práticas educativas – 3 trabalhos • Educação e Formação – 6 trabalhos • Ensino e Aprendizagem – 1 trabalho • Fundamentos da Educação e Práticas Educacionais – 6 trabalhos

Fonte: Pesquisa

No total, a pesquisa encontrou 3.844 trabalhos relacionados ao descritor “mulheres” na área de Ciências Humanas. Entre as instituições com maior número de publicações, destacam-se: Universidade de São Paulo (USP) – 116 trabalhos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – 119 trabalhos, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 107 trabalhos e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 141 trabalhos.

No levantamento quantitativo de teses e dissertações sobre mulheres, organizadas por subáreas das Ciências Humanas, segundo dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Entre os destaques, observa-se que a subárea de Educação concentra o maior número de produções, com 1.779 trabalhos, evidenciando a forte articulação entre gênero e práticas educacionais no campo acadêmico. Dentro desse universo, destaca-se diferentes enfoques e metodologias sobre a temática que contribuem para o aprofundamento das discussões sobre o papel das mulheres na construção de saberes, práticas docentes e políticas educacionais. Esses dados revelam que a produção acadêmica tem se voltado não apenas para registrar a presença das mulheres na educação, mas também para compreender suas contribuições, desafios e experiências, reafirmando a relevância dessa temática na construção do pensamento crítico e emancipador no campo educacional.

Conforme preconiza Haddad (2002), os estudos estado da arte possibilitam a sistematização de um determinado campo de conhecimento. Assim, num recorte temporal definido, é possível considerar os principais resultados de uma investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados, abertos à pesquisa futura.

Desse modo, esse modo, o Quadro 2 foi organizado com o intuito de refinar a busca por Teses e Dissertações que abordem os temas Mulheres, Prática Educativa e Memória Coletiva, com foco nas áreas de concentração relacionadas à Educação. A partir desse critério, foram identificados três trabalhos acadêmicos, entre eles duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Observa-se que os trabalhos encontrados se concentram apenas nos anos de 2019 e 2021. Esse dado evidencia uma lacuna na produção mais recente ou, ainda, a necessidade de maior visibilidade a estudos que articulem as categorias mencionadas no contexto educacional.

Quadro 03: Síntese das Teses e Dissertações sobre Mulheres, Prática Educativa e Memória Coletiva.

Ano	Título	Autor(a)	Tipo / Instituição	Objetivo	Contribuições
2021	A Tradicionalidade, Memória e Saberes das Quebradeiras de Coco Babaçu na Reserva Extrativista de Ciriaco-MA	Lilian Rolim Figueiredo	Mestrado Profissional em Formação Docente em Práticas Educativas / Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Compreender as práticas tradicionais e os saberes das quebradeiras de coco babaçu e sua relação com a memória coletiva.	Valoriza os saberes tradicionais femininos como práticas educativas populares e contribui para o reconhecimento da memória social de comunidades extrativistas.
2019	Formação e Atuação Docente de Aída Balaio: Biografia de uma Educadora Negra em Fortaleza – CE (1908–1970)	Ana Michele da Silva Lima	Doutorado em Educação / Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Analisar a trajetória de Aída Balaio, destacando sua formação e atuação docente como mulher negra na educação cearense.	Contribui para a valorização da história de mulheres negras na educação, destacando suas práticas pedagógicas e resistência histórica.
2021	História, Memória e Imagem Quilombola: O Vídeo Educativo como Recurso Didático no Currículo do Ensino Médio Integrado	Diego dos Santos Alves	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica / Instituto Federal de Alagoas (IFAL)	Investigar o uso do vídeo educativo como instrumento de valorização da memória quilombola no currículo escolar.	Ressalta a importância de práticas educativas que reconheçam identidades étnico-raciais, integrando memória e tecnologias na formação crítica dos estudantes.

Fonte: Pesquisa

O Quadro acima apresenta uma síntese de dissertações e teses que dialogam com os eixos centrais desta pesquisa: mulheres, prática educativa e memória coletiva. As produções reunidas, desenvolvidas nos anos de 2019 e 2021, exploram contextos nos quais a atuação feminina emerge como elemento central na transmissão de saberes, na resistência cultural e na valorização das experiências formativas.

Em comum, os estudos evidenciam o papel das mulheres como sujeitos históricos, cujas vivências educativas contribuíram para a construção de identidades e para a preservação da memória coletiva de suas comunidades. Tais contribuições oferecem importantes subsídios teórico-metodológicos à presente pesquisa, que

busca compreender os impactos da Escola Normal de Vitória da Conquista – BA na formação de mulheres, por meio da escuta e análise dos testemunhos de egressas, entendidos como narrativas vivas da experiência educacional e como expressão concreta da memória coletiva vinculada à história local.

2.3.1 Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (busca por outros descritores)

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de investigação sobre memória coletiva, prática educativa e o papel das mulheres na educação, foi realizada uma nova busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando o método booleano para a combinação de descritores. Essa abordagem permitiu identificar as principais questões abordadas nas pesquisas acadêmicas, bem como possíveis lacunas a serem exploradas.

Tabela 1 - Protocolo de Pesquisa

Bases de Dados	* Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ¹ - Área Ciências Humanas		
Procedimentos de Busca	Descritores	Quantidade de Resultados	Finalidade/Justificativa
	"PRÁTICAS EDUCATIVAS"	5.279	Levantar produções sobre experiências pedagógicas e metodologias de ensino.
	"MEMÓRIA COLETIVA"	233	Compreender a produção acadêmica voltada à construção social da memória.
	"MULHERES E EDUCAÇÃO"	111	Identificar pesquisas que abordem a participação feminina nos processos educativos.
	"MULHERES" AND "EDUCAÇÃO" AND "MEMÓRIA COLETIVA"	8	Explorar a interseção entre atuação docente, práticas educativas e memória.
	"MULHERES" AND "EDUCAÇÃO" AND "PRÁTICAS" AND "EDUCATIVAS" AND "MEMÓRIA COLETIVA"	6	Aprofundar as relações entre formação feminina e construção da memória coletiva.

	"MULHERES E EDUCAÇÃO" AND "PRÁTICAS EDUCATIVAS" AND "MEMÓRIA COLETIVA"	3	Identificar produções diretamente alinhadas ao recorte temático da pesquisa.
	Resultados Totais	5.640	
Critérios de seleção de textos			
Critérios de inclusão	• Pesquisas da Área de Ciências Humanas • Pesquisas que abordam a questão da memória coletiva. • Estudos relacionados as Mulheres, Educação, Práticas educativas. • Trabalhos que discutam a questão representatividade feminina em instituições de ensino. • Estudos relacionados ao contexto brasileiro, que analisam práticas educativas e que discutam a atuação da mulher na educação.		
Critérios de análise dos textos selecionados			
Itens analisados	Título, Resumo e Conclusão.		

Fonte: Pesquisa

Com o objetivo de identificar produções acadêmicas relacionadas ao tema Contribuições da prática educativa da Escola Normal para a formação de mulheres: impactos para a memória coletiva de Vitória da Conquista – BA, o levantamento bibliográfico acima (tabela 1) teve por base descritores que articulam os principais eixos da pesquisa: práticas educativas, mulheres, memória coletiva e educação.

A escolha dos descritores buscou captar a diversidade de abordagens que envolvem a presença feminina nos contextos educativos e suas relações com a construção da memória coletiva. Foram utilizados termos isolados e também expressões combinadas, visando uma busca mais precisa e articulada. Ao associar os descritores de maneira mais específica, os resultados foram consideravelmente reduzidos: apenas 8 trabalhos incluíam simultaneamente os termos "Mulheres" And "Educação" And "Memória Coletiva". Ademais, 6 relacionavam "Mulheres" And "Educação" And "Práticas" And "Educativas" And "Memória Coletiva" e somente 3 estudos combinavam todos os termos centrais da pesquisa. Esses dados revelam que, embora existam produções relevantes nas áreas citadas, ainda há lacunas quanto ao entrecruzamento entre práticas educativas desenvolvidas por mulheres e seus impactos na construção da memória coletiva, especialmente em contextos regionais como o de Vitória da Conquista – BA. Isso reforça a originalidade e a pertinência do presente estudo.

2.3.2 Procedimentos de busca com Descritores Combinados

Observamos que, embora exista um número expressivo de trabalhos voltados à temática da memória coletiva e das práticas educativas, ainda são escassas as produções acadêmicas que exploram a contribuição de mulheres nesse processo, especialmente no contexto histórico da Escola Normal e em espaços educacionais que envolvem práticas formativas. Compreender o papel das experiências coletivas e promover reflexões sobre a memória como resultado das interações sociais e educacionais é essencial para reconhecer a diversidade das vivências femininas na formação da memória coletiva. Tal perspectiva é fundamental para pensar uma educação que valorize as contribuições de mulheres e seus impactos na construção de saberes e na formação cidadã.

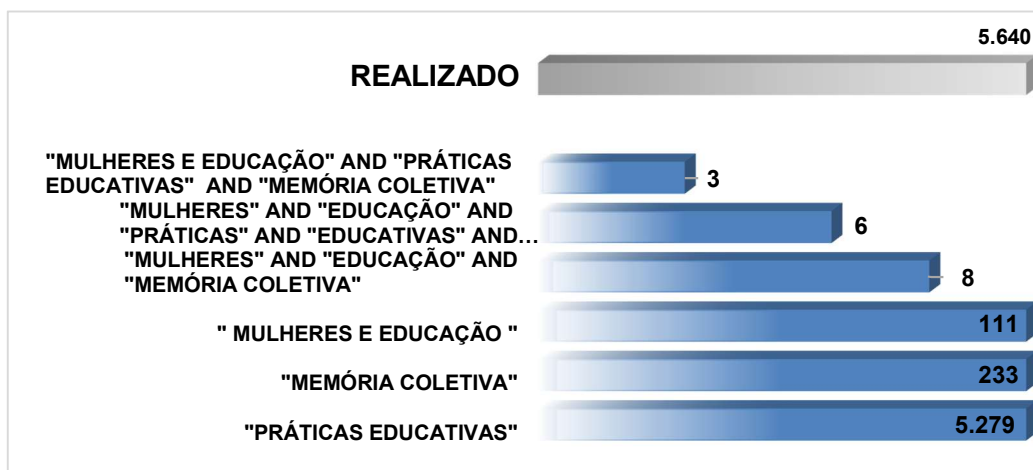
De acordo com Soares (1989), entender o estado do conhecimento sobre um tema em um determinado momento específico é fundamental para o avanço da ciência, pois possibilita a organização periódica das informações, a integração de múltiplas perspectivas, a identificação de lacunas e contradições e a projeção de novos caminhos investigativos no campo de estudo.

Com base nesses princípios, foi realizado um levantamento na Plataforma CAPES e em outras bases digitais, utilizando descritores relacionados aos eixos centrais da pesquisa: práticas educativas, memória coletiva e mulheres na educação. O total geral de resultados encontrados na área de Ciências Humanas foi de 5.640 trabalhos. No primeiro momento, buscou-se por descritores isolados. O termo “Práticas Educativas” retornou 5.279 trabalhos, evidenciando um amplo campo de discussão sobre metodologias e experiências pedagógicas. Em seguida, a busca com o descritor “Memória Coletiva” apresentou 233 resultados, indicando que essa temática tem ocupado lugar de relevância nos estudos educacionais e sociais. Já o descritor “Mulheres e Educação” apresentou 111 registros, reafirmando o crescente interesse pela participação significativa de mulheres no cenário educacional.

Na etapa seguinte, optou-se pela combinação de descritores para um refinamento da busca, o que resultou em números mais restritos. A busca por “Mulheres” And “Educação” And “Memória coletiva” retornou 08 resultados. Com os descritores "Mulheres" And "Educação" And "Práticas" And "Educativas" And "Memória Coletiva" 06 trabalhos. Finalmente, com o cruzamento mais específico dos termos ao

associar “Mulheres e Educação” And “Práticas Educativas” And “Memória Coletiva”, foram localizados apenas 3 estudos. Conforme descritas no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Procedimentos de busca



Fonte: Pesquisa

Nota-se que, à medida que os descritores utilizados nas buscas se tornaram mais específicos e combinados, houve uma redução significativa no número de resultados encontrados. A análise dos dados evidencia que à medida que os descritores foram combinados com maior complexidade; como em “Mulheres e educação” AND “Práticas Educativas” AND “Memória Coletiva”, os resultados se tornaram escassos, sendo encontrados apenas três trabalhos com esse recorte mais específico. Esse dado evidencia uma lacuna na literatura acadêmica no que se refere à articulação entre práticas educativas, memória coletiva e atuação feminina. A interseção entre esses campos, embora relevante, ainda é pouco explorada, o que reforça a originalidade da proposta desta pesquisa. Assim, percebe-se a necessidade de promover investigações que tratem essas dimensões de forma integrada, valorizando a contribuição das mulheres para a construção da memória educacional e social por meio de suas práticas formativas, especialmente no contexto da Escola Normal.

Esses dados reforçam a originalidade e relevância da presente investigação, que propõe analisar as contribuições da prática educativa da Escola Normal para a formação de mulheres e seus impactos na memória coletiva de Vitória da Conquista – BA. A escassez de estudos com esse recorte evidencia a necessidade de aprofundar

o debate sobre a presença e a contribuição das mulheres nos processos formativos e na constituição da memória histórica local.

2.3.3 Análise dos Resultados dos Descritores

A partir do cruzamento entre os descritores utilizados, foram identificados 16 trabalhos. Após uma análise criteriosa dos objetivos e conclusões de cada estudo, 8 foram considerados relevantes e foram mantidos por estarem diretamente alinhados ao foco central da pesquisa. Os demais foram excluídos por não atenderem aos critérios temáticos previamente estabelecidos. Esse protocolo de busca e análise de produções já realizadas contribuiu para reforçar a confiança na consistência e na pertinência dos resultados obtidos.

Tabela 2 – Produções analisadas

Ano	Título	Autor(a)	Tipo / Instituição	Justificativa
2019	Formação e atuação docente de Aída Balaio: biografia de uma educadora negra em Fortaleza – CE (1908–1970)	Lima, Ana Michele da Silva	Doutorado / UECE	Aborda biografia de mulher educadora formada em Escola Normal, com foco em práticas educativas e memória coletiva.
2022	Entre tempos, lembranças e narrativas: memórias e trajetórias das professoras egressas da Escola Normal em Bananeiras/PB (1983–2017)	Silva, Luiz Eduardo Paulino da	Doutorado / UERJ	Tema central na Escola Normal e na formação de professoras. Valoriza memória social local.
2022	Professoras das escolas rurais de São João do Sabugi/RN (1954–2014)	Fernandes, Aline de Medeiros	Doutorado / UFRN	Investiga trajetória de professoras e sua função social formadora baseada na memória coletiva.
2022	Memórias e identidades profissionais	Pieri, Marlise de M. N.	Doutorado / UFSC	Analisa práticas pedagógicas e memória de

	docentes: os Centros de Bem-Estar do Menor em Tubarão – SC (1970–1990)			mulheres educadoras, diálogo com seu objetivo de formação docente.
2023	As costuras-narrativas de mulheres negras e professoras, e suas histórias de vida-formação	Nascimento, Rejane Lúcia A. M. do	Doutorado / UFF	Ressalta formação docente de mulheres negras e a construção da memória no campo educacional.
2023	Sob a battuta da mestra: a professora Lourdes Guilherme e o ensino da música na Escola Industrial de Natal (1945–1968)	Costa, Gilmara Catarine Dantas	Mestrado / IFRN	Estudo de caso de atuação feminina no magistério formal, com destaque para memória e formação.
2022	Memórias de Tatuoca – uma história de mulheres	Silva, Jaqueline Soares da	Mestrado / UFRPE	Reconstitui memórias femininas, com foco na memória coletiva como resistência e identidade.
2022	Mulheres e práticas educativas no campo: a resistência feminina no Assentamento Baixio - Riachão/PB (1980-1990)	Silva, Genilma Ricardo da	Mestrado / UFCG	Examina práticas educativas de mulheres como resistência e formação da memória social.

Fonte: Pesquisa

As produções analisadas no estado da arte desta pesquisa revelam um campo fértil de estudos que articulam os eixos centrais desta investigação: mulheres, memória coletiva e práticas educativas. Nos trabalhos selecionados, observa-se o esforço de compreender como as experiências de mulheres educadoras, principalmente no contexto formal de ensino, são preservadas e transmitidas por meio

de testemunhos, narrativas e histórias de vida, contribuindo para a construção de uma memória coletiva que valoriza o papel feminino na educação.

A tese de Silva (2022), *Entre tempos, lembranças e narrativas: memórias e trajetórias das professoras egressas da Escola Normal em Bananeiras/PB*, é exemplar ao evidenciar o percurso de professoras formadas em uma instituição formadora tradicional. A autora evidencia como os testemunhos dessas mulheres constroem uma memória coletiva que expressa não apenas experiências pessoais, mas também os sentidos históricos, culturais e educacionais da docência feminina.

De modo semelhante, Lima (2019), ao narrar a trajetória de Aída Balaio, educadora negra formada na Escola Normal, revela como a história de vida de uma mulher pode se tornar um marco coletivo na luta pela educação pública e pelo reconhecimento de saberes historicamente marginalizados. Sua atuação no Ceará é lembrada por gerações, configurando um testemunho vivo da resistência e da presença das mulheres negras no magistério.

No estudo de Fernandes (2022), sobre as professoras rurais de São João do Sabugi/RN, os relatos das educadoras demonstram como, mesmo em áreas isoladas, as práticas educativas femininas foram decisivas para o desenvolvimento da escolarização e para a preservação de vínculos comunitários. A memória coletiva dessas mulheres emerge das lembranças compartilhadas sobre o cotidiano escolar, os desafios enfrentados e o compromisso com o ensino.

A pesquisa de Pieri (2022) complementa essa perspectiva ao analisar a atuação de docentes mulheres nos Centros de Bem-Estar do Menor em Santa Catarina, entre as décadas de 1970 e 1990. Seus testemunhos revelam não apenas a dimensão afetiva e institucional da prática educativa, mas também como essas experiências permanecem vivas na memória de quem participou desses espaços formativos.

Outros trabalhos ampliam o debate, como Nascimento (2023), que, ao costurar narrativas de mulheres negras professoras, oferece um olhar sensível sobre os processos formativos marcados pelas desigualdades de gênero e raça. Seus testemunhos evidenciam como a prática pedagógica dessas educadoras é atravessada por experiências de exclusão, mas também por resistência e atuação significativa e relevante no espaço educacional.

Por fim, Costa (2023), ao retratar a professora Lourdes Guilherme e sua atuação no ensino de música, inscreve a memória coletiva no campo da educação

formal e artística. Seu estudo demonstra como as mulheres também exerceram liderança e inovação em espaços culturais dentro da escola, deixando registros importantes na formação de gerações.

Essas pesquisas, ancoradas em memórias coletivas construídas por meio de testemunhos de vida e experiências pedagógicas, reafirmam a importância de compreender a Escola Normal, foco da presente pesquisa, como espaço simbólico, histórico e formativo da atuação feminina. Ao valorizar as vozes das mulheres que viveram e construíram essas experiências, tais estudos contribuem para o fortalecimento de uma memória coletiva que reconhece o papel central das práticas educativas femininas na história da educação brasileira.

Para tanto, os estudos excluídos foram baseados em critérios de relevância ao foco central da pesquisa, isso permitiu uma seleção mais precisa e consistente com os objetivos do estado da arte. Assim, iniciamos os processos de inclusão e exclusão, se atentando apenas aos estudos relevantes ao tema a ser pesquisado.

Tabela 3 – Produções Excluídas

Critério de Exclusão	Título Excluído	Autor(a)	Motivo
Não aborda a Escola Normal, nem a formação de professoras	Slam das Minas/BA: do empoderamento de mulheres negras...	Santos, Aline Nery dos	Trata de práticas educativas informais ligadas à arte e ativismo, fora do escopo da formação institucional docente.
Ênfase em práticas não escolares	Mulheres negras líderes no Médio Vale do Jequitinhonha...	Jorge, Gracia Lorena da Silva	Atuações educativas fora da escola, sem vínculo com a prática formadora da Escola Normal.
Recorte quilombola e geração idosa sem foco na docência	Interseccionalidade nas narrativas femininas: idosas negras quilombolas...	Brito, Elisângela C. B.	Importante para discussões de raça e memória, mas sem foco na formação docente ou Escola Normal.
Aborda memória coletiva em contexto comunitário, não escolar	Mulheres Negras na Baixada Fluminense: Trajetórias e Memórias Coletivas	Portela, Sheila da S. A.	Narrativas informais de resistência, sem vínculo direto com instituições educacionais formais.
Foco no currículo local do campo, não na formação docente	Ressignificar o currículo em uma escola do campo...	Vale, Serjane de Queiroz	Interessante para práticas educativas, mas não aborda a Escola Normal nem formação de mulheres.

Ênfase no contexto do MST e não da Escola Normal	Na espera da reforma agrária, a conquista da escola...	Silva, Maria Edi da	Contexto educativo relevante, mas fora do foco institucional da Escola Normal e sem ênfase em formação de mulheres.
Biografia de educadora militante, mas fora da instituição escolar	Maria da Soledade Leite: narrativas de lutas e resistências...	Andrade, Valber Rodrigues de	Valiosa do ponto de vista histórico, mas a atuação não está centrada em práticas da Escola Normal.
Ênfase em práticas culturais e tradicionais	A tradicionalidade, memória e saberes das quebradeiras de coco babaçu...	Figueiredo, Lilian Rolim	Envolve práticas educativas tradicionais, mas não no contexto da formação docente escolar.

Fonte: Pesquisa

As exclusões realizadas durante a construção do estado da arte fundamentaram-se na ausência de alinhamento com o foco central da presente pesquisa, que busca analisar as práticas educativas de mulheres em contextos formais de ensino, a partir de testemunhos e da constituição da memória coletiva.

Embora diversas produções consultadas apresentem contribuições relevantes para os debates sobre gênero, educação e memória, muitas delas abordam experiências desenvolvidas em contextos informais, não escolares, com ênfase em práticas culturais, artísticas ou comunitárias. Apesar de dialogarem com a temática geral da atuação feminina e da memória, tais estudos não contemplam diretamente os objetivos desta pesquisa, que se propõe a compreender o papel das mulheres formadas na Escola Normal e o impacto de suas práticas pedagógicas na construção da memória coletiva da cidade de Vitória da Conquista – BA.

Foram excluídas, por exemplo, pesquisas que tratam de práticas educativas não institucionais, como aquelas realizadas por lideranças quilombolas, artistas, militantes ou mulheres atuando em espaços comunitários. Também foram desconsideradas produções que, embora envolvam mulheres e memória, não evidenciam vínculos com instituições formais de ensino, como a Escola Normal, nem com a docência estruturada a partir de currículos, metodologias e dinâmicas escolares.

Dessa forma, os critérios de exclusão adotados buscaram assegurar o rigor metodológico e a coerência teórico-temática da pesquisa, garantindo que os trabalhos selecionados estejam diretamente relacionados à formação docente feminina, ao

ambiente escolar formal e à constituição da memória coletiva por meio de testemunhos e experiências pedagógicas. Após esse refinamento, quatro pesquisas foram selecionadas por contribuírem de maneira mais efetiva para os objetivos propostos.

Tabela 4 - Pesquisas selecionadas.

Ano	Título	Autor(a)
2022	Entre tempos, lembranças e narrativas: memórias e trajetórias das professoras egressas da Escola Normal em Bananeiras/PB (1983–2017)	Silva, Luiz Eduardo Paulino da
2019	Formação e atuação docente de Aída Balaio: biografia de uma educadora negra em Fortaleza – CE (1908–1970)	Lima, Ana Michele da Silva
2022	Professoras das escolas rurais de São João do Sabugi/RN (1954–2014)	Fernandes, Aline de Medeiros
2023	As costuras-narrativas de mulheres negras e professoras, e suas histórias de vida-formação	Nascimento, Rejane Lúcia A. M. do

Fonte: Pesquisa

Esses resultados fornecem uma base importante para aprofundar as discussões sobre o papel das mulheres na educação e na construção da memória coletiva, bem como nas práticas educativas que envolvem o âmbito educacional.

2.3.4 Memória coletiva, Mulheres e Práticas Educativas

Os estudos selecionados para análise oferecem uma visão multifacetada sobre o papel das mulheres na educação, abordando o entrelaçamento entre práticas educativas, atuação feminina e memória coletiva. Em diferentes contextos e abordagens, essas pesquisas reafirmam as mulheres como protagonistas na construção de memórias sociais e na transmissão de saberes que ultrapassam os limites da sala de aula. Ao considerar os testemunhos e as experiências vividas por essas educadoras em seus percursos escolares e profissionais, as produções analisadas contribuem para uma compreensão sensível e crítica do lugar da mulher na formação educacional e na preservação da memória coletiva.

A pesquisa de Silva (2022), ao reconstruir as trajetórias de professoras egressas da Escola Normal de Bananeiras/PB, evidencia como essas mulheres, a partir de suas experiências formativas, contribuíram para constituir uma memória coletiva local sobre o magistério e o papel feminino na docência. A Escola Normal é apresentada como espaço privilegiado de formação de subjetividades, valores e formas de resistência — o que dialoga diretamente com o objetivo da presente investigação, voltada para a realidade de Vitória da Conquista – BA.

Lima (2019), por sua vez, reconstrói a trajetória de Aída Balaio, educadora negra formada na Escola Normal de Fortaleza. O estudo destaca a importância simbólica e social dessa formação na constituição da identidade e atuação pública da educadora. Ainda que com enfoque biográfico, a pesquisa evidencia que a experiência escolar moldou práticas de liderança, resistência e transformação social, marcando profundamente a trajetória das mulheres negras na história da educação.

A pesquisa de Fernandes (2022) traz uma perspectiva voltada para o interior do Brasil, ao analisar as experiências de professoras atuantes em escolas rurais no Rio Grande do Norte. Os testemunhos das educadoras, muitas delas também formadas em Escolas Normais, revelam práticas educativas profundamente enraizadas nas dinâmicas sociais locais, funcionando como referências culturais e afetivas em suas comunidades. A memória coletiva, nesse contexto, é construída a partir das vivências compartilhadas, que resgatam modos de ensino, convivência e pertencimento.

Já Nascimento (2023) oferece uma abordagem interseccional ao trabalhar com as histórias de vida e formação de mulheres negras professoras, destacando como suas práticas pedagógicas foram marcadas por experiências de exclusão, mas também por resistência, saberes ancestrais e pertencimento. A memória coletiva emerge da oralidade e da vivência cotidiana, superando os registros formais e trazendo à tona dimensões afetivas e simbólicas do fazer educativo.

Em conjunto, as quatro pesquisas demonstram que a memória coletiva, quando acessada por meio das narrativas femininas, revela dimensões ocultas da história da educação brasileira. Mostram, ainda, que as Escolas Normais foram, simultaneamente, espaços de disciplinamento e de emancipação, onde as mulheres, enquanto alunas ou educadoras, deixaram marcas profundas na cultura escolar, na história comunitária e na construção simbólica da identidade docente.

A escuta das egressas da Escola Normal de Vitória da Conquista – BA, tal como propõe esta pesquisa, é, portanto, uma estratégia potente para escutar vozes muitas vezes silenciadas nos registros oficiais. Essas narrativas constituem não apenas testemunhos individuais, mas expressões coletivas de um tempo, de um ideal de formação e de um papel social atribuído às mulheres no magistério.

Não podemos mesmo dizer que esses tempos se escoem, já que cada consciência coletiva pode lembrar-se, e que a substância do tempo parece realmente ser uma condição da memória. (Halbwachs, 1990, p. 127). A partir dessas memórias, torna-se possível reconstruir aspectos significativos da história educacional local, evidenciando o legado formativo e social dessas instituições.

Na realização do estado da arte com base nos trabalhos encontrados relacionando-os ao nosso projeto de pesquisa, buscamos destacar os pontos principais de cada estudo, ao sintetizar essas perspectivas, entendemos que instituições educacionais são guardiãs da memória coletiva e moldam a sociedade

3. A ESCOLA NORMAL: CONTEXTO HISTÓRICO

Compreender a trajetória histórica da formação docente no Brasil constitui um elemento fundamental para analisar o papel desempenhado pelas Escolas Normais na constituição do magistério e na formação de mulheres educadoras. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo compreender o contexto histórico de criação e desenvolvimento das Escolas Normais no Brasil, bem como situar a experiência da Escola Normal no cenário educacional de Vitória da Conquista. Para isso, apresenta-se inicialmente a origem dessas instituições no século XIX, destacando os fatores políticos, sociais e educacionais que motivaram sua criação.

Em seguida, discute-se o processo de expansão e consolidação das Escolas Normais no país, evidenciando suas funções na organização da formação docente e na difusão de valores sociais e culturais. Por fim, busca-se contextualizar a presença dessa instituição no município de Vitória da Conquista, considerando sua relevância para a formação de professores e para a construção de memórias educacionais na região.

3.1 Origens das Escolas Normais no Brasil

As Escolas Normais, instituídas no Brasil a partir do século XIX, configuram-se como marcos fundadores da formação docente e da consolidação do magistério primário. Criadas em um período de intensas transformações políticas, econômicas e sociais, buscavam responder à necessidade de um corpo de professores capazes de atender às exigências de um país recém-independente e em processo de organização estatal. Essas instituições assumiram a missão de formar profissionais preparados para o ensino e, ao mesmo tempo, cidadãos moldados segundo os valores morais e culturais predominantes.

De acordo com Medeiros (2022, p. 184):

Essas escolas foram criadas em diversas províncias: em primeiro lugar foi o Rio de Janeiro, instituída em Niterói, já em 1835, a primeira Escola Normal do país. Esse caminho foi seguido pela maioria das províncias ainda no século XIX; em segundo foi a Bahia em 1836. Essas escolas, entretanto, tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente.

A primeira Escola Normal brasileira surgiu em Niterói, Província do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 10, de 4 de abril de 1835, cujo objetivo era habilitar pessoas que se destinavam ao magistério de instrução primária (BRASIL, 1835). A consolidação do projeto de formação docente no século XIX também se expressa na arquitetura escolar, como se observa na Figura 1, que apresenta a fachada da primeira Escola Normal do Brasil, criada em Niterói (RJ), em 1835.

Figura 1 – Fachada da primeira Escola Normal do Brasil, criada em Niterói (RJ), 1835.



Fonte: Escola Normal de Niterói. Disponível em: <https://heloisahmeirelles.blogspot.com/>
Acesso em: 07 ago. 2025.

Nesse sentido, a criação da primeira Escola Normal em Niterói, em 1835, marcou o início de um projeto político-educacional de longo alcance no Brasil. Conforme ilustra a Figura 1, a fachada da Escola Normal de Niterói não se limita ao seu valor arquitetônico, mas simboliza a institucionalização de um modelo de formação docente vinculado à moralização dos costumes e à consolidação do Estado imperial.

A organização do espaço escolar e a própria materialidade do edifício expressam a intenção de disciplinar, normatizar e orientar a formação dos futuros professores segundo princípios considerados fundamentais à época. O currículo oferecido contemplava leitura, escrita, aritmética, geometria, gramática, geografia e moral cristã, estruturando-se a partir do método Lancasteriano, também conhecido como ensino mútuo. (Ferreira, 2015)

Esse método, criado pelo pastor Joseph Lancaster no final do século XVIII e amplamente difundido no século XIX, consistia em utilizar alunos mais adiantados, denominados monitores, para auxiliar na instrução de seus colegas, sob supervisão de um único mestre. Essa organização permitia ampliar o acesso à escolarização em um período de escassez de professores e de recursos, além de reduzir custos para o

poder público. No Brasil, sua adoção representou uma tentativa de estruturar um sistema nacional de ensino, em consonância com o processo de construção do Estado após a Independência.

Contudo, a implementação do método enfrentou sérias dificuldades. Faltava infraestrutura adequada, havia escassez de materiais didáticos e os professores não estavam preparados para aplicar a proposta.

Como observa Pires de Almeida (1989, p. 57), “ao lado das medidas oficialmente decretadas e encaminhadas é de se notar que não havia nem jamais foi preparado no século XIX um edifício para a realização deste ensino [...]”. Muitas vezes, as aulas eram ministradas em espaços improvisados, como quartéis ou dependências militares, o que comprometia a eficácia do processo.

Apesar das limitações, o ensino mútuo deixou contribuições importantes, como a introdução de práticas administrativas, a padronização de rotinas escolares e a consolidação da escola como instrumento de civilização e ordem social. Esse legado foi determinante para que a Escola Normal de Niterói se tornasse referência para outras províncias, ainda que sua experiência tenha sido marcada por descontinuidades.

A criação legal das Escolas Normais nem sempre correspondia à sua efetiva instalação. Em muitos casos, houve longos intervalos entre a promulgação das leis e o início das atividades, devido à falta de professores qualificados e de recursos financeiros. Prado (2024) enfatiza que essa realidade levou ao fechamento e à reabertura de várias dessas instituições ao longo do século XIX, o que revela a fragilidade das políticas educacionais do período.

A expansão das Escolas Normais no Brasil ao longo do século XIX, bem como as diferenças entre criação legal e efetiva implantação dessas instituições, pode ser observada no Quadro 2, que apresenta a criação das primeiras Escolas Normais no país entre 1835 e 1889.

Quadro 4 – Criação das primeiras Escolas Normais no Brasil (1835–1889).

Cidade	Província (atual UF)	Ano de Criação	Ano de Abertura	Duração do Curso
Niterói	Rio de Janeiro (RJ)	1835	1835	3 anos
Ouro Preto	Minas Gerais (MG)	1835	1840	2 anos
Salvador	Bahia (BA)	1836	1842	2 anos
Cuiabá	Mato Grosso (MT)	1837	1842	3 anos

São Luís	Maranhão (MA)	1840	1840	2 anos
São Paulo	São Paulo (SP)	1846	1846	2 anos
Teresina	Piauí (PI)	1864	1864	2 anos
Recife	Pernambuco (PE)	1864	1865	2 anos
Maceió	Alagoas (AL)	1864	1869	2 anos
Porto Alegre	Rio Grande do Sul (RS)	1869	1869	2 anos
Curitiba	Paraná (PR)	1870	1876	2 anos
Belém	Grão-Pará (PA)	1870	1871	3 anos
Aracaju	Sergipe (SE)	1870	1871	2 anos
Vitória	Espírito Santo (ES)	1873	1873	2 anos
Natal	Rio Grande do Norte (RN)	1873	1874	2 anos
Manaus	Amazonas (AM)	1876	1876	3 anos
Fortaleza	Ceará (CE)	1878	1884	3 anos
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (RJ)	1880	1880	4 anos
Florianópolis	Santa Catarina (SC)	1880	1880	3 anos
João Pessoa	Paraíba (PB)	1883	1885	2 anos
Goiânia	Goiás (GO)	1882	1884	3 anos

Fonte: Adaptado de PRADO, Douglas Silva do. Escolas normais no Brasil no período imperial (1835–1889): criação e implantação, instalações estruturais, público e critérios de ingresso, currículos e a presença feminina. Curitiba: IFPR, 2024, p. 12. Disponível em:

<https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/download/144/58/606?inline=1>

Acesso em: 03 ago. 2025.

O quadro 2 demonstra a expansão gradual das Escolas Normais entre 1835 e 1889, evidenciando diferenças regionais. Em Salvador, por exemplo, a escola foi criada em 1836, mas só entrou em funcionamento em 1842. Essa defasagem revela a precariedade das condições educacionais do período e a dificuldade de consolidar um sistema nacional de formação docente. Além disso, a duração dos cursos variava entre dois e quatro anos, demonstrando a ausência de padronização curricular.

O surgimento das Escolas Normais no Brasil também se insere em um contexto internacional. Inspiradas em experiências francesas, prussianas e norte-americanas, essas instituições incorporaram currículos que combinavam rigor disciplinar, práticas pedagógicas inovadoras e forte ênfase moral. Como analisa Gondra (2008), o Estado imperial via a educação como instrumento de pacificação e legitimação do poder, capaz de criar laços de identidade entre a população e o governo.

O perfil social dos primeiros docentes reforça essas contradições. O magistério primário, embora fosse considerado função social estratégica, era mal remunerado e pouco valorizado. Silva Couto (1838, p. 28) descreveu-o como “monótono e enfadonha”. Muitos professores provinham de camadas sociais mais

modestas, mas eram submetidos a intensa fiscalização e vistos como “agentes do governo”, responsáveis por difundir disciplina, moral cristã e lealdade ao Império.

Assim, desde a sua origem, a formação docente no Brasil esteve menos associada à valorização profissional e mais vinculada a um projeto político de consolidação do Estado. A criação da Escola Normal de Niterói marcou não apenas o início da institucionalização da formação docente, mas também a inserção da educação em um projeto nacional de moralização e controle social.

A análise histórica das Escolas Normais evidencia que sua criação esteve vinculada a projetos políticos de organização social e de escolarização da população. Embora inicialmente destinadas à formação técnica de professores, essas instituições passaram a ocupar um lugar central na produção, transmissão e preservação de referências compartilhadas sobre a docência, contribuindo para a consolidação de lembranças coletivas associadas à escola, ao magistério e às práticas educativas.

Essa dimensão histórica da memória institucional é fundamental para compreender como as Escolas Normais se constituíram, ao longo do tempo, como espaços de referência na construção da memória coletiva da formação docente, especialmente no interior do país (Halbwachs, 2006).

3.2 Expansão e consolidação no século XIX e início do século XX

A expansão das Escolas Normais no Brasil, iniciada a partir da experiência pioneira de Niterói, configurou-se como um processo lento, desigual e marcado por avanços e retrocessos. Tal movimento foi influenciado por concepções pedagógicas estrangeiras, sobretudo europeias e norte-americanas, que reforçavam a ideia de que a educação deveria servir não apenas à instrução formal, mas também à construção de uma cultura nacional coesa, sustentada por valores cívicos e religiosos. Assim, a escola passou a ser concebida como espaço de formação moral, disciplinar e social, fundamental para o fortalecimento do Estado e para o controle da sociedade.

A expansão dessas instituições se deu primeiramente nos centros urbanos mais importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, espalhando-se gradualmente para outras capitais provinciais e, posteriormente, para cidades do interior. Em localidades como Caetité (1895), Feira de Santana (1927) e Vitória da Conquista (1952), a instalação das Escolas Normais refletiu o processo de interiorização da formação docente, que, embora tardio em algumas regiões,

representou um marco de modernização e prestígio social para os municípios contemplados.

De modo geral, as Escolas Normalistas entre o século XIX e meados do século XX foram instituições de maior inserção de mulheres para o magistério no Brasil. Essa característica pode ser observada na Figura 2, que apresenta uma turma de normalistas no interior da Bahia, no início do século XX.

Figura 2– Fotografia de turma de normalistas no interior da Bahia, início do século XX.



Fonte: Foto de alunos da Escola Normal de Caetité com professor Alfredo José da Silva [fotografia]. Modos de Fazer Educação na Bahia (blog), 5 ago. 2022. Disponível em: <https://modosdefazer.org/2022/08/05/texto-provocacao-junho-julho-2022/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

A fotografia ilustra a expressiva presença feminina nos cursos normais, ao mesmo tempo em que evidencia que a formação docente não se restringia exclusivamente às mulheres. Os trajes alinhados e a postura formal dos estudantes indicam o prestígio social atribuído às Escolas Normais, consideradas espaços legítimos de formação e ascensão social. Para as mulheres, em especial, o curso normal representou uma das principais vias de inserção no espaço público e no mundo do trabalho intelectual, ainda que compartilhado, em menor escala, com sujeitos do sexo masculino.

Nas cidades do interior, a instalação das Escolas Normais não apenas dinamizou a vida cultural e econômica, como também reforçou a centralidade da educação na construção de identidades regionais. O edifício escolar, muitas vezes

imponente, tornava-se símbolo urbano e referência de modernidade, representando para as comunidades locais um espaço de encontro, aprendizado e projeção social. A presença de normalistas circulando pelas cidades atribuía-lhes prestígio e reforçava a importância do magistério como profissão vinculada à moralidade e à responsabilidade social.

A consolidação das Escolas Normais, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu de forma desigual. Enquanto províncias como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco assumiram destaque, implantando cursos que se tornaram modelos de referência, outras regiões, como o Espírito Santo e parte do Norte, permaneceram à margem por mais tempo. Coutinho (1993) observa que essa discrepância revela como a interiorização da formação docente foi fragmentada e lenta, intensificando-se apenas no início do século XX.

No caso do Espírito Santo, por exemplo, a criação de Escolas Normais só ganhou força no período republicano, principalmente durante as gestões de Jerônimo Monteiro e Florentino Ávidos. Isso evidencia como as mudanças políticas influenciaram diretamente a estrutura educacional, associando a formação docente ao projeto republicano de modernização do ensino (Schayder, 2002). Essa transição do regime monárquico para o republicano trouxe mudanças significativas, entre elas o declínio do método Lancasteriano e a adoção de currículos mais científicos, alinhados às exigências de um Estado laico (Bastos, 1999).

Como observa Faria Filho (2006, p. 24), a instrução pública passou a ser compreendida como “alicerce para a construção da nação brasileira”, deixando de ser apenas prática de alfabetização para assumir a função de formar cidadãos civilizados e aptos a participar do novo projeto republicano. Entretanto, no final do século XIX ainda eram poucas as Escolas Normais em funcionamento. Silva (2020) destaca que, apesar da ampliação das iniciativas, o número de instituições continuava restrito, concentrando-se nas capitais e em alguns polos regionais.

Esse cenário refletia as desigualdades estruturais do Brasil, onde a interiorização da educação dependia fortemente da mobilização das elites locais e da intervenção dos governos provinciais ou estaduais.

No início do século XX, a interiorização da formação docente tornou-se mais intensa. Na Bahia, cidades como Caetité, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Rio de Contas se consolidaram como polos regionais de formação, expandindo as oportunidades de escolarização e de mobilidade social. Silva (2020) analisa que tais

iniciativas representaram não apenas a descentralização do ensino, mas também a formação de núcleos de dinamização cultural e social no interior, reforçando a importância das Escolas Normais como instrumentos de modernização.

Esse movimento também se relacionou à consolidação da República e às reformas educacionais que se seguiram. As mudanças curriculares enfatizaram disciplinas pedagógicas, práticas de ensino e conteúdos científicos, em substituição ao caráter meramente literário dos currículos anteriores. Houve ainda maior intervenção do Estado, que passou a regulamentar a formação docente e a definir parâmetros de funcionamento para essas instituições, demonstrando sua centralidade no projeto republicano de construção da cidadania.

Diante desse percurso histórico, observa-se que a expansão e consolidação das Escolas Normais no Brasil não se limitaram à criação de instituições formadoras, mas constituíram um movimento estruturante do sistema educacional e do próprio magistério. As experiências acumuladas ao longo do século XIX e início do século XX evidenciam que essas escolas foram fundamentais para organizar a formação docente, estabelecer padrões de ensino e conferir reconhecimento social à profissão. É nesse contexto que se insere a análise do papel da Escola Normal na formação do magistério primário, temática que será aprofundada na seção seguinte.

3.3 O papel da Escola Normal na formação do magistério primário

A criação das Escolas Normais no Brasil representou um marco fundamental na história da educação, pois instituiu oficialmente a ideia de que o magistério primário deveria ser exercido por profissionais devidamente preparados. Até então, predominava a figura do mestre leigo, que aprendia a ensinar pela experiência cotidiana, sem formação sistematizada.

A institucionalização da formação docente permitiu que a docência se transformasse gradualmente em uma profissão reconhecida, dotada de saberes especializados e de normas próprias de atuação. Villela (2008, p. 29) reforça que:

Para a conquista do reconhecimento do ofício, foi fundamental o surgimento das escolas normais, responsáveis pelo estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituiriam esse campo profissional.

O impacto dessas instituições não se limitou à esfera pedagógica, mas estendeu-se à construção social do professorado. Saviani (2009) argumenta que a noção de professor formado se estruturou a partir de duas vertentes indissociáveis: o domínio de conteúdos culturais e cognitivos e a formação pedagógico-didática.

Essa dupla exigência buscava qualificar o trabalho docente e afastá-lo do imprevisto e da falta de preparo que caracterizavam o ensino primário no Brasil colonial e imperial.

O status social do professor normalista nos séculos XIX e XX foi ambíguo. Por um lado, havia prestígio simbólico associado à importância moral da função, pois cabia ao professor a tarefa de educar as novas gerações e difundir valores sociais, o que lhe conferia respeito comunitário. Por outro, esse reconhecimento não se refletia em valorização material. Nóvoa (1997) e Saviani (2008) apontam que o magistério primário foi marcado por baixos salários, ausência de prestígio intelectual e condições precárias de trabalho, o que limitou a ascensão social dos docentes e reforçou a imagem de profissão sacrificada e de pouco retorno econômico.

A partir dessas contribuições, percebe-se que a Escola Normal não apenas institucionalizou a formação docente, o que se evidencia nos relatos das entrevistadas acerca das práticas pedagógicas e das normas institucionais da Escola Normal, mas também produziu um modelo de professor marcado por valores morais, disciplinares e sociais. Para as mulheres, essa formação assumiu um significado ainda mais profundo, pois representou uma das principais vias de inserção no espaço público e de reconhecimento social.

Outro aspecto decisivo foi a feminização do magistério, fenômeno que transformou radicalmente a composição do corpo docente no Brasil. A partir da segunda metade do século XIX, as mulheres passaram a dominar os cursos normais, ocupando progressivamente o espaço das salas de aula. Essa presença massiva se consolidou no século XX, convertendo o magistério primário em profissão predominantemente feminina. Louro (1997) e Almeida (1998) destacam que essa associação entre docência e feminilidade se apoiava em estereótipos culturais que vinculavam o ato de ensinar às virtudes naturais das mulheres, como paciência, cuidado e dedicação. Essa configuração pode ser observada na Figura 3, que apresenta um grupo de alunas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, em 1954.

Figura 3– Grupo de alunas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (turma de 1954).



Fonte: Revista FT, Arquivo particular de Rita Maria Neves Braz (1954). Disponível em: <https://revistaft.com.br/escola-normal-e-institutos-de-educacao-formacao-e-memoria-de-mulheres-na-historia-do-magisterio-no-brasil/> . Acesso em: 10 ago. 2025.

A fotografia confirma o processo de feminização, revelando como as Escolas Normais se tornaram espaços quase exclusivos para a formação feminina. Mais do que simples registro histórico, a imagem ilustra a dimensão social do fenômeno, em que as mulheres encontraram na docência uma das poucas profissões socialmente aceitáveis e capazes de garantir inserção no espaço público e alguma mobilidade social.

No entanto, essa inserção também carregava limites e contradições. Souza (1996) observa que, embora se esperasse dinamismo e atualização profissional dos professores, no caso das mulheres essas expectativas se entrelaçavam com o preparo para o lar, reforçando o vínculo entre maternidade e docência. Barbosa (2013, p. 110) acrescenta que “as educadoras das escolas maternais e jardins de infância foram tradicionalmente comparadas à figura materna, cabendo-lhes ensinar às mães e educar as crianças”, o que justificava a inclusão de disciplinas como puericultura, higiene e moralidade nos currículos femininos.

Enquanto isso, os homens que frequentavam as Escolas Normais eram frequentemente direcionados para funções de maior prestígio, como cargos de direção, supervisão e ensino secundário ou superior. Lourenço Filho (2001, p. 33) assinala que a formação masculina buscava “atender às necessidades de direção,

supervisão e ensino em níveis mais elevados”, o que lhes permitia maior ascensão profissional. Essa diferenciação curricular e funcional reforçou desigualdades de gênero no interior das instituições, conferindo às mulheres papéis restritos e associados ao cuidado, enquanto reservava às homens posições de liderança e maior prestígio intelectual.

Além disso, é importante considerar que a feminização do magistério não ocorreu de forma homogênea em todas as regiões. Em algumas localidades, especialmente no interior, mulheres das classes populares, muitas vezes sem formação adequada, atuavam em creches e jardins de infância, sendo chamadas de tias ou criadeiras. Essas denominações desqualificavam sua prática e reforçavam a percepção de que a docência feminina não exigia profissionalização plena (Barbosa, 2013). Essa realidade contribuiu para que o magistério primário fosse percebido como profissão de menor status, em contraste com outras áreas de atuação docente.

Essas tensões evidenciam que o modelo de formação docente estruturado pelas Escolas Normais, embora fundamental para a institucionalização do magistério, passou a ser progressivamente questionado ao longo do início do século XX. As críticas dirigiam-se tanto às limitações pedagógicas quanto à necessidade de atualização dos métodos de ensino frente às transformações sociais e educacionais em curso. Nesse cenário, emergiram propostas de renovação da educação que buscavam redefinir a formação docente, atribuindo centralidade à experiência, à ciência e à função social da escola. É nesse contexto de questionamento e reformulação que se insere o movimento da Escola Nova, cujas influências na formação de professores serão abordadas a seguir.

Em síntese, a Escola Normal desempenhou papel decisivo na institucionalização do magistério primário no Brasil, mas também refletiu as contradições sociais de seu tempo. De um lado, representou a profissionalização docente e a criação da figura do professor formado, legitimando a profissão perante a sociedade. De outro, consolidou desigualdades, como a desvalorização material e a feminização restritiva, que limitou a ascensão das mulheres ao reforçar estereótipos ligados à maternidade. Assim, o legado da Escola Normal deve ser compreendido como processo simultâneo de avanço e limitação, de emancipação e de manutenção de hierarquias sociais.

3.3.1 A Influência da Escola Nova na Formação Docente: Anísio Teixeira e Lourenço Filho

O movimento da Escola Nova, que se fortaleceu no Brasil a partir da década de 1920, foi decisivo para a reformulação dos paradigmas educacionais e, especialmente, da formação de professores. Esse movimento, pautado em princípios de democratização do ensino, da valorização da experiência e da centralidade do aluno no processo educativo, influenciou diretamente a criação de instituições voltadas à formação docente, como os Institutos de Educação.

Segundo Saviani, “O movimento da Escola Nova defendia a substituição da escola tradicional por uma escola ativa, centrada no aluno, e comprometida com a formação integral do educando” (Saviani, 2007, p. 119).

Nomes como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo figuram entre os principais expoentes desse período de renovação pedagógica. No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, os signatários criticavam a precariedade da formação nas Escolas Normais, apontando que essas instituições, de nível secundário, não ofereciam uma preparação pedagógica sólida, tampouco uma formação geral compatível com as exigências sociais da época.

O documento propunha que todos os professores fossem formados em cursos superiores, preferencialmente integrados às universidades (Manifesto Dos Pioneiros, 2006). Segundo Oliveira, Marques e Lima (2021, p. 3), “os escolanovistas, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova publicado em 1932, criticaram a formação normalista por não receber uma preparação pedagógica sólida e lutavam pela criação e a preparação dos professores em universidades”.

A partir dessa crítica, surgem os Institutos de Educação do Distrito Federal e de São Paulo, dirigidos por Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, que buscaram implantar uma nova estrutura de formação de professores baseada em fundamentos científicos e na experimentação pedagógica.

Como destaca Saviani (2009, p. 145), “uma nova fase se abriu com o advento dos institutos de educação, concebidos como espaços de cultivo da educação, encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisa”. Nesse sentido, “Anísio Teixeira e Lourenço Filho, ao lado de outros intelectuais, buscaram

concretizar os ideais da Escola Nova no Brasil por meio da reestruturação do ensino e da valorização da formação do professor” (Silva; Nascimento, 2020, p. 134).

De acordo com Oliveira, Marques e Lima (2021, p. 3), esses institutos foram “encabeçados por Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo [...] trazendo as escolas-laboratórios que permitiam basear a formação dos professores na experimentação pedagógica produzida em bases científicas”.

Anísio Teixeira, ao assumir a Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, por meio do Decreto n.º 3.810, de 19 de março de 1932, transformou a Escola Normal em Escola de Professores, com o objetivo de articular a formação secundária com a preparação docente para os ensinos primário e secundário.

“Com a instituição do Decreto n.º 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira transforma a Escola Normal em Escola de Professores, designada a fornecer educação secundária e a preparar professores primários e secundários” (Oliveira; Marques; Lima, 2021, p. 3). Essa mudança representou um avanço para a profissionalização do magistério, alinhando-o às exigências de um ensino mais moderno e eficaz.

A partir dessas transformações, observa-se que a crítica escolanovista às Escolas Normais não significou a negação completa de seu papel histórico, mas a tentativa de superação de seus limites frente às novas demandas educacionais do país. A defesa da formação docente em nível superior e a criação dos Institutos de Educação expressam um deslocamento do eixo formativo, que passa a valorizar a pesquisa, a experimentação pedagógica e o embasamento científico do ensino.

Nesse processo, a Escola Normal deixa de ocupar posição central na formação de professores, sendo gradativamente substituída por modelos institucionais considerados mais adequados ao projeto de modernização educacional defendido pelos pioneiros da Escola Nova. Contudo, esse movimento também produziu tensões, uma vez que nem todas as regiões conseguiram acompanhar tais reformas, mantendo-se, por longos períodos, dependentes da formação normalista tradicional.

Desse modo, “foi a partir do movimento escolanovista que se iniciou no Brasil uma reforma do ensino primário com vistas à sua universalização e à reorganização dos cursos de formação de professores” (Saviani, 2007, p. 121). Segundo o autor, os Institutos de Educação, orientados pelos ideários escolanovista, pretendiam formar professores capazes de atuar numa escola ativa, experimental e centrada na criança.

Já Lourenço Filho, educador e psicólogo, defendeu que a formação de professores deveria ser sustentada por estudos sobre o desenvolvimento infantil e pela aplicação de métodos ativos, reforçando a importância da observação e da experimentação no contexto escolar (Oliveira Et Al., 2021).

Segundo Saviani (2007) a Escola Nova assume o compromisso com a escola pública, laica, obrigatória e gratuita, sendo instrumento de democratização do ensino. Compreender essa influência é fundamental para analisar a Escola Normal não apenas como um espaço formador de mulheres, mas também como um lugar de memória.

Dessa forma, as proposições da Escola Nova imprimiram novas diretrizes à formação docente e reorientaram o debate educacional no país, influenciando tanto as práticas pedagógicas quanto a organização institucional do ensino.

Essas mudanças não se limitaram ao plano pedagógico, mas repercutiram diretamente na formulação de políticas públicas e na elaboração de dispositivos legais que passaram a regular a formação de professores e o funcionamento do sistema educacional brasileiro, temática que será abordada a seguir.

3.4 Legislação e reformas educacionais nacionais

A trajetória das Escolas Normais no Brasil foi profundamente impactada pelas reformas legais que, ao longo do tempo, redefiniram tanto a estrutura da formação docente quanto o lugar do magistério na sociedade. Desde o século XIX até o final do século XX, a legislação educacional brasileira procurou responder às transformações sociais, políticas e econômicas, ora ampliando o acesso à formação, ora restringindo ou reconfigurando seus formatos institucionais. Essas mudanças foram determinantes para o redimensionamento das Escolas Normais e, posteriormente, para sua substituição pelos cursos de licenciatura plena.

Um marco inicial nesse processo foi o Decreto de Leôncio de Carvalho, n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, que instituiu o princípio do ensino livre. Essa legislação permitia que qualquer pessoa considerada habilitada pudesse lecionar, independentemente de provas oficiais ou autorização prévia (Rocha, 2010, p. 132). Ainda que concebido como tentativa de modernização, o decreto acabou por reforçar desigualdades sociais, pois não assegurava condições efetivas de acesso universal

ao ensino, favorecendo apenas aqueles com recursos para buscar sua própria instrução (Rocha, 2010, p. 127).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, diversos educadores e movimentos intelectuais criticaram as limitações das Escolas Normais. Caetano de Campos, Anísio Teixeira e o grupo dos Pioneiros da Educação Nova (1932) defenderam a elevação da formação docente ao nível superior, argumentando que os currículos normais eram superficiais e reproduziam apenas os conteúdos do ensino primário, sem aprofundamento pedagógico. Prado (2024) confirma que os currículos iniciais eram excessivamente simples, com pouco espaço para disciplinas de caráter didático e prático. Apenas no final do século XIX, com a introdução do método intuitivo, as práticas começaram a se diversificar, incluindo atividades mais próximas da realidade escolar.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 4.024/1961, representou outro marco significativo, pois consolidou a organização do sistema educacional brasileiro. Essa lei definiu que a formação de professores deveria ocorrer em Escolas Normais de grau ginasial ou colegial, com duração mínima de quatro e três anos, respectivamente, além de estabelecer que o ensino normal teria como objetivo formar professores, orientadores, supervisores e administradores escolares para o ensino primário (Brasil, 1961). Também previa que a formação docente para o ensino médio deveria ser realizada em cursos superiores, antecipando a futura transição para o modelo universitário.

Com a promulgação da Lei n.º 5.692/1971, durante o regime militar, a estrutura da formação docente sofreu uma transformação profunda. Essa legislação extinguiu os cursos normais tradicionais e instituiu o sistema de habilitação específica para o magistério no ensino de 1º e 2º graus. Villela (2008, p. 42) observa que, com essa mudança, a formação mínima para professores do 1º grau passou a ocorrer em cursos de habilitação de nível médio, enquanto o ensino de 2º grau exigiria licenciatura curta ou plena. Essa reorganização buscava atender à demanda urgente por professores, mas resultou na perda da dimensão comunitária e cultural das Escolas Normais, reduzindo o caráter formativo integral que essas instituições possuíam (Gatti; Barreto, 2009, p. 78).

A promulgação da Lei n.º 9.394/1996 (LDB) representou um divisor de águas. Essa legislação formalizou a extinção das Escolas Normais e centralizou a formação docente nos cursos de licenciatura plena, exigindo formação superior para o exercício

da profissão em quase todos os níveis da educação básica. Apenas a educação infantil e os cinco primeiros anos do ensino fundamental poderiam ser atendidos por formação em nível médio, na modalidade normal. A nova LDB também estabeleceu a obrigatoriedade de estágios supervisionados, a garantia de sólida formação pedagógica, científica e cultural e o acompanhamento sistemático da formação docente pelos estabelecimentos de ensino (Brasil, 1996).

Essas mudanças geraram debates intensos entre educadores e especialistas. Muitos lamentaram a extinção das Escolas Normais, consideradas espaços tradicionais de formação e socialização profissional docente. Outros, no entanto, defenderam a modernização e a profissionalização que a exigência da formação superior representava. Silva (2022, p. 5) destaca que a LDB/1996 buscou alinhar a formação de professores às demandas contemporâneas, priorizando a integração entre teoria e prática e a preparação para o mercado de trabalho.

Em síntese, o percurso legislativo do Decreto de Leônicio de Carvalho (1879) à LDB/1996, revela um processo de constante reformulação da formação docente. Essas reformas, ao mesmo tempo em que buscaram elevar o nível profissional do magistério, também produziram rupturas na tradição das Escolas Normais, extinguindo instituições que desempenharam papel central na formação de professores e na mobilidade social, sobretudo feminina. A legislação, portanto, não apenas regulou, mas também redefiniu o sentido da docência e da própria escola como espaço de construção de profissionais.

Desse modo, o percurso legislativo analisado evidencia que as reformas na formação docente, ao mesmo tempo em que buscaram a elevação do nível profissional do magistério, provocaram rupturas significativas com modelos formativos historicamente consolidados. A extinção das Escolas Normais, portanto, não se restringe a uma mudança normativa, mas implica transformações no papel da escola e nos sentidos atribuídos à docência. A partir dessa compreensão, a seção seguinte discute a função social das Escolas Normais e seu processo de interiorização na Bahia.

3.5 A função social das Escolas Normais e sua interiorização na Bahia

O surgimento das Escolas Normais na Bahia esteve vinculado às transformações políticas ocorridas no Império, especialmente após o Ato Adicional de

1834, que descentralizou a responsabilidade pela instrução primária e conferiu às províncias autonomia para legislar sobre a educação (Vieira, 2022). Essa medida possibilitou a criação da Escola Normal da Bahia, instituída pela Lei n.º 37, sancionada em 14 de abril de 1836 pelo presidente da província, Francisco de Lima e Silva. O objetivo era formar professores para as escolas de primeiras letras, em consonância com o projeto imperial de difusão da instrução elementar (Brasil, 1836).

A legislação de 1836 já previa um caráter inovador ao determinar que dois indivíduos fossem enviados à França para aprender o método de ensino mútuo, reforçando a influência pedagógica europeia na formação docente brasileira.

Apesar dos avanços normativos, a instalação da Escola Normal baiana enfrentou dificuldades significativas. Os conflitos políticos locais, como a Sabinada (1837–1838), afetaram diretamente a educação, provocando a suspensão de atividades e atrasando a consolidação da formação docente. Belluzzo (2007, p. 54) observa que “os conflitos regionais no período regencial afetaram diretamente a educação, evidenciando a interdependência entre estabilidade política e desenvolvimento educacional”. A experiência evidencia como a precariedade administrativa e a instabilidade política condicionaram o funcionamento das instituições escolares na época.

A inauguração oficial da Escola Normal de Salvador ocorreu em 7 de outubro de 1841, no Teatro São João, com início das aulas em março de 1842. Seus primeiros professores, João Alves Portella e Manoel Correia Garcia, tiveram papel central: Portella assumiu a primeira cadeira e posteriormente tornou-se diretor, enquanto Correia Garcia atuou como monitor responsável pela aplicação dos métodos pedagógicos. Entre 1842 e 1852, a instituição formou 92 professores, sendo 68 homens e 24 mulheres, o que demonstra desde cedo a relevância da presença feminina na docência (Nunes, 2007). Observa-se, a partir desses dados, a predominância masculina na formação docente nesse período inicial.

A sede da instituição pode ser observada na Figura 4, que apresenta o edifício da Escola Normal da Bahia, instalada em Salvador em 1841.

Figura 4 – Escola Normal da Bahia, instalada em Salvador em 1841.



Fonte: A Fotografia na Bahia 1839-2006, de Aristides Alves (2006), Biblioteca do Mosteiro de São Bento, Salvador, BA. Disponível em: <https://modosdefazer.org/2022/04/09/vamos-celebrar/>. Acesso em: 12 set. 2025

A imponência arquitetônica do prédio da Escola Normal de Salvador, como mostrado na figura acima, reflete a valorização social atribuída à educação formal na província. Mais do que um espaço físico, o edifício simbolizava o compromisso do governo provincial com a instrução e com a profissionalização docente. A instituição tornou-se referência regional, exercendo influência sobre a consolidação do magistério primário na Bahia.

Nas décadas seguintes, o processo de interiorização das Escolas Normais baianas revelou-se estratégico para ampliar o alcance da formação docente. Em Caetité, a escola foi criada em 1895, seguida por Feira de Santana em 1927 e Vitória da Conquista em 1952. Posteriormente, outras cidades, como Ilhéus, também receberam instituições voltadas à formação de professores. Essa expansão refletia tanto o crescimento populacional quanto a necessidade de descentralizar a oferta de educação formal, aproximando a formação docente das comunidades do interior (Vieira, 2022).

Segundo Gatti e Barreto (2009, p. 102), “a criação de escolas no interior permitiu que o magistério alcançasse regiões carentes de educação formal, contribuindo para a mobilidade social e para a feminização do ensino”. Isso significa que a interiorização não apenas ampliou o número de docentes formados, mas também possibilitou que mulheres de diferentes regiões encontrassem no magistério uma das poucas formas de inserção no espaço público, reforçando a feminização da profissão.

Nas décadas de 1930 e 1940, as reformas de Anísio Teixeira imprimiram novo dinamismo às Escolas Normais na Bahia. Inspirado nos princípios da Escola Nova, Teixeira defendia uma educação centrada no desenvolvimento integral do aluno, no exercício da prática democrática e na articulação entre escola e vida social (Teixeira, 1934). Suas propostas reformularam os currículos, modernizaram as metodologias e buscaram valorizar a profissão docente como elemento estratégico de transformação social (Silva, 2022). Essa concepção reforçou a ideia de que a escola pública poderia funcionar como instrumento de democratização e de mobilidade social.

As Escolas Normais surgiram em um contexto de precariedade e improviso educacional, mas, ao longo de mais de um século, consolidaram-se como instituições fundamentais para a formação de professores no Brasil. Representaram não apenas espaços pedagógicos, mas também arenas políticas, sociais e culturais, capazes de articular a profissionalização docente com o projeto de construção do Estado nacional. Sua relevância deve ser compreendida tanto no plano técnico, pela formação de professores, quanto no plano simbólico, pela função de legitimar valores e práticas sociais.

Outro elemento de destaque é a dimensão social das Escolas Normais. Essas instituições foram responsáveis por abrir caminhos para a inserção feminina no espaço público. Como ressaltam Gatti e Barreto (2009, p. 102), “o magistério foi, historicamente, uma das poucas profissões socialmente aceitáveis para as mulheres, o que fez das Escolas Normais ambientes estratégicos de mobilidade e emancipação”.

Do ponto de vista pedagógico, as Escolas Normais foram responsáveis por introduzir currículos, métodos e práticas que estruturaram o sistema educacional brasileiro. Ainda que seus currículos iniciais fossem limitados, com o tempo incorporaram propostas modernas, como o método intuitivo e as práticas da Escola Nova, revelando sua capacidade de adaptação às transformações históricas. Mesmo após sua extinção formal, muitos princípios dessas instituições continuam presentes nos cursos de Pedagogia e nas licenciaturas, evidenciando permanências e rupturas na formação docente (Vieira, 2022).

A análise crítica de seu legado revela conquistas e limites. Entre os avanços, destacam-se a profissionalização do magistério, a criação de padrões curriculares e a ampliação da presença feminina no espaço público. Entre os limites, sobressaem a imposição de rígida disciplina moral e religiosa, a manutenção de hierarquias sociais

e de gênero e a desvalorização material da docência, aspectos que marcaram profundamente a trajetória da profissão.

Assim, compreender a importância das Escolas Normais implica reconhecer seu papel estratégico na consolidação da educação brasileira, mas também suas contradições históricas. Foram instituições que, ao mesmo tempo, promoveram a democratização parcial do acesso à educação e reforçaram desigualdades sociais e de gênero. Essa ambiguidade faz parte de sua contribuição à história da educação, tornando-as objeto de estudo indispensável para compreender os desafios e os caminhos da formação docente no Brasil.

Por fim, cabe destacar que o legado das Escolas Normais extrapola o campo educacional. Ao articularem formação docente, disciplinamento social e projetos políticos, essas instituições ajudaram a moldar não apenas a escola, mas a própria sociedade brasileira. A memória das Escolas Normais, preservada em prédios históricos, documentos oficiais e narrativas coletivas, constitui patrimônio cultural e educativo que ainda inspira debates sobre políticas públicas e identidade docente. Dessa forma, o estudo de sua trajetória reafirma a relevância dessas instituições na construção da história educacional do Brasil e da Bahia em particular.

O movimento de criação e expansão das Escolas Normais no Brasil refletiu um projeto educacional nacional voltado à constituição de um sistema público de instrução e à formação de um corpo docente que pudesse sustentar o ideal republicano de civilização e progresso. Conforme Saviani (2008), a organização da instrução pública foi concebida como instrumento político de consolidação do Estado e de modernização social. Nesse sentido, as Escolas Normais não se limitaram a formar professores, mas assumiram o papel de difundir valores cívicos, morais e culturais que orientavam o projeto de nação.

Na Bahia, esse movimento adquiriu contornos próprios. Desde a instalação da Escola Normal de Salvador, em 1842, o Estado buscou interiorizar a formação docente para atender à crescente demanda por escolarização e reduzir as desigualdades regionais (Villela, 2008). Essa interiorização foi acompanhada de um discurso de valorização da instrução como motor do desenvolvimento econômico e social, especialmente em áreas afastadas dos grandes centros. Faria Filho (2006) observa que o processo de expansão educacional no interior do Brasil esteve vinculado à construção de uma identidade nacional que se fortalecia a partir da escola pública como espaço de civilização e pertencimento social.

A partir das décadas de 1930 e 1940, sob a influência de Anísio Teixeira, a Bahia assumiu a iniciativa na renovação pedagógica e na reestruturação da formação docente, articulando educação e democracia. Essa concepção defendia que o professor seria o principal agente de transformação social, cabendo às Escolas Normais não apenas transmitir conteúdos, mas formar sujeitos críticos, comprometidos com a realidade local (Veiga, 2010). Assim, o magistério passou a ser reconhecido como profissão estratégica, responsável por mediar os ideais de progresso, cidadania e modernidade.

É nesse contexto que se insere a criação da Escola Normal de Vitória da Conquista, em 1952. O município vivia um processo de crescimento urbano e econômico e necessitava de professores qualificados para atender à expansão do ensino primário. A fundação do Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED) representou, portanto, a materialização do projeto de interiorização da educação normalista na Bahia, promovendo a formação de docentes e fortalecendo a educação da região sudoeste. Como observa Nóvoa (1992), as escolas normais foram espaços de socialização profissional e de construção da identidade docente, permitindo que os professores se reconhecessem como categoria e como grupo portador de saberes próprios. A criação do Instituto foi, portanto, decisiva para promover o desenvolvimento educacional, social e cultural de Vitória da Conquista.

A função social dessas instituições, especialmente nas cidades do interior, ultrapassava a formação técnica. Elas eram polos de cultura, difusão de valores e organização comunitária. Em Vitória da Conquista, o IEED tornou-se símbolo de pertencimento e referência intelectual, projetando a cidade como centro educacional regional. Dessa forma, compreender a trajetória da Escola Normal conquistense implica situá-la dentro de um movimento mais amplo, no qual a formação de professores se articulava à construção coletiva e ao desenvolvimento social e educacional da Bahia. Nesse sentido, a Escola Normal não pode ser compreendida apenas como uma instituição formadora de docentes, mas como um espaço estratégico na constituição de redes educacionais, culturais e sociais no interior baiano. Sua atuação contribuiu para a reorganização do campo educacional e para a consolidação de referências simbólicas que extrapolaram o âmbito escolar. A seção seguinte aprofunda essa discussão, analisando como essas funções sociais se materializaram nas práticas educativas e na memória institucional da Escola Normal de Vitória da Conquista.

4. ENTRE SABERES E DESTINOS: CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Este capítulo tem como objetivo analisar a trajetória histórica da Escola Normal de Vitória da Conquista, evidenciando sua criação, consolidação e transformações ao longo do tempo, bem como seu papel na formação docente e na construção da memória social do município. Busca-se compreender como a instituição se constituiu como espaço de produção de saberes, práticas educativas e valores sociais, especialmente no que se refere à formação de mulheres e à ampliação de sua inserção no espaço público.

Ao articular fontes documentais, referências bibliográficas e narrativas de ex-alunas, o capítulo procura situar a Escola Normal como um lugar de memória, cujos impactos ultrapassam o campo educacional e se inscrevem na história social e cultural de Vitória da Conquista.

4.1 Criação da Escola Normal em Vitória da Conquista (Instituto de Educação Euclides Dantas – 1952)

A Escola Normal de Vitória da Conquista, vinculada ao Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED), consolidou-se como uma das mais importantes instituições formadoras de professores do interior da Bahia. Sua criação, em 1952, representou um marco fundamental para o desenvolvimento educacional do município e de toda a região circunvizinha.

Até então, os estudantes interessados em seguir carreira no magistério precisavam se deslocar para cidades como Salvador ou Caetité. Mendes (2004, p. 29) ressalta que a inauguração foi celebrada como um “acontecimento que marca a vida social de Conquista, um dos pontos culminantes de suas aspirações”, revelando a grande expectativa da comunidade diante da nova instituição.

A Figura 5 apresenta a fachada do Auditório do Instituto de Educação Euclides Dantas (antiga Escola Normal de Vitória da Conquista), um edifício que simboliza o legado educacional da cidade. A imagem foi publicada no Blog do Brown em 2020.

Figura 5– Fachada do Auditório do Instituto de Educação Euclides Dantas (antiga Escola Normal de Vitória da Conquista).



Fonte: Blog do Brown. Disponível em: <https://blogdobrown.wordpress.com/2020/06/15/escola-normal/>. Acesso em 12 de ago.2025

A fundação da Escola Normal ocorreu em um contexto de expansão da escolarização no Brasil, impulsionado por políticas educacionais voltadas à formação docente. Desde o início, o IEED se configurou como um espaço de transmissão de saberes, práticas e experiências que moldaram não apenas a trajetória de seus alunos, mas também a memória coletiva da comunidade conquistense. Segundo Reis (2018), a Escola Normal tornou-se símbolo “educacional conquistense”, ao articular ensino e práticas culturais que extrapolavam os muros escolares, projetando-se como espaço de sociabilidade e formação social.

Embora a Escola Normal de Vitória da Conquista estivesse vinculada às diretrizes nacionais para a formação docente, sua atuação assumiu características próprias, marcadas pelas especificidades sociais, culturais e educacionais do município. Inserida em um contexto de interiorização do ensino e de fortalecimento da educação como estratégia de desenvolvimento local, a instituição passou a desempenhar um papel central na formação de mulheres, ampliando o acesso à escolarização e à profissionalização feminina em uma região historicamente marcada por desigualdades educacionais.

Conforme Coutinho (2025), as transformações urbanas e políticas vivenciadas por Vitória da Conquista na década de 1950 criaram novas demandas educacionais, o que justificou a implantação de uma escola voltada à formação de professores. Além

de atender a essa carência, a Escola Normal contribuiu para consolidar a cidade como polo regional de referência cultural e educacional.

A instituição também se firmou como símbolo de progresso e modernidade. Sua arquitetura inovadora e os diversos eventos realizados em suas dependências contribuíram para consolidar o IEED como um espaço de memória coletiva, conforme observa Mendes (2004), ao destacar que a escola passou a integrar a memória coletiva do grupo ao produzir representações significativas que permanecem nas narrativas da comunidade.

Mendes (2004, p. 37) observa que:

Várias estratégias perpassam o acontecimento da escola que passou a fazer parte da memória coletiva de um grupo, possibilitando a configuração de representações significativas que permanecem de forma marcante nas narrativas daqueles que acompanharam esse processo.

Outro aspecto central foi a democratização do acesso à formação docente. Jovens oriundos tanto da zona urbana quanto da zona rural puderam cursar o magistério, o que possibilitou mobilidade social e oportunidades de inserção profissional. Gatti e Barreto (2009) destacam que, historicamente, o magistério foi uma das poucas profissões socialmente aceitas para as mulheres, tornando as Escolas Normais espaços privilegiados de inclusão e ascensão feminina.

Apesar de seu prestígio, o IEED enfrentou desafios em seus primeiros anos, como carência de infraestrutura, dificuldades financeiras e escassez de professores qualificados. Ainda assim, o esforço da comunidade e o apoio político viabilizaram sua consolidação. O jornal *O Combate* (1952) registrou a solenidade de inauguração como um marco para o município, destacando a participação do então governador Régis Pacheco e do prefeito Gerson Sales.

Dessa forma, o IEED não apenas formava professores, consolidou-se, assim, como verdadeiro “lugar de memória” (Nora, 1993), no qual experiências individuais se entrelaçaram com o destino da cidade. A presença feminina, cada vez mais expressiva, reafirmou a importância da instituição como espaço de transformação social e cultural.

Para aprofundar a compreensão da memória no contexto desta pesquisa, recorre-se às contribuições de Maurice Halbwachs, que entende a memória como um fenômeno socialmente construído. Para o autor, as lembranças individuais são

organizadas a partir dos grupos sociais aos quais os sujeitos pertencem, sendo constantemente reconstruídas no presente. Assim, a memória coletiva constitui-se como um conjunto de recordações compartilhadas, que ganham sentido nas relações sociais e nos contextos históricos em que os indivíduos estão inseridos (HALBWACHS, 2006).

A partir dessa perspectiva, a Escola Normal de Vitória da Conquista pode ser compreendida como um espaço de construção de memórias coletivas, especialmente no que se refere à formação de mulheres. As experiências vividas pelas ex-alunas, ao serem narradas, ultrapassam o âmbito individual e passam a integrar uma memória coletiva feminina, marcada por processos de formação, sociabilidade e inserção no espaço público. Desse modo, a instituição não apenas formou professoras, mas também contribuiu para a construção da memória social de Vitória da Conquista, consolidando-se como referência simbólica na história educacional e cultural do município.

A trajetória da Escola Normal esteve intimamente ligada às mudanças legais na educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 1961, estabeleceu os princípios da formação docente, enquanto os Institutos de Educação, como o de Vitória da Conquista, passaram a ofertar cursos voltados para o magistério. Mais tarde, a Lei nº 5.692/1971 extinguiu a Escola Normal como modalidade independente, substituindo-a pela Habilitação Específica para o Magistério (HEM).

Já a LDB nº 9.394/1996 determinou a exigência de formação superior para o exercício do magistério nos anos iniciais, mas manteve, em caráter transitório, o curso Normal Médio para atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse processo, o IEED soube adaptar-se, diversificando sua oferta de ensino sem abandonar sua tradição na formação de professores. Para Reis (2018), essa permanência reflete o “peso da tradição” da Escola Normal, que soube se reinventar sem perder sua relevância simbólica.

É importante ressaltar que o primeiro curso ofertado em Vitória da Conquista foi o chamado Normal Rural, criado para atender às demandas educacionais do campo. Havia a previsão de que seus egressos lecionassem obrigatoriamente por dois anos em escolas rurais antes de migrarem para as cidades. Na prática, contudo, essa exigência não se consolidou, pois a carência de professores levava muitos concluintes a atuarem imediatamente em escolas urbanas.

Apesar disso, persistia o discurso oficial de que caberia aos docentes a missão de “civilizar os sertões”, integrando o interior ao projeto nacional de modernização (Mendes, 2002). Para Reis (2018, p. 57), a proposta do Normal Rural revelava “a tentativa do Estado em integrar a população sertaneja ao projeto nacional desenvolvimentista”, atribuindo ao professorado a função de mediador cultural entre campo e cidade.

Assim, a Escola Normal de Vitória da Conquista foi muito além de um projeto educacional. Constituiu-se como marco histórico, político e cultural para a cidade e região, cujos efeitos e significados permanecem vivos na memória coletiva até os dias atuais.

4.2 A contribuição da Escola Normal para a identidade das mulheres

Embora a Escola Normal não tenha sido composta exclusivamente por mulheres, a presença feminina foi social e relevante, contribuindo de forma decisiva para a construção social e cultural no interior da instituição, marcada pela participação ativa das normalistas nas práticas educativas e nas dinâmicas coletivas.

Desde a primeira turma formada em 1952, as jovens assumiram o magistério como espaço legítimo de atuação profissional, rompendo gradativamente com as barreiras impostas pelos papéis sociais atribuídos às mulheres naquele contexto histórico. De acordo com Kramer (2005), a docência foi historicamente compreendida como uma extensão do papel feminino no cuidado das crianças, associada à maternagem e à transmissão de valores morais.

Na turma inaugural da Escola Normal, em 1952, havia 29 matriculados, sendo 22 mulheres e apenas 7 homens, com idades entre 16 e 25 anos (Mendes, 2004). Esses números revelam não apenas a importância social atribuída à docência, mas também o papel da escola como espaço privilegiado de formação da juventude local.

A predominância feminina no magistério, contudo, não era uma particularidade de Vitória da Conquista, mas acompanhava uma tendência nacional. Como explica Nóvoa (2008), o aumento da participação das mulheres na docência ocorreu em diversos contextos, especialmente nas séries iniciais, em função da expansão da escolarização e da valorização social das habilidades associadas ao cuidado e à formação moral das crianças. No entanto, essa tendência não significava a ausência de homens nas instituições formadoras. No caso do IEED, embora houvesse docentes

do sexo masculino, o curso Normal contou majoritariamente com alunas mulheres, o que indica que a instituição participou desse movimento mais amplo de inserção feminina no campo da educação. Assim, a predominância feminina no magistério pode ser observada no perfil discente da escola, ainda que seu corpo docente fosse composto por profissionais de ambos os sexos.

Ser professor, naquele contexto, era exercer uma profissão de elevado prestígio social. O magistério não era visto apenas como carreira, mas como vocação, vinculada ao compromisso cívico e ao desenvolvimento da nação. O professor era considerado sujeito exemplar, abnegado e respeitado, digno de homenagens públicas.

Nesse contexto histórico, o magistério configurava-se como uma profissão socialmente valorizada, associada a ideais de responsabilidade cívica e compromisso com a formação das novas gerações. Essa valorização contribuiu para que a docência fosse amplamente reconhecida como um caminho legítimo de inserção e reconhecimento social, especialmente no interior do país. No âmbito da Escola Normal, essa condição favoreceu a procura pelo curso e a consolidação da instituição como espaço formativo de prestígio, acessível a diferentes segmentos sociais e reconhecido pelas famílias como possibilidade de mobilidade e projeção social por meio da educação.

Em Vitória da Conquista, o magistério possibilitou às jovens estudantes da Escola Normal ampliar suas possibilidades de atuação social. Conforme Nogueira (2007), a feminização do magistério foi impulsionada, entre outros fatores, por razões econômicas, uma vez que os salários pagos às mulheres eram inferiores aos dos homens, tornando sua contratação mais vantajosa para o Estado. Ainda que marcada por desigualdades, essa realidade abriu caminhos para que muitas conquistenses ingressassem no campo educacional e se tornassem referências em suas comunidades.

Nesse contexto, o Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED) configurou-se como um espaço estratégico de formação e reconhecimento social. De Benedictis (2016, p. 112) observa que “a participação feminina foi muito forte na educação; nas demais áreas de trabalho, as mulheres assumiam postos com cargos inferiores ao homem e de menor salário”, o que reforça a docência como um dos poucos campos de inserção socialmente valorizados disponíveis às mulheres naquele período.

As práticas pedagógicas desenvolvidas na Escola Normal contribuíram para a consolidação profissional e social. O ensino pautado em valores incidia diretamente sobre a construção de modos de ser e atuar no mundo. Mendes (2004) destaca que o título de professora era motivo de prestígio para as famílias e comunidades, simbolizando reconhecimento social e ascensão cultural.

Além disso, a Escola Normal exerceu papel relevante na constituição da memória coletiva local. Muitas ex-alunas tornaram-se educadoras e lideranças em diferentes espaços sociais, e suas narrativas preservam a centralidade da instituição em seus percursos formativos. Como aponta Tardif (2014), a docência é uma profissão de saberes que articula conhecimentos acadêmicos e experiências vividas, dimensão que se evidencia nos relatos das ex-normalistas.

As memórias evocadas pelas entrevistadas revelam que a formação recebida no IEED marcou profundamente suas trajetórias pessoais e profissionais. Para Esperança (2014), por exemplo, “essa escola guarda muitas memórias e bastantes recordações. Lembro-me perfeitamente de todas as vivências que eu tive porquê de lá me formou quem eu sou”. Tais narrativas evidenciam que a Escola Normal foi constantemente lembrada como espaço de experiências constitutivas dessas mulheres.

À luz de Halbwachs, compreende-se que essas lembranças individuais ganham sentido no interior de um grupo social. Assim, as experiências vivenciadas na Escola Normal integram uma memória coletiva compartilhada, marcada por pertencimento, reconhecimento simbólico e valorização da docência. A formação oferecida pela instituição, portanto, ultrapassou o domínio pedagógico, repercutindo em diferentes dimensões da vida das normalistas. Diante disso, a formação vivenciada na Escola Normal repercutiu para além do espaço escolar, influenciando escolhas e percursos de vida. O tópico seguinte analisa os impactos dessa formação nas trajetórias pessoais e profissionais das ex-normalistas.

4.3 Formação docente e impacto nas trajetórias pessoais e profissionais

A formação docente oferecida pela Escola Normal de Vitória da Conquista teve impactos profundos nas trajetórias pessoais e profissionais de suas alunas. Para muitas mulheres, cursar o magistério significou não apenas adquirir conhecimentos

pedagógicos, mas também alcançar independência econômica, reconhecimento social e inserção em espaços antes restritos ao universo masculino.

A formação docente oferecida pela Escola Normal de Vitória da Conquista teve impactos profundos nas vivências pessoais e profissionais de suas alunas. Para muitas normalistas, cursar o magistério significou mais do que adquirir conhecimentos pedagógicos: representou a possibilidade de trabalhar fora de casa, ter renda própria e alcançar reconhecimento em suas comunidades. Os relatos coletados na pesquisa confirmam essa realidade. Aurora, por exemplo, afirma que a escola “abriu caminhos que eu nunca imaginei”, destacando que sua entrada no magistério foi sua primeira oportunidade de independência econômica. De modo semelhante, Esperança relata que ser professora lhe garantiu respeito social e visibilidade no bairro onde morava. Esses depoimentos evidenciam que a formação docente ampliou o campo de atuação dessas mulheres e lhes permitiu ocupar lugares que, até então, eram pouco acessíveis. Essa interpretação encontra respaldo em Perrot (2006), para quem a entrada das mulheres na docência representou uma forma de acesso ao espaço público, historicamente associado ao universo masculino.

Segundo Mendes (2004), o IEED formou centenas de professoras que, ao longo das décadas de 1960 a 1980, foram responsáveis por transformar a realidade educacional da região. Muitas dessas mulheres, ao concluírem o curso, assumiram cargos em escolas públicas e privadas, tornando-se referências em suas comunidades.

O magistério também representava uma via de ascensão social. Em um contexto em que poucas profissões estavam abertas às mulheres, a docência lhes oferecia não apenas sustento financeiro, mas também prestígio simbólico. Como afirma Gatti e Barreto (2009), a carreira docente foi historicamente uma das poucas profissões que conferiram às mulheres respeitabilidade e reconhecimento público.

Além disso, a formação oferecida pela Escola Normal ia além dos aspectos pedagógicos. Havia um forte componente de valores morais e sociais transmitidos às alunas. A disciplina escolar, a participação em eventos cívicos e culturais e o engajamento em práticas comunitárias moldaram as trajetórias pessoais dessas mulheres, que se tornaram agentes de transformação social.

Para muitas famílias, ter uma filha formada professora era motivo de orgulho e status. Isso se refletia também nas escolhas pessoais, já que a docência possibilitava maior autonomia na condução de suas vidas. Mendes (2004, p. 81) ressalta que em

Vitória da Conquista, naquele período, a figura do professor era extremamente valorizada, e aqueles que exerciam a profissão detinham uma dimensão simbólica que fazia com que contassem com o respeito e a valorização de toda a comunidade.

Não raro, a formação no IEED se tornou ponto de partida para que muitas mulheres seguissem a carreira acadêmica, cursando ensino superior e assumindo posteriormente cargos de liderança.

Outras, ainda, migraram para áreas como direito, medicina e serviço social, tendo a Escola Normal como base de sua trajetória. Assim, a formação docente na Escola Normal de Vitória da Conquista não se limitou ao campo profissional imediato. Ela reverberou nas vidas pessoais e familiares, ampliando horizontes e consolidando a docência como caminho de emancipação feminina e de desenvolvimento social.

Os relatos das entrevistadas mostram que a formação no IEED apresentou repercussões que ultrapassaram o exercício imediato do magistério. Algumas destacam que o curso ampliou suas perspectivas de continuidade dos estudos e favoreceu sua inserção em diferentes funções dentro do campo educacional, como coordenação ou participação em projetos escolares. Para outras, à docência representou a possibilidade de estabilidade profissional e reconhecimento comunitário, elementos que impactaram suas vidas pessoais e familiares.

Dessa forma, a formação docente na Escola Normal de Vitória da Conquista não se restringiu ao domínio pedagógico, mas contribuiu para ampliar as possibilidades de atuação das normalistas em seus contextos sociais.

As experiências relatadas pelas participantes da pesquisa mostram que a formação oferecida pela Escola Normal repercutiu de múltiplas maneiras em suas vidas, seja pela ampliação das possibilidades profissionais, seja pela construção de novos sentidos sobre sua atuação social. Essas vivências, contudo, não se limitaram ao período em que frequentaram a instituição. Muitos dos aprendizados, valores e referências que emergem dessas narrativas foram preservados ao longo do tempo, constituindo uma memória compartilhada sobre o que significou estudar no IEED. É justamente essa permanência que conduz ao tópico seguinte.

4.4 Saberes, valores e experiências preservados

A Escola Normal foi também espaço privilegiado de preservação de saberes, valores e experiências que marcaram a memória coletiva de Vitória da Conquista.

Mais do que uma instituição de ensino, ela se tornou repositório de práticas culturais, pedagógicas e sociais que transcenderam o tempo. As memórias das ex-alunas revelam a riqueza das experiências vividas no IEED. Eventos como formaturas, desfiles cívicos e atividades culturais consolidaram a escola como espaço de convivência comunitária. Segundo Nora (1993), lugares de memória são construídos por meio de práticas sociais que perpetuam valores coletivos. Nesse sentido, a Escola Normal configurou-se como lugar de memória da educação conquistense.

Os saberes pedagógicos transmitidos na escola também tiveram papel central. O aprendizado metodológico, o contato com disciplinas como Psicologia, Didática e Educação Moral, e as práticas de estágio em escolas de aplicação garantiam às alunas uma formação sólida. Esses saberes eram transmitidos não apenas em sala de aula, mas também nas práticas cotidianas, na disciplina e nos rituais escolares.

A Escola Normal de Vitória da Conquista tinha como finalidade central preparar professoras para atuar no ensino primário, oferecendo conteúdos pedagógicos e metodológicos essenciais ao exercício da docência. As narrativas das ex-alunas evidenciam que a formação oferecida pela Escola Normal ultrapassava a dimensão técnica, alcançando aspectos éticos e morais que marcaram suas trajetórias de vida. “Aprendemos muito. Aprendemos várias coisas na escola normal, coisas que eu trouxe para a minha vida, princípios que eu sigo. Ela foi a base de minha formação.” (Aurora, 2025)

A prática educativa da Escola Normal, não se limitava a preparação técnica, o currículo contemplava disciplinas que articulavam saberes pedagógicos e culturais, buscando formar profissionais competentes e cidadãos comprometidos com a comunidade. Parte da formação envolvia atividades práticas, estágios supervisionados e experiências em diferentes espaços escolares, o que permitia aos estudantes viver a realidade da docência e, ao mesmo tempo, construir referências para sua atuação profissional.

Essas práticas educativas, no sentido proposto por Larrosa (2002), constituíam experiências transformadoras, atravessando a vida dos sujeitos e marcando-os de modo duradouro, gerando memórias que se perpetuam individual e coletivamente. Como assinala Nóvoa (2008), a profissão docente se constrói não apenas em salas de aula, mas em redes de sociabilidade e de memória, nas quais cada geração de professores transmite práticas, valores e representações. Nesse sentido, a Escola Normal de Vitória da Conquista funcionou como um espaço de sedimentação dessa

memória profissional, reforçando o perfil das mulheres que ali se formaram. Reis (2018, p. 103) aponta que as práticas formativas da Escola Normal “se configuraram como rituais de passagem, nos quais os sujeitos se reconheciam como professores em formação e como parte de uma tradição”.

Além disso, a escola foi responsável por consolidar valores de respeito, solidariedade e compromisso social. Como relata Mendes (2004), os discursos inaugurais e as práticas institucionais destacavam a função da escola como formadora de cidadãos responsáveis, preparados para contribuir com o desenvolvimento da cidade. Esses valores permanecem vivos na memória das ex-alunas e na narrativa histórica da cidade. Testemunhos como os de Valter Freire (2020) evocam o cotidiano da escola, descrevendo-a como espaço de alegria, aprendizado e sociabilidade. Tais relatos preservam experiências que, embora individuais, constituem patrimônio coletivo da comunidade. Dessa forma, a Escola Normal de Vitória da Conquista preservou não apenas a memória educacional, mas também valores e saberes que permanecem significativos para a história da formação docente no município.

Ao longo das entrevistas, a Escola Normal emerge não apenas como lugar de formação, mas como referência afetiva e histórica para aquelas que por ela passaram. O próximo tópico examina essa dimensão memorial da instituição, analisando os elementos que fazem do IEED um espaço de lembranças compartilhadas.

4.5 A Escola Normal como espaço de memória

O legado histórico e social da Escola Normal de Vitória da Conquista transcende sua função pedagógica. Desde sua fundação, a instituição contribuiu para o desenvolvimento educacional, cultural e político do município, formando gerações de professores e consolidando a docência como profissão de prestígio.

Embora inserida no modelo nacional das Escolas Normais, geralmente implantadas em grandes centros urbanos, a instituição em Vitória da Conquista assumiu uma função estratégica no contexto local, ao se constituir como uma das principais vias de formação profissional feminina no município. Para muitas alunas, o curso normal representava não apenas uma opção educacional, mas a principal possibilidade de inserção no mundo do trabalho e de ascensão social, especialmente em um contexto no qual o acesso ao ensino superior era restrito.

A instituição destacou-se como instituição de referência na formação de professores e no fortalecimento da educação local. Suas práticas pedagógicas, a organização escolar e a presença constante na vida comunitária fizeram do IEED um espaço significativo na história educacional do município. Mesmo após a extinção do Curso Normal Médio, em 2015, decorrente das mudanças estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que passou a orientar a formação de professores para o nível superior, a escola permanece lembrada por ex-alunos e pela comunidade como ambiente formador, responsável por preparar diversas gerações de profissionais que atuaram na região. As narrativas das entrevistadas e nos registros produzidos por autores como Valter Freire (2020), destacam a importância histórica da instituição para a cidade. A proposta de criação de um memorial em sua área, apresentada após as ameaças de demolição do prédio, reforça o valor simbólico que o IEED mantém para diferentes segmentos da comunidade conquistense.

Assim, a Escola Normal de Vitória da Conquista permanece como patrimônio imaterial da cidade, cujas contribuições para a educação e para a sociedade continuam a inspirar novas gerações. Nesse sentido, a instituição pode ser compreendida como um espaço de memória (Halbwachs, 2006), especialmente à luz das narrativas recolhidas nesta pesquisa. As participantes evocam disciplinas, estágios, práticas culturais e vivências cotidianas que, com o passar do tempo, se transformaram em referências marcantes de sua experiência escolar. Esses relatos não se limitam ao âmbito individual: ao serem compartilhados, compõem um conjunto de lembranças que atribui significado a escola e ao papel que ela desempenhou na formação educacional do município. Assim, o espaço formativo não apenas preparou futuras professoras, mas também deixou marcas que permanecem atualizadas nas memórias das entrevistadas, evidenciando sua relevância para a história de Vitória da Conquista.

Para Reis (2018, p. 142), “a memória da Escola Normal se entrelaça com a memória das mulheres que nela estudaram, constituindo um patrimônio imaterial da cidade”. A institucionalização de ações museográficas e de preservação da história da Escola Normal reforça sua condição de patrimônio imaterial da cidade. Em 2022, por exemplo, o Museu Regional da UESB promoveu a exposição “70 anos da Escola Normal – IEED (1952–2022)”, reunindo fotografias, mobiliário, livros e troféus que retratam diferentes momentos da vida escolar e as práticas pedagógicas do instituto,

demonstrando a dimensão coletiva da memória construída em torno da instituição. Esse tipo de exposição transforma acervos privados e escolares em objetos públicos de memória, permitindo que ex-alunos, pesquisadores e a comunidade revisitem e problematizem as trajetórias formativas ligadas ao IEED.

O Instituto permanece, ainda hoje, como uma instituição reconhecida pela comunidade conquistense, não apenas por sua atuação atual na educação básica, mas, sobretudo, pela memória social construída em torno de sua antiga função formadora. Embora o Curso Normal Médio tenha sido oficialmente extinto em 2015, a Escola Normal continua existindo no campo simbólico e memorial da cidade. Como relata Aurora, “a Escola Normal acabou, mas tudo que a gente viveu ali nunca saiu da nossa memória, foi ali que eu aprendi a ser professora”. Essa fala evidencia que a instituição ultrapassa sua existência material, permanecendo como um lugar de memória que estrutura pertencimentos e sentidos atribuídos à formação docente.

Analisar a prática educativa da Escola Normal, portanto, é compreender como a experiência escolar se converte em memória, como a formação docente impactou a vida de seus egressos e como essa instituição se tornou marco na história educacional da cidade. Através de documentos, legislações, fotografias, entrevistas e testemunhos, é possível reconstruir esse legado, revelando a força simbólica e prática da Escola Normal na construção da memória social de mulheres e de toda a comunidade conquistense. Como enfatiza Reis (2018, p. 165), ao revisitar as memórias dessas mulheres, “não se trata apenas de recordar o passado, mas de reconhecer no presente a permanência de valores e significados produzidos na Escola Normal”.

As experiências vivenciadas na escola, conforme será aprofundado nos capítulos seguintes, deixaram marcas significativas na memória das mulheres que por ela passaram. Elementos como o sentimento de pertencimento, a valorização da formação recebida, o reconhecimento social do magistério e a percepção da escola como espaço de transformação pessoal e coletiva emergem de forma recorrente nas narrativas das ex-alunas, indicando que a instituição extrapolou sua função formativa e se constituiu como referência identitária na trajetória dessas mulheres.

Esse conjunto de significados, no entanto, contrasta com o processo que levou à desativação do Curso Normal Médio, tema discutido no tópico a seguir, que aborda as circunstâncias, legislações e consequências que marcaram a extinção dessa modalidade formativa.

5. O PROCESSO DE DESATIVAÇÃO/EXTINÇÃO DA ESCOLA NORMAL

Este capítulo tem como objetivo analisar o processo de desativação do Curso Normal Médio em Vitória da Conquista, situando-o no contexto das transformações das políticas educacionais brasileiras e das reformas que redefiniram a formação docente ao longo das últimas décadas. Para além dos aspectos legais e institucionais que culminaram na extinção do curso, busca-se compreender como esse processo foi vivido e significado pelas mulheres que se formaram na Escola Normal, a partir de suas narrativas e memórias. Desse modo, o capítulo articula a análise das políticas públicas com as experiências subjetivas das ex-alunas, evidenciando os impactos simbólicos, afetivos decorrentes da desativação da instituição.

A desativação do Curso Normal Médio em Vitória da Conquista não foi um processo isolado ou restrito ao contexto local, mas resultado de mudanças mais amplas implementadas pelas políticas educacionais brasileiras. Ao longo das últimas décadas, reformas nacionais redefiniram os critérios para a formação docente, deslocando a preparação de professores para o ensino superior e reconfigurando o papel histórico das Escolas Normais (Brasil, 1996; Gatti; Barreto, 2009). Nesse cenário, instituições tradicionais, como o Instituto de Educação Euclides Dantas, tiveram suas práticas gradualmente reorientadas até que o Curso Normal Médio fosse oficialmente extinto em 2015.

A extinção do curso no IEED decorreu das mudanças introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que definiu a formação de professores em nível superior como requisito para o exercício do magistério. As Diretrizes Curriculares Nacionais posteriores reforçaram essa orientação, conduzindo os sistemas de ensino à descontinuação progressiva dos cursos de Magistério de nível médio. Assim, em 2015, acompanhando esse movimento nacional de reestruturação da formação docente, o IEED encerrou oficialmente a oferta do Curso Normal Médio.

Para além das mudanças estruturais e legais que culminaram na desativação da Escola Normal, as narrativas das mulheres que vivenciaram esse processo revelam os impactos afetivos produzidos pelo encerramento do curso normal médio. A entrevistada Flor compreende a Escola Normal como um patrimônio coletivo da cidade, destacando sua relevância para a formação de diferentes gerações:

A escola normal é um patrimônio municipal que deve ser preservado. Muitas pessoas da cidade e região passaram pela escola, sendo a mesma muito importante na vida de muita gente, devendo sempre haver investimentos para melhoria na instituição e também nos projetos (Flor,2025).

A sensação de perda simbólica decorrente da desativação da Escola Normal aparece de forma marcante na fala de Pureza, ao expressar o desejo de reconhecimento da instituição: “Como eu gostaria que ela voltasse a subir ao pódio novamente. ” (Pureza,2025). Para a entrevistada, a importância da Escola Normal está diretamente relacionada à atuação das mulheres formadas pela instituição, reconhecidas como responsáveis pela construção educacional do município.

As narrativas das entrevistadas evidenciam o reconhecimento da importância da Escola Normal para a formação educacional do município, especialmente a partir da atuação das mulheres que por ela passaram. Esse reconhecimento aparece de forma expressiva na fala de Pureza, ao afirmar:

“As mulheres formadas na Escola Normal são mulheres guerreiras, dedicadas e apaixonadas pela educação. A cidade é referência em educação devido a essas mulheres formadas pela Escola Normal. ” (Pureza, 2025). Mesmo após a desativação do curso normal, o sentimento de pertencimento à Escola Normal permanece presente nas narrativas das entrevistadas, revelando a permanência de vínculos afetivos. Essa continuidade pode ser observada na fala de Esperança, ao afirmar: Passo pela escola normal e ainda me sinto pertencente a esse lugar. A Escola Normal me direcionou” (Esperança,2025). Essas narrativas evidenciam que a desativação da Escola Normal não representou o apagamento de sua importância, mas a transformação da instituição em referência simbólica e memorial na trajetória das mulheres que nela se formaram.

As narrativas evidenciam que a desativação da Escola Normal não significou o desaparecimento de seus sentidos formativos, mas a resignificação da instituição como espaço de pertencimento e memória. Mesmo sem a continuidade do curso, a Escola Normal permanece viva nas lembranças das ex-alunas, configurando-se como referência afetiva e social que orientou escolhas, formação e valores. Desse modo, a instituição se inscreve na memória coletiva como elemento estruturante da experiência formativa dessas mulheres.

Embora a memória coletiva possibilite a preservação das experiências vividas, ela também é atravessada por silenciamento e esquecimentos, conforme alerta

Ricoeur (2007). No contexto da Escola Normal, observa-se que determinadas narrativas femininas permaneceram por muito tempo à margem da história oficial da instituição, sendo reconhecidas apenas no âmbito privado. As falas das entrevistadas evidenciam que a valorização de suas trajetórias ocorreu mais pela via da memória afetiva do que pelo reconhecimento institucional, o que revela tensões entre memória vivida e memória legitimada.

Compreender esse processo implica analisar o conjunto de políticas e legislações que transformaram a formação de professores no país. É esse percurso que será aprofundado no tópico a seguir, dedicado às reformas educacionais e ao impacto dessas mudanças na formação docente.

5.1 Reformas educacionais e o impacto na formação docente

A Escola Normal, que por décadas foi responsável pela formação de professores primários, começou a passar por um processo de desativação a partir das reformas educacionais promovidas nas décadas de 1970 e 1990. Essas transformações foram motivadas por mudanças nas políticas públicas e na concepção de formação docente, que buscavam adequar o sistema educacional brasileiro às novas demandas sociais e econômicas. Nesse sentido, como aponta Gatti (2010), as reformas estruturadas a partir da LDB nº 9.394/1996 reconfiguraram profundamente a formação de professores no país, redirecionando-a para o nível superior e alterando o papel histórico das Escolas Normais.

Assim, a antiga estrutura de formação oferecida pelas Escolas Normais foi sendo substituída por cursos técnicos e superiores voltados à formação de professores.

Com a promulgação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, ocorreu uma reorganização significativa no sistema educacional. Essa lei extinguiu formalmente o curso Normal, substituindo-o pela Habilitação Específica para o Magistério (HEM), inserida no âmbito do ensino de 2º grau. O objetivo era modernizar a formação docente e adequá-la ao novo modelo de ensino profissionalizante, integrando-a ao currículo das escolas de ensino médio.

De acordo com o texto legal:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, 1971, art. 30).

A implantação da Habilitação Específica para o Magistério trouxe avanços e desafios ao integrar a formação docente ao ensino médio, ampliando o acesso ao magistério. Ao mesmo tempo, esse processo provocou uma releitura do lugar histórico da Escola Normal no cenário educacional, deslocando sua centralidade como referência formativa, sem apagar os sentidos construídos ao longo de sua trajetória nem as marcas deixadas na memória coletiva.

Essa nova estrutura curricular muitas vezes priorizava aspectos técnicos e burocráticos da docência, em detrimento da formação crítica e reflexiva que caracterizava a Escola Normal. Assim, o processo de transição instaurou um período de incertezas quanto à qualidade da formação docente.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o modelo de formação docente sofreu nova reconfiguração. A LDB estabeleceu a exigência de licenciatura plena para o exercício do magistério na educação básica, elevando o nível de formação do professor e transferindo essa responsabilidade para as instituições de ensino superior. Conforme o artigo 62 da referida lei, “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena” (Brasil, 1996, art. 62).

Essa mudança consolidou o fim definitivo das Escolas Normais como instituições formadoras de professores, marcando uma transição para uma formação mais acadêmica e universitária. Em síntese, o processo de desativação da Escola Normal refletiu as transformações nas políticas educacionais brasileiras e no papel atribuído à formação docente. A substituição das Escolas Normais pela Habilitação Específica e, posteriormente, pelos cursos de licenciatura, representou não apenas uma mudança estrutural, mas também simbólica. Se por um lado houve um avanço na profissionalização do magistério, por outro, perdeu-se parte da cultura que essas instituições possuíam, sobretudo no que diz respeito à formação humanista, ética e social das mulheres que nelas se formaram.

5.2 Mudanças estruturais no Instituto de Educação Euclides Dantas Vitória da Conquista

O Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED), sucessor da antiga Escola Normal de Vitória da Conquista, passou por profundas transformações estruturais e pedagógicas a partir das reformas educacionais implementadas nas décadas de 1970 e 1990. Essas mudanças foram impulsionadas pelas políticas de reorganização do ensino, sobretudo após a promulgação da Lei nº 5.692/1971 e, posteriormente, da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

O Instituto, que historicamente se destacava como referência na formação de professores, precisou se adaptar às novas exigências legais e curriculares, que redirecionaram a formação docente para outros níveis e modalidades de ensino.

Instituição educacional pública, única do gênero em Vitória da Conquista, o Instituto de Educação Euclides Dantas ou simplesmente, Escola Normal, como é conhecida pela comunidade teve sua expressão de monumentalidade proclamada aos quatro cantos da cidade e região (Mendes, 2004, p. 20).

Essa referência reforça o papel simbólico e social que o Instituto possuía, demonstrando sua importância para a história educacional local.

No âmbito estrutural e administrativo, o Instituto passou a diversificar suas funções educacionais. Antes voltado exclusivamente para o curso Normal, responsável pela formação de professoras primárias, o IEED incorporou gradualmente o ensino de 1º e 2º graus, além de novas habilitações profissionais, conforme previa a Lei nº 5.692/1971.

Essa legislação determinou a profissionalização do ensino de 2º grau, o que levou muitas instituições, inclusive o IEED, a reestruturar sua oferta formativa. O espaço escolar passou a abrigar cursos técnicos e de magistério em formato de Habilitação Específica, ampliando o público atendido e modificando o perfil institucional que antes era fortemente identificado com o magistério tradicional.

A escola foi inaugurada em 20 de março de 1952 pelo governador Régis Pacheco e pelo prefeito Gerson Sales. Por ato governamental nº 15.194, de 20 de dezembro de 1952, foi mudado o nome para Instituto de Educação Euclides Dantas, em homenagem ao educador conquistense (DSVC, 2017, n.p.).

Esse trecho ajuda a situar historicamente a instituição, mostrando que suas transformações não foram recentes, mas fazem parte de uma trajetória contínua de adaptações ao longo das décadas. Do ponto de vista pedagógico, as mudanças também foram expressivas. O currículo, que antes privilegiava disciplinas voltadas à prática docente e à formação humanista, passou a incluir componentes técnicos e práticos de caráter mais geral.

Essa reestruturação impactou diretamente a identidade formadora do Instituto, que precisou conciliar a tradição normalista com as novas diretrizes educacionais. A exigência de licenciatura plena, estabelecida pela LDB de 1996, deslocou definitivamente a formação de professores para o ensino superior, o que fez com que o IEED redirecionasse suas práticas e objetivos pedagógicos para outras áreas de ensino.

Essas transformações afetaram não apenas o funcionamento interno da instituição, mas também sua relação com a comunidade local. O Instituto de Educação Euclides Dantas, que durante décadas formou gerações de mulheres educadoras, viu-se diante do desafio de preservar sua memória e sua relevância social mesmo diante das mudanças impostas pelas políticas públicas.

A desativação do curso Normal e a introdução de novas modalidades de ensino provocaram um sentimento de perda simbólica entre ex-alunas e docentes, que reconheciam na Escola Normal um espaço de valorização profissional e de afirmação feminina.

Apesar das modificações estruturais e legais ocorridas ao longo do tempo, o Instituto de Educação Euclides Dantas permanece como um marco relevante na história educacional de Vitória da Conquista. O contexto atual, contudo, evidencia novas transformações institucionais. O espaço físico da antiga Escola Normal foi cedido à Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, configurando um processo de reorganização administrativa e de redefinição do uso desse espaço educacional.

As transformações recentes na rede estadual de ensino da Bahia estão relacionadas à política de ampliação da educação integral, instituída pela Lei Estadual nº 14.359/2021, que criou o Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira. Essa política tem orientado a reorganização da rede escolar, com a construção de complexos educacionais estruturados para o funcionamento em regime de tempo

integral, reunindo diferentes unidades escolares em um mesmo espaço físico e ampliando as condições de infraestrutura e oferta pedagógica.

Nesse contexto, em Vitória da Conquista, ocorreu a reorganização que envolveu instituições tradicionais da rede estadual, entre elas o Instituto de Educação Euclides Dantas (antiga Escola Normal), o Colégio Abdias Menezes e o Colégio Adelmário Pinheiro. Esse processo evidencia não apenas mudanças administrativas e estruturais na organização da rede de ensino, mas também a produção de novas experiências e memórias no interior desse espaço educacional.

Em decorrência dessa mudança, professores e estudantes passaram a ser vinculados ao novo Complexo Educacional construído pelo Governo do Estado da Bahia. Conforme divulgado em blogs e veículos de comunicação locais, o referido complexo encontra-se com as obras concluídas e dispõe de uma infraestrutura ampla e moderna, composta por aproximadamente 36 salas de aula, laboratórios, piscina e outros ambientes pedagógicos e esportivos, sendo concebido para o funcionamento em regime de tempo integral.

No que se refere ao antigo prédio da Escola Normal, observa-se que parte de sua estrutura, como o antigo auditório, foi demolida. Esse fato, inclusive, não era conhecido por duas das entrevistadas, o que evidencia um distanciamento entre as egressas e as mudanças recentes do espaço físico.

Uma das participantes relatou que utilizava o auditório para atividades de teatro e canto coral, experiências que contribuíram significativamente para a superação da timidez e para sua formação pessoal.

Outra entrevistada afirmou ter participado de apresentações nesse mesmo espaço e lamentou a demolição, destacando que se tratava de um ambiente importante para a vida cultural e educativa da escola. Essas narrativas reforçam que a memória da antiga Escola Normal permanece viva nas lembranças das ex-alunas, ainda que o espaço físico tenha passado por transformações em sua organização e em suas funções institucionais.

Ressalta-se que, conforme informações obtidas durante visita ao local, parte da estrutura da antiga Escola Normal foi mantida e atualmente abriga o Centro Juvenil de Ciência, Cultura e Idiomas, o qual segue em funcionamento, enquanto outros espaços foram cedidos à Prefeitura Municipal.

Assim, mais do que uma alteração arquitetônica, observa-se uma reconfiguração institucional, que responde a novas demandas educacionais, mas

preserva, no imaginário social, a tradição formadora que marcou gerações de mulheres em Vitória da Conquista. Essas transformações inserem-se em um contexto mais amplo de mudanças na formação docente. O tópico seguinte aborda as novas diretrizes para o exercício do magistério, com foco na transição da formação normalista para a licenciatura.

5.3 Novas diretrizes para o exercício do magistério: da formação normalista à licenciatura

Este capítulo tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na formação docente em Vitória da Conquista a partir da implementação das novas diretrizes nacionais para o exercício do magistério, especialmente a transição do modelo normalista para a exigência da licenciatura em nível superior. Busca-se compreender como essas mudanças impactaram a Escola Normal/Instituto de Educação Euclides Dantas, redefinindo seu papel institucional, bem como os efeitos simbólicos, sociais e formativos desse processo para a educação local.

Em 28 de fevereiro de 2015, Vitória da Conquista testemunhou o encerramento de um ciclo histórico na formação de professores: a última turma do curso de Magistério da Escola Normal, atualmente Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED), concluiu sua formação (Anderson, 2015). Fundada em 1952, a Escola Normal foi referência regional na formação de educadores para o ensino básico, formando milhares de estudantes ao longo de mais de seis décadas.

O encerramento das turmas do Normal Médio ocorreu em consequência da Lei nº 9.394/1996 (LDB), que passou a exigir a licenciatura plena em nível superior para o exercício do magistério, sinalizando o fim do modelo tradicional médio-normalista. Essa mudança refletiu uma tendência nacional de valorização da formação superior docente e de modernização das práticas educacionais, adequando a formação de professores às demandas contemporâneas.

O IEED, que até então centralizava a formação de professores do município, precisou se adaptar à nova legislação e reorganizar sua oferta educacional. A instituição passou a oferecer cursos de nível médio e técnico, garantindo a continuidade de sua função educacional na cidade, enquanto a formação superior de professores passou a ser responsabilidade das universidades e faculdades locais.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), fundada em 1980, tornou-se a principal instituição responsável pela formação de professores em Vitória da Conquista. Com a expansão de seus cursos e a criação de novos campi, a UESB ofereceu oportunidades para que futuros educadores obtivessem uma formação mais ampla, acadêmica e alinhada às exigências da LDB, enquanto outras instituições privadas também passaram a ofertar cursos de licenciatura, ampliando a diversidade da formação docente na região.

Segundo Coutinho (2025), a Escola Normal representou, por décadas, um espaço de formação pedagógica estruturada, consolidando práticas educativas inovadoras para a época e preparando especialmente mulheres para o exercício profissional do magistério.

O encerramento do Normal Médio também teve impacto simbólico e social significativo. A reportagem do Blog do Anderson (2015) destaca que a cerimônia de formatura da última turma contou com a presença de familiares, ex-professores e autoridades locais, reforçando o reconhecimento da importância histórica da Escola Normal para a comunidade conquistense: “Após 63 anos, a Escola Normal forma a última turma de Magistério em Conquista” (Anderson, 2015).

A transição para cursos superiores trouxe novos desafios e oportunidades. Houve avanço na qualificação dos profissionais, com currículos mais atualizados e alinhados às necessidades pedagógicas contemporâneas, mas também surgiram demandas de adaptação para professores e alunos aos novos modelos metodológicos, exigindo investimentos em formação continuada e infraestrutura educacional.

Coutinho (2025) observa que o fechamento gradual das turmas do Normal Médio refletiu não apenas mudanças legais, mas também a necessidade de reorganização das práticas pedagógicas, preservando a qualidade do ensino e valorizando a tradição formativa que caracterizou a Escola Normal ao longo de sua história.

Embora o fim do Normal Médio tenha encerrado um ciclo de formação tradicional, iniciou-se uma nova fase da educação em Vitória da Conquista, marcada pela autonomia das universidades na formação docente. Essa transição consolidou o modelo de licenciatura plena, alinhado às exigências legais e acadêmicas, ao mesmo tempo que preservou, por meio da memória institucional, o legado pedagógico da Escola Normal.

Em síntese, o fim das turmas do Normal Médio e a migração para cursos superiores representam um marco na história da educação local. O IEED e as instituições de ensino superior passam a compartilhar a responsabilidade de formar educadores qualificados, garantindo a continuidade da tradição educacional conquistense e a valorização do legado histórico e social da Escola Normal.

Sob essa perspectiva, a transição da formação normalista para a licenciatura não pode ser compreendida apenas como um avanço normativo ou acadêmico, mas como um processo que redefiniu sentidos, práticas e identidades no campo da docência (Gatti; Barreto, 2009). Embora a exigência da formação superior tenha ampliado as possibilidades de qualificação profissional, ela também marcou o encerramento de um modelo formativo profundamente enraizado na memória educacional local.

Assim, a mudança para a licenciatura representa, simultaneamente, ruptura e continuidade: ruptura com a tradição institucional da Escola Normal e continuidade de seu legado pedagógico, preservado nas trajetórias dos professores formados e na memória coletiva da educação em Vitória da Conquista.

Mesmo diante dessas transformações na formação docente, o Instituto de Educação Euclides Dantas mantém-se como referência educacional na cidade. O tópico a seguir analisa as permanências e memórias que sustentam o papel atual do IEED como escola de referência em Vitória da Conquista.

5.4 Permanências e memórias: O papel atual do Instituto como escola de referência em Vitória da Conquista

O encerramento das turmas do Normal Médio em Vitória da Conquista, com a formatura da última turma em 2015, representou não apenas uma mudança estrutural no sistema educacional local, mas também um marco na memória coletiva da comunidade escolar. A Escola Normal, posteriormente Instituto de Educação Euclides Dantas (IEED), foi por décadas um espaço de formação pedagógica que consolidou práticas educativas inovadoras e desempenhou um papel central na formação de professores para o ensino básico na região sudoeste da Bahia.

A Figura 06 ilustra a solenidade da última turma de Magistério, momento que evidencia o fim de um ciclo histórico e permanece vivo na memória da comunidade.

Figura 06 – Solenidade da última Turma de Magistério em Conquista



Fonte: Blog do Anderson (2015).

Disponível em; <https://www.blogdoanderson.com/2015/02/28/educacao-apos-63-anos-escola-normal-forma-a-ultima-turma-de-magisterio/>. Acesso 13 de set.2025

Segundo Oliveira (2009), o fechamento de instituições educacionais tradicionais frequentemente gera sentimento de perda e nostalgia entre os membros da comunidade escolar. A autora destaca que, em contextos similares, a desativação de escolas pode ser percebida como o fim de uma era, levando a uma reavaliação das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas ao longo do tempo. Em Vitória da Conquista, esse fenômeno se manifestou em relatos de ex-alunos, professores e familiares que expressaram saudade e valorização das experiências vividas na Escola Normal/IEED.

O encerramento do curso alterou a rotina institucional e interrompeu práticas historicamente associadas à formação docente, o que contribuiu para a ressignificação do lugar da Escola Normal na memória educacional local. Embora a formação de professores tenha sido transferida para o ensino superior, a instituição permanece evocada nas lembranças das ex-alunas como referência formativa fundamental, ainda que não mais ocupe o mesmo papel central de antes.

Essa mudança na dinâmica institucional pode ser observada nas narrativas das ex-alunas, que recordam a Escola Normal como um espaço marcado por práticas educativas sistemáticas, relações pedagógicas contínuas e forte presença no cotidiano escolar. Com a desativação do Curso Normal Médio, essas práticas deixaram de fazer parte da rotina da instituição, o que é rememorado pelas entrevistadas como uma ruptura no modo como a formação docente era vivenciada.

Ao mesmo tempo, as falas indicam que a Escola Normal permanece na memória como referência das práticas educativas que orientaram a formação das alunas, conforme relata Esperança (2025) ao afirmar que “a escola normal me direcionou”.

A memória social da desativação da Escola Normal/IEED em Vitória da Conquista é preservada por meio de relatos orais, documentos históricos e publicações que registram a importância da instituição na história educacional da cidade. Esses registros contribuem para a construção de uma memória coletiva que reconhece o legado da escola e a relevância de sua contribuição para a formação de professores e para o desenvolvimento educacional da região.

Em síntese, o fim das turmas do Normal Médio em Vitória da Conquista e a transição para cursos superiores representaram não apenas uma mudança no modelo de formação docente, mas também um processo de ressignificação da memória social da comunidade escolar. Esse processo envolveu sentimento de perda e nostalgia e a preservação de um legado educacional que continua a influenciar a educação na cidade.

6. (RE) CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: MULHERES E A ESCOLA NORMAL

Este capítulo tem como objetivo analisar a (re)construção da memória coletiva a partir das narrativas de mulheres que vivenciaram a formação na Escola Normal de Vitória da Conquista, destacando suas experiências, significados e contribuições para a memória social local. Para compreender as narrativas das ex-alunas como expressão de uma experiência compartilhada, é fundamental recorrer ao conceito de memória coletiva. Conforme afirma Halbwachs (2006, p. 55), “a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas”, pois se constitui nas relações sociais e nos significados construídos em grupo.

No contexto das transformações educacionais do século XIX, as Escolas Normais passaram a ocupar lugar estratégico na organização do ensino primário brasileiro. Nesse sentido, a Escola Normal ultrapassa sua dimensão institucional e assume um papel simbólico na memória das mulheres que por ela passaram, “o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (Nora, 1993, p. 27).

Para a conquista do reconhecimento do ofício, foi fundamental o surgimento das escolas normais, responsáveis pelo estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituiriam esse campo profissional (Villela, 2008, p. 29).

Essas instituições enfrentaram muitos desafios em suas fases iniciais, como instabilidade política, falta de estrutura física, ausência de docentes qualificados e resistências culturais. Ainda assim, inspiradas em modelos europeus, consolidaram-se como pilares da formação docente no Brasil, contribuindo significativamente para a construção do perfil do magistério, especialmente feminino.

Além de fornecerem uma formação pedagógica, representavam também espaços de ascensão social, disciplinamento moral e inserção feminina no espaço público. É nesse contexto histórico mais amplo que se insere a criação da Escola Normal de Vitória da Conquista, sua fundação, em 1952, atendeu a uma forte demanda da comunidade local por uma instituição voltada à formação de professores, evitando que estudantes precisassem se deslocar para outras cidades. Inaugurada pelo governador Régis Pacheco e pelo prefeito Gerson Sales, a instituição

representou um marco na história educacional e cultural do município, como registra o jornal O Combate (1952).

A escola homenageia o professor Euclides Dantas, figura importante na história educacional de Vitória da Conquista, que veio da capital com o propósito de instruir os filhos dos fazendeiros locais. Além de seu papel formativo, a escola foi responsável por impulsionar o surgimento de outras instituições educacionais na região, como a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Contudo, a relevância da Escola Normal transcendeu os limites pedagógicos. Ela tornou-se também um espaço de preservação das vivências comuns da comunidade conquistense. Os projetos pedagógicos, eventos e experiências ali vivenciadas consolidaram-na como um verdadeiro lugar de memória, onde as histórias individuais se entrelaçam com a história da cidade. Nesse sentido, conforme formulada por Halbwachs (2006), entendida como aquilo que permanece do passado nas experiências vividas pelos grupos sociais. Nessa perspectiva, a Escola Normal insere-se como um espaço no qual práticas educativas, saberes pedagógicos e experiências formativas foram compartilhados e preservados na memória das mulheres que por ela passaram, marcando diferentes gerações em Vitória da Conquista.

Mais do que um centro formador de professores, a escola tornou-se um ponto de encontro de diversas gerações, fomentando laços sociais e culturais duradouros. Como destaca Mendes (2004), as instituições escolares, ao longo do tempo, tornam-se partes essenciais da memória coletiva de um grupo, permitindo a criação de representações significativas que permanecem vivas na comunidade.

O patrimônio cultural brasileiro compreende os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Rodrigues, 2018, p. 222).

As relações afetivas formadas nesse espaço reforçam o sentimento de pertencimento de ex-alunos e professores, como demonstrado nas narrativas coletadas por Rocha (2023). A instituição proporcionou experiências formativas que ultrapassaram os conteúdos pedagógicos, promovendo a construção de vínculos e tradições que marcaram a trajetória de seus sujeitos históricos.

A formação oferecida pela Escola Normal era composta por disciplinas como Didática, Psicologia da Educação, Prática de Ensino e Metodologia, além de conteúdos ligados à moral e aos bons costumes. Essa estrutura moldava o perfil da “professora ideal”, qualificando mulheres para o exercício do magistério e oferecendo a elas um meio de ascensão social. Para muitas, foi a porta de entrada para o espaço público e para o reconhecimento profissional. Nesse contexto, a escola foi também um espaço de empoderamento feminino e elaboração de projetos de vida voltados à educação e ao desenvolvimento social local.

Como aponta Peters (2020), compreender a identidade de uma instituição local é essencial para preservar seus valores, modos de vida e memórias. A Escola Normal tornou-se, assim, um referencial para diferentes grupos sociais, que encontram em suas vivências escolares uma parte significativa de sua própria história. “Os diferentes grupos sociais possam se reconhecer em seus repertórios” (Rodrigues, 2018, p. 228), reafirmando a importância da escola como um patrimônio coletivo.

Estudar sua trajetória é, portanto, essencial para compreender o impacto das instituições educacionais na construção da memória coletiva. Conforme ressalta Nora (1993, p. 8), “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”. Preservar a memória da Escola Normal de Vitória da Conquista é, assim, reconhecer sua contribuição permanente para a educação e a cultura local.

Escrever sobre as memórias das mulheres que estudaram na Escola Normal de Vitória da Conquista é, como afirma Perrot (2008, p.16), “sair do silêncio em que elas estavam confinadas”. Ao revisitar as vozes de ex-alunas formadas entre as décadas de 1970 e 1990, emergem histórias de aprendizado, disciplina e transformação, revelando que a instituição foi mais do que um espaço de ensino: foi também um lugar de pertencimento, afetividade e construção de identidades femininas.

As narrativas de Esmeralda, Pureza, Flor, Aurora e Esperança, mulheres egressas da Escola Normal de Vitória da Conquista, que vivenciaram a formação normalista entre as décadas de 1970 e 1990, permitem compreender a dimensão simbólica e social da Escola Normal, que se configurava como uma referência de prestígio e ascensão para as mulheres da época. Ser normalista representava um ideal de mulher culta, responsável e comprometida com a moral e o progresso da comunidade. A educação, nesse contexto, tornou-se um instrumento de emancipação

e resistência, capaz de romper, ainda que parcialmente, com os papéis tradicionais impostos às mulheres.

Conforme aponta Kramer (2005), a feminização do magistério foi um fenômeno que deu visibilidade à mulher como educadora e mediadora cultural. As práticas educativas relatadas pelas participantes reforçam essa ideia: elas descrevem aulas centradas na leitura, escrita, disciplina e valores éticos, mas também experiências que despertaram consciência crítica e sensibilidade social. O magistério, embora inserido em uma estrutura de controle e rigidez, era também um espaço de autonomia simbólica, onde as mulheres encontravam voz e reconhecimento.

Esmeralda, formada em 1979, relembra o período de transição entre o regime militar e a abertura política, ressaltando como o ensino era pautado pela disciplina e pelo civismo, mas também por um sentimento de esperança. Já Pureza, que estudou na primeira metade da década de 1980, menciona o orgulho de ser normalista e o quanto as professoras eram modelos de conduta e inspiração, unindo rigor e afeto na formação das futuras docentes.

Essa lembrança, longe de ser apenas individual, revela aquilo que Halbwachs compreende como memória socialmente construída, na medida em que expressa valores e experiências compartilhadas por um grupo.

As falas de Flor e Aurora destacam o início das mudanças pedagógicas, com a introdução de metodologias mais participativas e discussões sobre cidadania, refletindo a influência das ideias de Paulo Freire e o novo papel da educação na redemocratização do país. Por fim, Esperança, formada no fim da década de 1980, simboliza o amadurecimento da consciência feminina e social, percebendo a docência como compromisso ético e político com a transformação da realidade.

Essas narrativas, ainda que singulares, compartilham elementos recorrentes: o valor do estudo, a admiração pelas professoras, o sentimento de pertencimento à Escola Normal e a convicção de que o magistério era um caminho de prestígio e reconhecimento. Como analisa De Benedictis (2016), o testemunho é uma forma de memória declarativa que revela a força das experiências vividas.

A recorrência desses elementos nas narrativas permite compreendê-las à luz do conceito de memória coletiva, uma vez que, conforme propõe Maurice Halbwachs, as lembranças individuais são estruturadas a partir dos quadros sociais de memória, sendo constantemente reconstruídas nas interações com o grupo. Nesse sentido, as falas das ex-alunas não se apresentam como recordações isoladas, mas como

expressões de uma memória compartilhada, construída no interior da experiência comum vivida na Escola Normal. Ao rememorem o valor do estudo, a admiração pelas professoras e o sentimento de pertencimento, essas mulheres reafirmam referências coletivas que dão sentido à sua formação e à identidade docente.

Além disso, ao considerar a perspectiva de Pierre Nora, é possível compreender a Escola Normal como um verdadeiro lugar de memória, onde experiências, práticas e valores foram simbolicamente preservados e ressignificados ao longo do tempo. Assim, as narrativas analisadas não apenas recuperam o passado, mas o atualizam, evidenciando a memória como um processo dinâmico, vivo e em permanente reconstrução no contexto social.

Ao exteriorizarem suas lembranças, essas mulheres constroem uma memória coletiva (Halbwachs, 2006) que transcende o individual e reafirma o papel das educadoras na história local. A memória social das ex-alunas também revela contradições: ao mesmo tempo em que o magistério era símbolo de emancipação, ele mantinha a mulher associada ao cuidado e à moral, reproduzindo expectativas tradicionais de gênero.

Como destaca Nogueira (2007), a profissão docente foi se tornando feminina não apenas por vocação, mas por conveniência econômica e social. Mesmo assim, essas mulheres transformaram esse espaço em lugar de poder simbólico, onde o saber e a educação eram instrumentos de dignidade e ascensão.

Rememorar essas histórias é, portanto, um ato político e de resistência. Cada lembrança narrada por Esmeralda, Pureza, Flor, Aurora e Esperança reativa uma parte da história da educação conquistense, conferindo visibilidade às experiências femininas que ajudaram a moldar a cultura educacional da cidade.

Assim, como afirma Perrot (2007), contar a história das mulheres é permitir que elas existam plenamente no tempo e no acontecimento. Esse movimento de rememoração dialoga com a crítica apresentada por Arroyo (2017, p. 193), ao questionar quais memórias são legitimadas socialmente e quais são historicamente silenciadas. Segundo o autor, a memória privilegiada nos currículos e nos registros oficiais tende a valorizar os “grandes homens”, enquanto as experiências do povo comum especialmente das mulheres, permanecem à margem da memória nacional.

As narrativas das ex-alunas da escola evidenciam que a formação recebida ultrapassou o domínio técnico da docência, marcando profundamente a vida pessoal, familiar e profissional dessas mulheres. O magistério, para elas, não representou

apenas uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, mas um caminho de transformação social e reconhecimento.

Durante as décadas de 1970 a 1990, o curso normal era uma das principais vias de acesso das mulheres à escolarização e à independência financeira. Como lembra Perrot (2008), “criaram-se escolas normais para professoras primárias e essa profissão tornou-se uma ambição digna para as filhas da pequena burguesia e das classes populares rurais e operárias”. Esse contexto se reflete nas narrativas, onde a formação aparece como um símbolo de ascensão e conquista.

Esmeralda, por exemplo, recorda que o diploma foi motivo de orgulho familiar e a inseriu em espaços antes inacessíveis às mulheres de sua geração. A possibilidade de lecionar significou não apenas trabalho, mas também autonomia e respeito dentro do lar. De forma semelhante, Flor descreve que, após sua formação, passou a contribuir financeiramente com a casa, ganhando voz nas decisões familiares e servindo de modelo para as irmãs mais novas, que também desejaram estudar.

A formação docente também teve impactos subjetivos e afetivos. Flor destaca que a convivência com professoras inspiradoras e o contato com as práticas pedagógicas despertaram nela um sentimento de autoestima e pertencimento. Para Esperança professora era, ao mesmo tempo, um dever e uma realização pessoal. Como enfatiza De Benedictis (2016), o testemunho feminino revela uma memória de resistência, pois, ao narrar suas experiências, essas mulheres reafirmam sua identidade e seu papel na construção da memória social.

Nas décadas de 1980 e 1990, período de abertura política e redemocratização, Aurora e Esperança vivenciaram um contexto em que as mulheres começavam a ampliar seus espaços de atuação. Elas relatam que a formação na Escola Normal foi determinante para superar barreiras de gênero e garantir oportunidades profissionais antes restritas aos homens. Ambas associam o magistério à conquista da estabilidade financeira e da valorização social, elementos que repercutiram positivamente na vida familiar e comunitária.

Esses testemunhos confirmam o que Nogueira (2007) e Kramer (2005) apontam: embora a docência tenha sido socialmente atribuída às mulheres como extensão de seu papel cuidador, ela se tornou um instrumento de emancipação. No cotidiano dessas ex-alunas, ensinar significava atuar com propósito, influenciar gerações e redefinir o papel feminino na sociedade.

No plano familiar, a profissão contribuiu para romper padrões tradicionais. As normalistas passaram a ser vistas como referências de saber e autoridade, o que alterou dinâmicas domésticas e valores transmitidos às gerações seguintes. Muitas se tornaram as primeiras mulheres de suas famílias a concluir um curso e a exercer uma profissão pública, o que reforça a ideia de que a escola normal foi um espaço de mobilidade social e empoderamento feminino.

No aspecto pessoal, a formação também se revelou um processo de autoafirmação e pertencimento histórico. As narrativas mostram que, ao se reconhecerem como professoras, essas mulheres assumiram um lugar simbólico de poder e memória. Como afirma Halbwachs (2006), a memória individual se constrói nas relações sociais, e nesse sentido, as experiências dessas educadoras se entrelaçam em uma memória coletiva feminina, sustentada pelo orgulho de ter pertencido à Escola Normal.

Conforme aponta Esmeralda (2025) “as mulheres formadas pela Escola Normal, são mulheres guerreiras, dedicadas e apaixonadas pela educação. A cidade é referência em educação devido a essas mulheres formadas na Escola Normal.” Assim, como afirma Nora (1993, p. 9) a memória é “vida, sempre carregada por grupos vivos”, estando em permanente reconstrução, o que permite compreender as narrativas das ex-alunas como parte ativa da memória social de Vitória da Conquista ao exteriorizarem suas lembranças.

Portanto, o impacto da formação normalista se estende para além da trajetória profissional: ele se manifesta nas relações familiares, nas escolhas pessoais e na maneira como essas mulheres se inseriram na vida pública. A Escola Normal de Vitória da Conquista não apenas formou professoras, formou mulheres conscientes de sua força, de sua voz e de seu valor histórico.

6.1 A formação e seus reflexos na trajetória das mulheres

As narrativas das ex-alunas revelam que a Escola Normal de Vitória da Conquista foi mais do que um espaço de formação técnica: foi um ambiente de experiências significativas, onde valores e saberes se entrelaçaram na construção da identidade docente e feminina. Entre as décadas de 1970 e 1990, a instituição consolidou um modelo de ensino que combinava rigor, moralidade e compromisso social, características que marcaram gerações de professoras.

Os relatos de Esmeralda, Pureza, Flor, Aurora e Esperança evidenciam que a escola transmitia não apenas conteúdos pedagógicos, mas uma forma de ser e agir no mundo, baseada no respeito, na disciplina e na responsabilidade. Esses valores eram constantemente reforçados nas relações com as professoras, nas práticas escolares e nas vivências cotidianas, moldando um ideal de educadora comprometida com o ensino e com a comunidade. “Ser normalista era mais do que estudar, era carregar um nome, uma postura. A gente sabia que precisava ser exemplo dentro e fora da escola”, recorda Aurora, que se orgulha de ter pertencido àquela instituição.

Segundo Kramer (2005), a feminização do magistério atribuiu à mulher o papel de cuidadora e mediadora moral da sociedade, mas também lhe conferiu um espaço simbólico de autoridade. Essa dualidade aparece com força nas narrativas: as ex-alunas se lembram de uma escola exigente, porém afetuosa; rígida, mas acolhedora; conservadora em métodos, porém transformadora em significados.

Flor, formada em 1982, destaca que o aprendizado ultrapassava o conteúdo formal. Havia uma formação para a vida, pautada em valores éticos e religiosos, que ensinava as normalistas a se comportar, falar e se vestir com elegância e decoro. “A gente aprendia até como se portar em público. Tudo fazia parte da formação. Era uma escola que educava o corpo, a mente e o coração”, relata. Já Pureza relembra que o respeito às professoras e à instituição era um dos pilares da convivência escolar:

Ser normalista era sinônimo de ser respeitada, naquela época a luta pelo avanço das mulheres na sociedade eram muito tímidos e a maioria das mulheres acomodavam com o seu papel de ser mulher. A instituição era um marco referencial, onde a gente chegava, as pessoas sabiam que estudávamos numa escola de prestígio. (Pureza, 2005).

As experiências narradas por Flor e Aurora demonstram um período de transição pedagógica. Durante a década de 1980, a escola começou a introduzir metodologias mais participativas e reflexivas, valorizando o trabalho coletivo e o diálogo. Mesmo assim, os princípios de dedicação, pontualidade e amor à profissão permaneceram como herança moral transmitida às alunas. “Era um tempo em que o professor tinha autoridade, mas também muito amor pelo que fazia. As aulas eram exigentes, mas a gente sentia o cuidado em cada gesto”, relembra Flor, emocionada.

Esperança, que concluiu o curso no final dos anos 1980, simboliza essa passagem para uma docência mais crítica e socialmente engajada. Ela associa os

saberes aprendidos na Escola Normal à formação de uma consciência cidadã, entendendo o ato de ensinar como ato político e de responsabilidade coletiva. “Aprendemos que educar era também transformar. Que ensinar era mais do que repetir conteúdo, era abrir horizontes e dar voz aos alunos”. (Esperança, 2025)

Essas lembranças revelam a força do que Halbwachs (2006) define como memória coletiva, um conjunto de representações compartilhadas que dão sentido às experiências individuais. A Escola Normal, nesse sentido, constitui-se como um lugar de memória feminina, onde os saberes transmitidos ultrapassam as fronteiras do currículo formal e permanecem na memória das participantes.

Além dos conteúdos pedagógicos, a instituição transmitia valores de solidariedade, empatia e disciplina, que se estendiam para a vida pessoal e familiar das normalistas. Como observa De Benedictis (2016), a memória das mulheres não se limita a recordar fatos, mas a ressignificar experiências à luz de sua trajetória social. Ao rememorar suas vivências, as ex-alunas reafirmam o legado da Escola Normal como espaço de formação ética, afetiva e cultural. “A Escola Normal me ensinou que ensinar é também cuidar. E isso eu levei para vida toda, dentro e fora da sala de aula”, resume Aurora (2025).

Os saberes transmitidos pela instituição também se manifestam nas práticas profissionais das ex-alunas. Elas mencionam o cuidado com o outro, o amor pelo ensino e o compromisso com o aprendizado dos alunos como heranças simbólicas da formação recebida. Esses elementos traduzem o que Tardif (2014) chama de “saberes da experiência”, conhecimentos construídos na prática e nas relações humanas, que se tornam inseparáveis do perfil docente. “Tudo o que aprendi como professora veio das bases que recebi lá: pontualidade, responsabilidade e amor pelo que faço”. Pureza (2025), ao refletir sobre sua trajetória no magistério.

Assim, as experiências vividas na Escola Normal configuram um lugar de memória da educação conquistense. Ao reconstituí-las por meio da memória, percebe-se que os valores de responsabilidade, empatia e compromisso com o ensino continuam presentes nas trajetórias dessas mulheres. Mais do que transmitir conteúdos, a Escola Normal formou profissionais, capazes de perpetuar um legado de amor à educação e de valorização do magistério como missão e vocação.

A análise das narrativas das ex-alunas evidencia que as práticas educativas vivenciadas na Escola Normal de Vitória da Conquista deixaram marcas que ultrapassaram os limites da instituição e se projetaram na memória social do

município. As experiências de ensino e aprendizagem, os valores transmitidos e o sentimento de pertencimento construído ao longo das décadas, foram essenciais para compreender a história educacional e feminina da cidade.

Como destaca Maurice Halbwachs (2006), a memória coletiva é tecida nas relações sociais e sustentada por grupos que compartilham experiências e significados comuns. Nesse sentido, as ex-alunas da Escola Normal constituem um grupo social que, ao rememorar suas trajetórias, reconstrói e preserva parte da história de Vitória da Conquista. Cada lembrança narrada sobre as aulas, as professoras e o ambiente escolar representa uma peça viva dessa memória compartilhada, que se perpetua por meio da oralidade e da transmissão intergeracional.

A Escola Normal, além de espaço de formação docente, foi também um centro de irradiação cultural e moral, responsável por moldar gerações de mulheres educadoras. As práticas pedagógicas ali vivenciadas, marcadas pela disciplina, pela ética e pelo compromisso social, refletiram-se nas escolas públicas e comunidades onde essas normalistas atuaram. Ao difundirem modos de ensinar e valores éticos, elas contribuíram para construir um caráter educacional conquistense, baseado no respeito, na responsabilidade e na valorização do saber.

Esmeralda, Pureza, Flor, Aurora e Esperança relembra com orgulho o papel da Escola Normal na formação e na transformação do meio em que viveram. Suas narrativas mostram que a atuação das normalistas ultrapassava a sala de aula: envolvia ações comunitárias, alfabetização de adultos, projetos culturais e orientação de novas gerações.

A prática educativa, nesse contexto, foi também uma prática social e política, por meio da qual as mulheres ampliaram sua presença e influência no espaço público. “A gente levava o que aprendia para fora da escola. Dava aula na igreja, ajudava nas campanhas de alfabetização, sempre com o mesmo amor”, relata Esperança, orgulhosa de sua trajetória.

Como observa De Benedictis (2016), o testemunho feminino é uma forma de resistência e continuidade histórica. Ao recontar suas experiências, essas educadoras mantêm viva a memória de uma época em que a educação era um instrumento de ascensão, prestígio e transformação. Desse modo, as vozes das ex-alunas funcionam como elos entre o passado e o presente, reafirmando a importância da Escola Normal na formação de uma consciência coletiva voltada para o conhecimento e a cidadania.

Além de contribuir para o desenvolvimento educacional da cidade, a prática docente das normalistas reforçou o que Perrot (2008) denomina de história das mulheres comuns, uma história construída nos gestos cotidianos, nas salas de aula e nos pequenos atos de ensinar. Essa história, muitas vezes silenciada nos registros oficiais, revela que as mulheres tiveram participação discreta, porém fundamentais, da modernização educacional de Vitória da Conquista.

A prática educativa das normalistas não apenas formou gerações de alunos, mas moldou a cultura escolar local, estabelecendo valores e modos de ensino que perduraram por décadas. Como salienta Tardif (2014), os saberes docentes se constroem na prática e se enraízam nas experiências vividas. Assim, o legado deixado por essas educadoras ultrapassa o conteúdo ensinado, ele se manifesta em atitudes, metodologias e princípios que se tornaram referências educacionais da cidade.

Em síntese, a Escola Normal de Vitória da Conquista foi um núcleo formador de memórias e significados sociais, onde o ato de ensinar se converteu em gesto de resistência, solidariedade e transformação. As práticas educativas das normalistas constituem um dos pilares da memória social conquistense, não apenas por formarem professoras, mas por consolidarem um ideal de mulher educadora que marcou a história, a cultura da cidade.

A permanência dessas lembranças demonstra que a Escola Normal ultrapassa o tempo cronológico e se inscreve na memória afetiva da cidade. As falas das ex-alunas são evidências vivas de um passado que se atualiza constantemente, reafirmando a importância da educação como força estruturante da história local. “Quando passo em frente ao prédio da Escola Normal, ainda sinto o mesmo orgulho. Foi lá que aprendi quem eu era e quem eu podia ser”, relata Flor (2025), com emoção.

Essas memórias, compartilhadas e transmitidas entre gerações, confirmam que a educação é também um ato de preservação da memória coletiva. Ao ensinarem e recordarem, as ex-alunas perpetuam valores que ultrapassam o contexto escolar, tornando-se guardiãs de uma tradição que fundamenta a educação de Vitória da Conquista.

Por fim, compreender a história dessas mulheres e de suas práticas educativas é compreender parte essencial da história social da cidade. A Escola Normal, enquanto instituição formadora e símbolo da emancipação feminina, deixou uma herança que ressoa nas escolas, nas famílias e na própria cultura conquistense. Seu legado é mais que pedagógico: é memorial, simbólico e humano, perpetuando-se

como um dos mais belos testemunhos do poder transformador da educação e da força das mulheres que a construíram.

6.2 A (Re) construção da memória coletiva feminina por meio da educação normalista

A compreensão da memória coletiva constitui um elemento fundamental para a análise das narrativas apresentadas neste estudo. De acordo com Halbwachs (2006), a memória não se configura como um fenômeno exclusivamente individual, mas como uma construção social, produzida a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos em diferentes grupos. Nesse sentido, as lembranças são organizadas, reinterpretadas e compartilhadas coletivamente, sendo constantemente ressignificadas conforme os contextos sociais e históricos. Assim, a memória coletiva está diretamente vinculada às experiências vividas em espaços sociais, como a escola, que atua como um importante lugar de produção, preservação e transmissão de saberes e valores.

Nessa perspectiva, a educação assume um papel central na constituição da memória, uma vez que possibilita a construção de identidades e o fortalecimento de vínculos sociais. Conforme discutem autores como Candau (2012) e Ricoeur (2007), o ato de lembrar não se limita à recuperação do passado, mas envolve processos de interpretação e reconstrução, nos quais as experiências são ressignificadas à luz do presente. Desse modo, analisar as narrativas das ex-alunas da Escola Normal implica compreender como suas vivências formativas contribuíram para a construção de uma memória coletiva feminina, marcada por valores, práticas educativas e sentidos compartilhados no contexto de Vitória da Conquista.

As narrativas das ex-alunas da Escola Normal de Vitória da Conquista revelam que a educação normalista foi muito mais do que uma formação profissional: ela constituiu um espaço de construção e (re)construção da memória coletiva feminina. Entre as décadas de 1970 e 1990, o curso Normal foi responsável por moldar gerações de mulheres que, por meio do ensino, da disciplina e da ética, transformaram suas vidas e a realidade social de seu entorno.

Ao recordarem suas experiências, as participantes evocam o sentimento de pertencimento a um tempo e a um ideal. Esperança, formada em 1986, afirma que “a Escola Normal me ensinou não só a dar aula, mas a ter postura e respeito. Era um orgulho vestir aquele uniforme e saber que fazíamos parte de algo importante.” Sua

fala sintetiza a ideia de que o espaço escolar não apenas formava intelectualmente, mas também forjava valores e comportamentos socialmente reconhecidos. Para Esmeralda estudar na Normal “foi um crescimento pessoal muito grande e satisfatório, convivência humana e social. Relação de amor ao próximo. ”

Para Aurora, que estudou nos anos 1980, a Normal foi um divisor de águas: “Foi ali que aprendi a ser professora e também mulher de coragem. Aprendi que ensinar é servir, mas também é ter voz e lutar pelo que é certo. ” Essa lembrança reflete a dimensão emancipatória da docência feminina, em um contexto histórico no qual o magistério se consolidava como um dos poucos caminhos de ascensão social para as mulheres.

Essas memórias revelam o que Halbwachs (2006) denomina memória coletiva um processo de reconstrução de lembranças sustentado pela vivência em grupo e pelo compartilhamento de significados. As ex-alunas, ao recontarem suas histórias, reconstroem também o papel social da mulher, professora no município, tornando visível a contribuição feminina na história da educação local.

Flor (2025), lembra com emoção que “as professoras eram exemplos para nós; a gente via nelas o que queria ser no futuro. Elas ensinavam com firmeza, mas também com muito carinho. ” Essa lembrança reforça que o aprendizado ia além dos conteúdos pedagógicos: transmitia-se um modelo de mulher educadora, pautado em afeto, dignidade e compromisso social. Do mesmo modo, Aurora (2025), associa sua formação à transformação pessoal e social: “A Escola Normal me abriu portas. Eu aprendi a me expressar, a falar em público, a acreditar que podia ir mais longe. Foi ali que percebi o valor do estudo. ” A fala de Aurora ilustra o que Candau (2012) entende como memória viva, aquela que se renova e se ressignifica no presente, porque é atravessada por sentimentos e experiências que mantêm sua relevância simbólica ao longo do tempo. Já Esperança (2025), reconhece que a docência foi o caminho para conquistar autonomia e respeito: “Ser normalista era motivo de orgulho. A gente sentia que estava fazendo parte da história da cidade, ajudando a formar outras pessoas. ” Seu testemunho reafirma a noção de memória como responsabilidade, como propõe Ricoeur (2007) o ato de recordar implica também um compromisso ético com a preservação do passado e a transmissão do legado às novas gerações.

A partir dessas falas, torna-se evidente que a educação normalista contribuiu para a (re) construção do perfil feminino conquistense, promovendo um sentimento de continuidade entre o passado e o presente. Como analisa De Benedictis (2016), o

testemunho das mulheres é uma forma de resistência e de afirmação histórica: ao compartilharem suas lembranças, as ex-alunas reafirmam a importância do magistério como campo de poder simbólico e de emancipação.

Os valores de solidariedade, disciplina, amor ao ensino e compromisso com o outro, presentes nas narrativas, tornaram-se parte da memória social da cidade. A Escola Normal foi, para essas mulheres, um lugar de memória e de formação moral, que ultrapassou os muros escolares e se perpetuou nas práticas educativas e nas relações comunitárias. Ao reunir essas vozes femininas, esta pesquisa demonstra que a memória coletiva feminina é construída e fortalecida pela educação, especialmente quando o ato de ensinar se entrelaça ao ato de lembrar. Conforme Perrot (2008), recontar a história das mulheres é romper com o silêncio e inscrevê-las definitivamente no tempo histórico, gesto que as ex-alunas concretizam ao narrar suas vivências com orgulho e emoção. Portanto, a (re) construção da memória coletiva feminina por meio da educação normalista revela um processo contínuo de ressignificação identitária e cultural. Cada narrativa, individual e afetiva, contribui para uma memória compartilhada que celebra a força, o saber e a presença das mulheres na história da educação conquistense. A Escola Normal, nesse sentido, permanece viva não apenas nas lembranças, mas na herança simbólica que inspira novas gerações de educadoras e reafirma o poder transformador da mulher e da educação.

A (re) construção da memória coletiva feminina por meio da educação normalista também evidencia como a escola se tornou um espaço de enraizamento simbólico, onde as mulheres passaram a reconhecer-se como parte de uma história comum. A experiência vivida na Normal permitiu que cada aluna se sentisse pertencente a uma tradição de educadoras que moldaram não apenas o sistema de ensino, mas também a vida cultural conquistense.

Segundo Kramer (2005), a presença feminina na docência consolidou um modelo social que unia a vocação pedagógica ao compromisso ético. Essa dualidade entre o cuidado e o saber, aparece nas narrativas como elemento central da função social das normalistas. As ex-alunas relembam o amor pelo ensino, a valorização da disciplina e o desejo de transformar o outro, demonstrando que, por meio da educação, as mulheres se tornaram agentes de transformação e de memória.

A memória dessas educadoras, ao ser reconstruída hoje, revela a profundidade das relações entre educação e atuação feminina. Para Candau (2012), a memória é sempre um espaço de diálogo entre passado e presente, onde o lembrar é também

uma forma de ressignificar o vivido. Ao rememorarem suas experiências, Esmeralda, Pureza, Flor, Aurora e Esperança não apenas recordam fatos, mas reinterpretam suas histórias à luz do tempo, produzindo novos sentidos sobre o que significou ser mulher e professora naquele período.

Essas narrativas também evidenciam que a Escola Normal foi um espaço de resistência simbólica, em que as mulheres aprenderam a desafiar as limitações impostas pela sociedade patriarcal. Mesmo inseridas em um contexto de normas rígidas, elas construíram formas próprias de poder e expressão, baseadas na solidariedade, na competência e na afetividade. Como lembra Perrot (2008), “as mulheres sempre resistiram no interior dos espaços que lhes foram concedidos”, e foi justamente nesse território da educação que elas encontraram voz e visibilidade.

O testemunho das participantes reafirma que a docência foi uma prática de afirmação existencial. Ao dizer que “a Escola Normal me ensinou a ter coragem”, Flor (2025), sintetiza o sentimento de centenas de mulheres que transformaram o magistério em um caminho de libertação e reconhecimento. Essa coragem, traduzida em persistência e amor ao ensino, tornou-se parte do imaginário coletivo conquistense. Conforme explica De Benedictis (2016), a narrativa das mulheres é sempre uma forma de “salvar do esquecimento” suas experiências, conferindo-lhes legitimidade histórica e social.

A partir dessa leitura, percebe-se que a educação normalista foi o fio condutor de um processo mais amplo de construção de uma memória social feminina, onde as lembranças individuais se entrelaçam na formação de um legado comum. As ex-alunas não apenas evocam o passado, mas o reconstroem como patrimônio simbólico, reafirmando o valor da Escola Normal como um dos pilares da memória educacional de Vitória da Conquista. Suas vozes ecoam como testemunhos de um tempo em que ser professora era um ato de fé, de luta e de esperança.

Por fim, o estudo dessas narrativas confirma que a memória coletiva feminina é dinâmica e transformadora. Como argumenta Ricoeur (2007), o lembrar não é simples repetição, mas reinvenção. Assim, cada depoimento analisado neste capítulo é um gesto de reexistência, um modo de manter viva a história de mulheres que ensinaram, cuidaram e sonharam. A educação normalista, portanto, permanece como símbolo de força e continuidade, um espaço onde o passado se reinventa no presente, reafirmando que a voz feminina, antes silenciada, tornou-se fonte de saber e de memória viva.

7 CONSIDERAÇÕES

Buscar compreender as nuances das práticas educativas desenvolvidas na Escola Normal de Vitória da Conquista constituiu-se como uma oportunidade singular de ampliar a concepção acerca da formação docente e da construção da memória social. A escola, enquanto espaço de múltiplas experiências, revela-se como um território de significações, no qual cada vivência se inscreve de modo particular nas experiências dos sujeitos.

Nesse sentido, a Escola Normal configurou-se como um espaço formador de saberes, valores, sobretudo para as mulheres que nela se constituíram enquanto educadoras e participantes da vida social.

No entrelaçamento entre educação e memória, a prática educativa emerge como mediação fundamental entre o conhecimento sistematizado e as experiências de vida. Os gestos pedagógicos, as relações estabelecidas e os rituais cotidianos vivenciados na Escola Normal deixaram marcas profundas nas participantes da pesquisa, transformando-se em lembranças significativas que atravessaram o tempo.

Essas experiências, vividas no cotidiano escolar, foram preservadas na memória coletiva das mulheres entrevistadas, permanecendo associadas às práticas educativas desenvolvidas na instituição. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, diversos desafios se apresentaram, entre eles a seleção das participantes, a delimitação dos eixos temáticos e, sobretudo, o tratamento da vasta riqueza de informações produzidas pelas narrativas.

Cada mulher entrevistada revelou um aspecto singular de sua formação e de sua relação com a Escola Normal, evidenciando que a memória não se constrói de forma homogênea, mas a partir de múltiplos olhares, afetos e significados.

Ainda que compartilhassem o mesmo espaço institucional, as experiências narradas revelaram percepções distintas sobre práticas pedagógicas, relações interpessoais e impactos da formação em suas experiências pessoais e profissionais.

As narrativas de Esmeralda, Pureza, Flor, Aurora e Esperança evidenciaram o sentimento de pertencimento à Escola Normal e, ao mesmo tempo, a consciência das limitações impostas pelo contexto histórico e social.

Ficou evidente que, apesar das restrições materiais e das exigências rigorosas da formação, essas mulheres se reinventaram continuamente, construindo estratégias

para transformar o pouco que lhes era oferecido em possibilidades formativas significativas. A dedicação ao magistério, o compromisso ético e a valorização do conhecimento aparecem como marcas recorrentes em seus relatos, revelando a centralidade da Escola Normal em suas vidas.

Em contraponto, a pesquisa também evidenciou as desigualdades estruturais presentes ao longo da história da educação, especialmente no que se refere às condições de funcionamento das instituições formadoras e ao reconhecimento social do trabalho docente feminino.

As participantes destacaram que, quando havia melhores condições materiais e pedagógicas, o processo formativo tornava-se mais significativo e motivador. Essa constatação reforça a compreensão de que a qualidade da formação docente está diretamente relacionada às condições objetivas oferecidas pelas políticas educacionais.

Outro aspecto que se destacou nas análises foi o impacto das reformas educacionais e do processo de extinção das Escolas Normais. As mudanças legislativas alteraram profundamente o perfil da formação docente, provocando rupturas na cultura organizacional da escola e afetando a continuidade de práticas formativas que haviam se consolidado ao longo de décadas.

Para as mulheres entrevistadas, o encerramento do curso normal representou não apenas uma mudança administrativa, mas o fim de um ciclo histórico marcado por fortes vínculos afetivos, simbólicos e formativos.

Diante dos elementos apresentados, evidencia-se a importância de políticas públicas que reconheçam e valorizem a memória educacional como patrimônio coletivo. Investir na preservação da memória da Escola Normal de Vitória da Conquista significa reconhecer o papel das mulheres na construção da educação local e na formação de gerações de estudantes.

A memória, nesse contexto, não se limita ao passado, mas atua como elemento formador e orientador de práticas no presente.

Além disso, torna-se fundamental fortalecer ações de formação docente que considerem a dimensão histórica, cultural e subjetiva da profissão. As narrativas analisadas demonstram que a formação vai além do domínio técnico e pedagógico, envolvendo valores, afetos e compromissos sociais que se constroem ao longo das vivências formativas. Reconhecer essas dimensões é essencial para compreender a docência como prática social e histórica.

A pesquisa também aponta para a necessidade de ampliar espaços de escuta e valorização das experiências femininas na história da educação. As mulheres normalistas, por muito tempo silenciadas nos registros oficiais, emergem neste estudo como motivadoras de processos educativos e como guardiãs da memória social. Suas narrativas revelam resistências, conquistas e estratégias de inserção no espaço público por meio da educação.

Nesse sentido, a permanência do Instituto de Educação Euclides Dantas como escola de referência em Vitória da Conquista evidencia que, embora o curso Normal tenha sido desativado, a instituição continuou a operar como um importante lugar de memória educacional.

Os valores, práticas e símbolos associados à formação normalista permanecem inscritos nas narrativas da comunidade escolar, no reconhecimento social atribuído ao Instituto e nas formas pelas quais sua história é evocada no presente. Tal permanência demonstra que a memória institucional não se encerra com as mudanças estruturais, mas se reconfigura, produzindo continuidades simbólicas que atravessam diferentes tempos históricos.

Essa constatação abre um campo fecundo para investigações futuras, especialmente no que diz respeito à análise do Instituto enquanto espaço de ressignificação da memória normalista na contemporaneidade. Estudos posteriores poderão aprofundar, sob diferentes abordagens metodológicas, como docentes, estudantes e gestores que não vivenciaram diretamente a Escola Normal se apropriam desse legado, reinterpretam-no e o incorporam às práticas pedagógicas atuais.

Desse modo, este eixo analítico configura-se como um gancho metodológico para uma pesquisa de doutorado, possibilitando examinar, de forma mais aprofundada, as relações entre memória institucional, escolar, políticas educacionais e processos de subjetivação no contexto da educação pública, ampliando o debate sobre permanências, rupturas e transformações na história educacional de Vitória da Conquista.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a Escola Normal de Vitória da Conquista constituiu-se como um espaço de formação, mas também como um lugar de memória, no qual as mulheres desempenharam papel central na preservação e transmissão de saberes educacionais. Ao dar visibilidade às narrativas femininas, este estudo contribuiu para o reconhecimento de vivências historicamente silenciadas e

reafirma a importância da memória como elemento fundamental para a compreensão da história da educação local.

A partir dessa reflexão, os resultados desta investigação reforçam a relevância de uma visão de longo prazo para as políticas educacionais e para os estudos sobre memória. Investir na compreensão das práticas educativas do passado contribui para a construção de uma educação mais consciente, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Assim, esta pesquisa reafirma a Escola Normal de Vitória da Conquista como um lugar de memória, embora não exista mais em sua configuração original, trata-se como um lugar de memória no plano simbólico no qual se inscrevem histórias de mulheres que, por meio da educação, construíram saberes, personalidades e legados que permanecem vivos na memória coletiva da cidade.

REFERÊNCIAS

- ACORDI, D. da R. **Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 823–841, 2007.
- ALMEIDA, E. N. **Corpos-vida marcados: memórias autobiográficas das práticas socioeducativas de mulheres ribeirinhas escalpeladas da Amazônia**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Cortez, 1998.
- ALVES, Â. **A fotografia na Bahia: 1839–2006**. Salvador: Corrupio, 2006.
- ANJOS, T. M. dos. **A Escola Normal e a feminização do magistério primário na Bahia entre 1842 e 1889**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- BARRETO, M. S. V. **A formação continuada de gestores escolares em dois municípios mineiros**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- BASTOS, M. H. C. **A escola nova no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- BENCOSTTA, M. L. A. **A escola normal e os grupos escolares em São Paulo**. Curitiba: UFPR, 2005.
- BLOG DO ANDERSON. **Educação: após 63 anos, Escola Normal forma a última turma de Magistério em Conquista**. 2015. Disponível em: <https://www.blogdoanderson.com/2015/02/28/educacao-apos-63-anos-escola-normal-forma-ultima-turma-de-magisterio-em-conquista/>. Acesso em: 24 set. 2025.
- BLOG DO BROWN. **Escola Normal – Vitória da Conquista – BA**. 2020. Disponível em: <https://blogdobrown.wordpress.com/2020/06/15/escola-normal/>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 10, de 4 de abril de 1835**. Cria a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1835.
- BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Dispõe sobre a organização do ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, 29 nov. 1968.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da União, Brasília, 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

CABRAL, A. M. F. **Movimentos sociais, gênero e educação.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CAMPOS, M. E. O. **A pedagogia feminista popular das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trabalho, luta e formação política.** 2023. Dissertação (Mestrado em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2023.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: UNESP, 1999.

COUTINHO, M. G. do S. L. **A Escola Normal e a formação de professores como emblema funcional da modernidade em Vitória da Conquista.** Revista ARM, v. 1, n. 6, 2025.

DAGUIAR, A. N. **A educação na Bahia imperial (1883–1889).** In: CASIMIRO, A. P. B. S. et al. (org.). História da educação na Bahia. Salvador: Arcádia, 2008.

DE BENEDICTIS, N. M. S. M. **Memória e Geografia Social de mulheres em Rio de Contas – Bahia:** A participação de mulheres no processo de organização de uma sociedade. 2016. 232 f. Tese (Doutorado em Memória e Sociedade) – PPGMLS, UESB, Vitória da Conquista, 2016.

DIAS, M. O. L. da. S. **Escolas Normais no Brasil.** Revista Brasileira de História da Educação, n. 16, 2008.

DIÁRIO DO SUDOESTE DA BAHIA. **Instituto Euclides Dantas comemora 65 anos.** Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <https://www.dsvc.com.br/instituto-euclides-dantas-comemora-65-anos/>. Acesso em: 12 out. 2025.

DOURADO, L. F. **Política e gestão da educação superior no Brasil:** múltiplas regulações e controle. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 51-65, jan./abr. 2011.

FERREIRA, D. N. de A. **Poder e relações políticas na educação:** o método Lancaster no ensino público do Espírito Santo (1827 a 1871). 2015. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FERREIRA, R. de C. O. **A Escola Normal da Capital: instalação e organização (1906–1916)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FIORITIN, H. **Ética na pesquisa e na produção do saber**. São Paulo: Ática, 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRAZÃO, F. C. C. **A Revista Careta e a Educação das Mulheres: Uma Dispersão Discursiva para a Normalização Feminina no Contexto Urbano (1914-1918)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GONDRA, J. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

HADDAD, Sérgio. Estado da Arte: Uma Abordagem Sistemática para a Pesquisa Científica. In: Revista Educação e Sociedade. Campinas: CEDES, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson, 2006.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

INEPAC. **Atual edifício histórico de uma antiga Escola Normal, preservado como patrimônio**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-instituto-de-educacao/#!/map=38329>. Acesso em: 24 ago. 2025.

KRAMER, S. **Políticas de Educação Infantil: desafios atuais**. O Educador, Rio de Janeiro, n. 116, p. 31–35, abr./jun. 2005.

LANDIM, M. J. **“Aquele que revolve a terra e a comunidade”**: a trajetória educacional de Rosina José de Carvalho Alves (1947-1993). 2023. Dissertação (Mestrado em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2023.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. **Manifesto dos pioneiros da educação nova** (1932). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 188–204, ago. 2006. Disponível em:

<https://revistas.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640183> . Acesso em: 22 jun. 2025..

MEDEIRO, S. S. M. **Memória e representações sociais de mulheres em Rio de Contas – BA**. 2016. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

MENDES, G. F. **Luzes do saber aos sertões: memória e representações do Instituto de Educação Euclides Dantas**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

MEIRELLES, H. H. **Escola Normal de Niterói** [fotografia]. Pesquisando História no Rio de Janeiro, 12 abr. 2012. Disponível em: <https://heloisahmeirelles.blogspot.com/2012/04/o-plano-de-reformas-da-instrucao.html>. Acesso em: 07 ago. 2025.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NOGUEIRA, Juliana Keller; SCHELBAUER, Analete Regina. Feminização do magistério no Brasil: o que relatam os pareceres do Primeiro Congresso da Instrução do Rio de Janeiro. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 27, p. 78–94, set. 2007. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5003/art07_27.pdf. Acesso em: 1 jun. 2025.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

OLIVEIRA, Kátia Alves; MARQUES, Nara Letícia Pereira; LIMA, Michelle de Castro. A trajetória da Escola Normal: história da formação de professores no Brasil e no estado de Goiás. IF Goiano, 2021.

PETERS, Silvio Silmar. A escola como lugar de memória, identidade e múltiplas narrativas sobre a paisagem da Linha Temerária, Nova Petrópolis/RS . 2020. 87f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, 2020.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERROT, M. **Os silêncios da história**. São Paulo: UNESP, 2008.

PIRES DE ALMEIDA, J. R. **História da instrução pública no Brasil**. Brasília: INEP, 1989.

REIS, G. L. **O Instituto de Educação Euclides Dantas e o ensino normal em Vitória da Conquista (1950–1970)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

REVISTAFT. **Escola Normal e Institutos de Educação: formação e memória de mulheres na história do magistério no Brasil**. 2022. Disponível em:

<https://revistaft.com.br/escola-normal-e-institutos-de-educacao-formacao-e-memoria-de-mulheres-na-historia-do-magisterio-no-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ROCHA, A. A. **Análise prototípica das representações sociais de egressos da Escola Normal de Vitória da Conquista – BA**. Revista Educação em Páginas, v. 2, e12008, 2023.

ROCHA, H.H. P. **História da educação brasileira: instituições, práticas e representações**. Campinas: Autores Associados, 2008.

RODRIGUES, Márcia Gonçalves. Patrimônio histórico e identidade cultural: uma abordagem crítica. Revista Memória & Patrimônio, v. 12, n. 22, p. 221-232, 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1992.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 143–155, 2009.

SAVIANI, D. **A escola nova e a organização da escola primária no Brasil**. In: SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 117–124.

SILVA, L. C. L. **Escolas Normais na Bahia: formação docente feminina e progresso**. Feira de Santana: UEFS, 2022.

SOARES, M. **Estado do conhecimento e pesquisa educacional**. Petrópolis: Vozes, 1989.

SUDOESTE DIGITAL. Conquista: **Conselho de Cultura repudia demolição da Escola Normal**. 2017. Disponível em: <https://sdoestedigital.com.br/conquista-conselho-de-cultura-repudia-demolicao-da-escola-normal/>. Acesso em: 10 maio 2025.

TABERNA DA HISTÓRIA. **Escola Normal – Primeira turma, 1952**. Vitória da Conquista, [s.d.]. Disponível em: <http://tabernadahistoriavc.com.br/escola-normal/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

TANURI, L. M. **História da formação de professores**. São Paulo: Cortez, 1979.

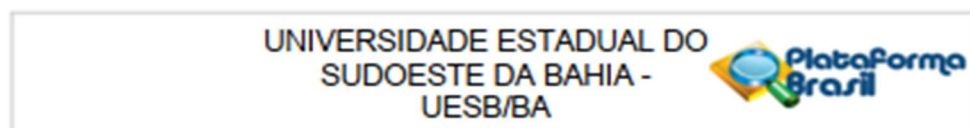
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VILLELA, H. de O. **A escola normal e a profissionalização do magistério.**
Campinas: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, D.M. M. **História da educação na Bahia:** da colonização à República.
Salvador: EDUFBA, 2022.

APÊNDICES

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA EDUCATIVA DA ESCOLA NORMAL PARA A FORMAÇÃO DE MULHERES: IMPACTOS PARA A MEMÓRIA COLETIVA DE VITÓRIA DA CONQUISTA BAHIA.

Pesquisador: Francelle Santos Lima

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 90841925.9.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.888.498

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e fundamentação fenomenológica e hermenêutica. O estudo tem como objetivo analisar as contribuições da prática educativa da Escola Normal de Vitória da Conquista BA para a formação de mulheres e seus impactos na construção da memória coletiva da cidade. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres egressas da Instituição entre 1970 e 1990, além de análise documental e observação do espaço escolar como lugar de memória. A cartografia narrativa será utilizada como recurso metodológico complementar, permitindo mapear trajetórias e significados atribuídos pelas participantes às suas experiências. A análise dos dados será orientada pelas categorias de memória coletiva, lugar de memória e presença feminina na história da educação. A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e abordagem fenomenológica e hermenêutica. Serão utilizadas entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação do espaço escolar como lugar de memória. A cartografia narrativa será empregada como estratégia metodológica para mapear afetos, trajetórias e experiências das participantes, destacando a Escola Normal como espaço simbólico de formação e resistência feminina. A amostra será intencional, composta por cinco mulheres

Endereço: 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da
Bairro Jequiezinho CEP: 45.206-510
UF: BA Município JECUIE
Telefone: (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6683 E- cepq@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer 7.888.498

que estudaram na Instituição no período delimitado, sendo três ainda em atuação na educação e duas aposentadas. Todos os procedimentos da pesquisa seguirão os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 466/12, garantindo o sigilo, o anonimato e o uso voluntário das informações, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as Contribuições da prática educativa da Escola Normal para a formação de mulheres e os impactos para a memória coletiva de Vitória da Conquista BA.

Objetivo Secundário:

- Analisar a prática educativa da Escola Normal enquanto Instituição formadora de sujeitos e promotora do desenvolvimento educacional local;
- Compreender de que forma a Escola Normal contribuiu para a formação de mulheres;
- Refletir sobre os impactos da escola normal na construção da memória coletiva da cidade

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos envolvidos são mínimos e de natureza exclusivamente emocional, podendo ocorrer eventuais desconfortos ao relembrar experiências pessoais marcantes.

Para minimizar esses riscos, serão adotadas as seguintes medidas:

- ¿ Condução das entrevistas em ambiente seguro, acolhedor e com escuta empática;
- ¿ Possibilidade de interrupção da entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para a participante;
- ¿ Sigilo e anonimato garantidos, por meio de pseudônimos e cuidados na apresentação dos dados;
- ¿ Caso necessário, será oferecido encaminhamento a rede pública de apoio psicológico ou aos serviços institucionais da UESB.

Benefícios:

A pesquisa contribuirá para o resgate e valorização da memória coletiva de Vitória da Conquista, destacando o papel da Escola Normal na formação docente

Endereço: 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da
Bairro Jequiezinho CEP: 45.208-510
UF: BA Município JEQUIE
Telefone (73)3528-9727 Fax: (73)3525-8883 E- cepj@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 7.888.456

feminina e sua relevância para a história educacional do município. Ao dar visibilidade às experiências de mulheres que passaram pela Instituição entre as décadas de 1970 e 1990, o estudo promove o reconhecimento da atuação feminina como elemento fundamental na construção de saberes pedagógicos e na transformação social. Os resultados poderão subsidiar políticas públicas voltadas à valorização da memória institucional e da educação como espaço de protagonismo das mulheres. Do ponto de vista acadêmico, o trabalho oferece subsídios teóricos e metodológicos para pesquisas futuras sobre gênero, memória e práticas educativas. No âmbito social, fortalece a identidade local e contribui para uma educação mais sensível à diversidade, à história e ao reconhecimento das trajetórias femininas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de Pesquisa para realização da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), na Linha de pesquisa 3: Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação sob orientação da Prof.^a Dr.^a Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2565241.pdf (ok)

Roteiro_de_Pesquisa.pdf (ok)

TCLE_FSL_ok.pdf (ok)

PROJETO_ok.pdf (ok)

okfolhaDeRosto.pdf (ok)

Compromisso_Geral.pdf (ok)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa possui relevância na construção histórica da Instituição de ensino - Escola Normal e a partir da memória do público alvo discriminado pela pesquisadora e não apresenta conflitos éticos aos participantes.

Não há pendências. No entanto, este Comitê orienta que durante a execução do projeto e ao seu final o/a pesquisador/a deve estar atento/a às seguintes

Endereço: 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da
Bairro Jequiezinho CEP: 45.206-510
UF: BA Município JEQUIE
Telefone (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6883 E- cepjq@uesb.edu.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA**



Continuação do Parecer: 7.888.458

orientações:

1) Relatórios:

- Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (Itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

2) Emendas

- Para realizar alterações de qualquer sorte (acrescentar membros/assistentes, alterar um instrumento ou inserir um campo de coleta, mudar aspectos metodológicos, etc) em projetos já aprovados, você precisará submeter uma EMENDA para avaliação do CEP.

As Instruções para tanto estão nas páginas 67 a 78 do Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil.

Mas cuidado! Emendas não podem fazer mudanças profundas, que descaracterizem o projeto em execução. Pequenas alterações textuais podem ser informadas nos relatórios.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião por videoconferência na data de 03/10/2025, autorizada pela CONEP, a plenária do CEP UESB autorizou a liberação deste parecer por ad referendum.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2565241.pdf	16/09/2025 17:57:54		Acelto
Outros	relatorio_de_Pesquisa.pdf	16/09/2025 17:43:26	Franciele Santos Uma	Acelto
Outros	Autorizacao_coleta.pdf	16/09/2025 17:42:04	Franciele Santos Uma	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FSL_ok.pdf	29/07/2025 18:55:18	Franciele Santos Uma	Acelto
Projeto Detalhado /	PROJETO_ok.pdf	29/07/2025 18:54:24	Franciele Santos Uma	Acelto

Endereço: 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da
Bairro Jequiezinho CEP: 45.208-510
UF: BA Município JEQUIE
Telefone (73)3528-9727 Fax: (73)3525-6883 E- cepjq@uesb.edu.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA**



Continuação do Parecer: 7.888.408

Brochura Investigador	PROJETO_ok.pdf	29/07/2025 18:54:24	Franciele Santos Lima	Acelto
Folha de Rosto	okfolhaDeRosto.pdf	29/07/2025 18:51:15	Franciele Santos Lima	Acelto
Declaração de Pesquisadores	Compromisso_Geral.pdf	23/07/2025 13:21:23	Franciele Santos Lima	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 07 de Outubro de 2025

Assinado por:
Ana Isabel Reis Nascimento
(Coordenador(a))

Endereço: 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da
Bairro Jequicuzinho CEP: 45.206-510
UF: BA Município JEQUIE
Telefone (73)3528-9727 Fax: (73)3525-8883 E- cepjq@uesb.edu.br

Formulário de Pesquisa: Práticas Educativas da Escola Normal (Décadas de 1970 a 1990)

1. Identificação

- Nome : _____
- Idade atual: _____ Período de Formação na Escola: _____
- Qual era seu estado civil durante a formação na Escola Normal: _____
- Você trabalhava na época ou só era estudante?: _____
- Se trabalhava, em qual área? _____
- Onde residia durante a formação: _____

2. Escola Normal e Práticas Educativas

- Como eram desenvolvidas as práticas educativas na Escola Normal? Sentia alguma dificuldade? Descreva.

- Quais eram as propostas pedagógicas e os métodos utilizados?

- A escola desenvolvia projetos direcionados especificamente para mulheres? () Sim () Não Se sim, quais eram? E quais você participou? _____

- Qual característica marcante você daria à Escola Normal? Justifique.

3. Protagonismo e Papel Social

- Durante e após sua formação, você exerceu algum papel na sociedade? () Sim () Não Se sim, qual foi esse papel?

- Você realizou alguma ação ou projeto social/educacional? () Sim () Não Se sim, descreva:

- De que maneira essas práticas educativas favoreceram sua memória pessoal e profissional?

- Essas práticas influenciaram sua família, seu entorno e a comunidade?

4. Memória Social e Contexto Histórico

- Como você compreende o protagonismo das mulheres formadas na Escola Normal na construção da memória social de Vitória da Conquista? (Justifique como as professoras formadas nessa escola ajudaram a moldar a história da cidade e influenciaram a educação local.)

- Durante o período da sua formação o que estava acontecendo no mundo e no Brasil? (Fale sobre os principais acontecimentos políticos, sociais e econômicos que marcaram sua juventude e como eles impactaram a educação.)

- Você acha que essas mudanças impactaram a educação na Bahia e na Escola Normal? (Descreva se houve melhorias ou desafios na educação, como novos métodos de ensino, leis educacionais ou a presença maior das mulheres na educação e no mercado de trabalho.)

5. Estilo de Vida e Influências

- O Porquê escolheu estudar na escola Normal? O que motivou sua escolha pela Escola?

- Quais foram as principais influências da escola Normal em sua formação e carreira?

6. Registros e Testemunhos

- Gostaria de deixar algum depoimento ou reflexão final sobre a Escola Normal?

- Você possui registros fotográficos ou documentais desse período? () Sim () Não

- Caso queira compartilhar, descreva brevemente as imagens/fotos: